



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Edição nº 2938/2026

São Luís, 21 de janeiro de 2026

**COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

**Pleno**

- Conselheiro Daniel Itapary Brandão - Presidente
- Conselheiro Marcelo Tavares Silva - Vice-Presidente
- Conselheira Flávia Gonzalez Leite - Corregedora
- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Ouvidor
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
- Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

**Primeira Câmara**

- Conselheiro Marcelo Tavares Silva - Presidente
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

**Segunda Câmara**

- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Presidente em exercício
- Conselheira Flávia Gonzalez Leite
- Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

**Ministério Público de Contas**

- Douglas Paulo da Silva - Procurador-Geral
- Jairo Cavalcanti Vieira - Procurador
- Paulo Henrique Araújo dos Reis - Procurador

**Secretaria do Tribunal de Contas**

- Marcelo da Silva Chaves - Secretário Geral
- Iuri Santos Sousa - Secretário de Gestão
- Giordano Mochel Netto - Secretário de Tecnologia e Inovação
- Fábio Alex Costa Rezende de Melo - Secretário de Fiscalização
- Regivânia Alves Batista - Gestor da Unidade de Gestão de Pessoas
- José Jorge Mendes dos Santos - Coordenador de Licitações e Contratos
- Guilherme Cantanhede de Oliveira - Supervisor do Diário Oficial Eletrônico
- João Virgínio da Silva Neto - Chefe da Unidade de Controle Interno

**SUMÁRIO**

|  |     |
|--|-----|
| COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS ..... | 1   |
| Pleno .....                            | 1   |
| Primeira Câmara .....                  | 1   |
| Segunda Câmara .....                   | 1   |
| Ministério Público de Contas .....     | 1   |
| Secretaria do Tribunal de Contas ..... | 1   |
| Pleno .....                            | 2   |
| Acórdão .....                          | 2   |
| Parecer Prévio .....                   | 34  |
| Decisão .....                          | 44  |
| Pauta .....                            | 65  |
| Primeira Câmara .....                  | 82  |
| Decisão .....                          | 82  |
| Pauta .....                            | 123 |
| Segunda Câmara .....                   | 156 |
| Decisão .....                          | 156 |
| Gabinete dos Relatores .....           | 226 |
| Despacho .....                         | 226 |
| Edital de Citação .....                | 227 |
| Secretaria de Gestão .....             | 228 |
| Portaria .....                         | 229 |
| Extrato de Contratação Direta .....    | 230 |
| Extrato de Nota de Empenho .....       | 230 |

**Pleno****Acórdão**

Processo nº 5526/2024 - TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2024

Representante: Núcleo de Fiscalização 1 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Representado: Câmara Municipal de Guimarães/MA

Responsável: Ana Luiza Ramos (Presidente), inscrita no CPF sob o nº 278.785.383-87, domiciliada na Rua Dias Vieira, nº 263, Centro, Guimarães/MA, CEP nº 65255-000

Procurador(es) Constituído(s): Antonio Augusto Sousa (OAB/MA nº 4.847)

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Representação. Acompanhamento da gestão fiscal. Envio Intempestivo e falta de publicação no SICONFI do Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2024. Aplicação de Multa. Juntada às contas anuais.

**ACÓRDÃO PL-TCE Nº 737/2025**

Vistos,relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação apresentada pelo Núcleo de Fiscalização 1 desteTribunal em desfavor da Câmara Municipal de Guimarães/MA, de responsabilidade da Senhora Ana Luiza Ramos (Presidente), exercício financeiro de 2024, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, XX, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado) e na Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020, reunidos em sessão ordinária plenária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3311/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, em:

I)conhecer da presente Representação, com fundamento no inciso VI do art. 43 da Lei Estadual nº 8258/2005, e no mérito dar-lhe provimento, em razão da confirmação das irregularidades apuradas;

II) aplicar à Senhora Ana Luiza Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães/MA, exercício financeiro de 2024, a multa de R\$ 6.592,18 (seis mil quinhentos e noventa e dois reais e dezoito centavos), correspondente a 10% dos seus vencimentos anuais, em favor do erário estadual, sob o código de receita 307 – Fundo de Modernização do TCE/Fumtec, a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do acórdão, em razão do envio intempestivo do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2024, bem como à falta de informações em Notas Explicativas no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), referentes a esse relatório fiscal, com fundamento no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 e no arts. 5º, 8º, §§ 1º, 4º e 5º, e 11 da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020 (alterada pela Instrução Normativa TCE/MA nº 61/2020), no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, e no art. 276, caput, do Regimento Interno do TCE/MA;

III) determinar o aumento da multa acima consignada, na data do efetivo pagamento, se realizado após o vencimento, com base nos acréscimos legais incidentes no caso de mora dos créditos tributários do Estado do Maranhão, calculados a partir da data do vencimento (art. 68 da Lei Estadual nº 8.258/05);

IV) enviar ao Ministério Público de Contas/Supervisão de Execução de Acórdãos, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via original deste acórdão para os fins da Resolução TCE/MA nº 214/2014;

V) determinar a juntada destes autos às contas anuais do responsável, exercício financeiro de 2024 (Processo nº 3438/2025).

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 3945/2024 - TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros

Exercício Financeiro: 2024

Representante: Núcleo de Fiscalização 1

Representado: Câmara Municipal de Graça Aranha/MA

Responsável: Pedro Carvalho de Sousa Netto – Presidente, CPF nº 237.331.523-87, Endereço: Rua Valentim Rolins, nº 12, Centro, Graça Aranha/MA – CEP 65.785-000.

Procurador Constituído: não consta

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Representação. Relatório de gestão fiscal (RGF). Atraso na publicação e no envio. Dever de transparência.

Revelia. Infração administrativa (Art. 5º, I E §1º, Lei 10.028/2000). Multa. Procedência da Representação.

Recomendação.

#### ACORDÃO PL-TCE/MA Nº 594/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação formulada pelo Núcleo de Fiscalização 1 (NUFIS I) em face do Presidente da Câmara Municipal de Graça Aranha/MA, sob responsabilidade do Senhor Pedro Carvalho de Sousa Netto, em razão do descumprimento da agenda fiscal relativa ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2024. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, inciso XXII da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, reunidos em sessão ordinária do pleno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com o parecer do Ministério Público, em:

I – Conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 1º, inciso XI, e 120 da Lei Orgânica do TCE/MA (Lei nº 8.258/2005, com alterações da Lei nº 12.437/2024);

II – Julgar procedente a Representação formulada pelo Núcleo de Fiscalização 1, reconhecendo o descumprimento, pelo Presidente da Câmara Municipal de Graça Aranha/MA, das obrigações legais relativas à agenda fiscal do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2024, em afronta ao art. 55, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, combinado com os arts. 5º e 8º, §§1º, 4º e 5º, da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020 (com redação da IN nº 61/2020);

III – Aplicar Multa ao Senhor Pedro Carvalho de Sousa Netto, Presidente da Câmara Municipal de Graça Aranha/MA, no percentual de 10% (dez por cento) sobre seus vencimentos anuais, equivalente a R\$ 4.580,38 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), com fundamento no art. 5º, inciso I e §1º, da Lei nº 10.028/2000, art. 112, inciso II e §4º, da Resolução TCE/MA nº 423/2025, e arts. 27 a 32 da Lei Orgânica do TCE/MA, devida ao erário estadual, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (FUMTEC), a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação do acórdão;

IV – Expedir recomendação à Câmara Municipal de Graça Aranha/MA para que observe rigorosamente os prazos e exigências legais de publicação e envio dos Relatórios de Gestão Fiscal e dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, com expressa indicação da data de publicação nas notas explicativas, em estrita conformidade com a LRF e a IN TCE/MA nº 60/2020, advertindo que a reincidência poderá ensejar sanções mais gravosas;

V – Determinar que cópia desta decisão seja juntada aos autos da Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Graça Aranha/MA, exercício de 2024, para que produza os efeitos cabíveis na análise global da gestão;

VI– Enviar a Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), em cinco dias, após o trânsito em julgado, uma via original deste Acórdão, para os fins da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

VII – Dar ciência deste acórdão por meio de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado e Marcelo Tavares Silva, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 5030/2022 – TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial

Exercício financeiro: 2015

Concedente: Governo do Estado do Maranhão / Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID)

Responsável: Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira, Secretária CPF nº 405.873.393-49

Conveniente: Prefeitura Municipal de Paulino Neves/MA

Responsável: Raimundo de Oliveira Filho, (Prefeito), CPF nº 493.744.273-20,

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Tomada de Contas Especial em processo de fiscalização de Convênio nº 07/2015-SECID. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) e Prefeitura Municipal de Paulino Neves/MA. Exercício financeiro de 2015. Regular. Arquivar.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 682/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da tomada de contas especial em processo de fiscalização de Convênio nº 07/2015/SECID, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

(SECID), por sua gestora Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira, Secretária e a Prefeitura Municipal de Paulino Neves/MA, representada pelo Senhor Raimundo de Oliveira Filho, prefeito, exercício financeiro de 2015, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 5162/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, em:

a) julgar regular a presente Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Senhor Raimundo de Oliveira Filho, prefeito Municipal de Paulino Neves, no exercício financeiro de 2015, com fundamento no art. 20 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de constar nos autos comprovação de que não houve dano ao erário referente à prestação de contas Convênio nº 07/2015-SECID, conforme demonstrado no RIT nº 3299/2025 NUFISI/LIDER1, de 23 de abril de 2025;

b) arquivar o presente processo, como disposto no artigo 50, I da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Jose de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 5 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo n.º 447/2022 – TCE/MA

Natureza: Denúncia - Recurso de Reconsideração

Exercício financeiro: 2021

Recorrente/responsável: Prefeitura de Godofredo Viana/MA, representada pelo(a) Senhor(a) Shirley Viana Mota, Prefeito(a), CPF nº 326.418.427-35, residente Av. Maranguape, nº 05, Maiobinha, São José de Ribamar/MA, CEP: 65.110-000

Procurador constituído: Joana Mara Gomes Pessoa Prado - OAB/MA-8598

Acórdão Recorrido: PL-TCE/MA nº 677/2023

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Recurso de Reconsideração interposto por pelo(a) Senhor(a) Shirley Viana Mota, Prefeito(a). Recorrido o Acórdão PL-TCE/MA nº 677/2023, relativo à Denúncia formulada pela empresa a KADOSH SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA, em desfavor da Prefeitura de Godofredo Viana, exercício de 2021. Não provimento. Manutenção do Acórdão Recorrido.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 745/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Recurso de Reconsideração interposto pela Senhora Shirley Viana Mota, Prefeita de Godofredo Viana/MA, contra o Acórdão PL-TCE/MA nº 677/2023. O referido Acórdão conheceu da Denúncia (originalmente formulada pela KADOSH SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA) não acolheu a defesa apresentada e aplicou multa de R\$ 2.000,00 ao gestor por ter restado configurada a prática recorrente de atos com grave infração à norma legal. O Recorrente buscou afastar ou minorar a multa aplicada, alegando que as irregularidades seriam apenas de "natureza formal" e que não houve prejuízo ao erário ou má-fé. O Recurso foi interposto tempestivamente em 8 de fevereiro de 2024, dentro do prazo de quinze dias da publicação oficial do Acórdão em 7 de fevereiro de 2024. A Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas (Parecer nº 6952/2024) manifestaram-se pelo conhecimento do recurso, mas pelo seu não provimento, uma vez que as alegações da defesa não foram capazes de modificar a decisão desta Corte. As irregularidades apontadas foram consideradas de natureza grave e contínua, impactando diretamente o acesso à informação pública. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições

legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, decidir:

1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo(a) Sr(a). Shirley Viana Mota, por preencher os requisitos de admissibilidade estabelecidos na Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão);
2. negar provimento ao Recurso de Reconsideração, mantendo-se em sua totalidade o inteiro teor do Acórdão PL/TCE/MA Nº 677/2023;
3. enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, de 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 2007/2020 - TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Monitoramento

Exercício Financeiro: 2018

Entidade: Prefeitura Municipal de Paulo Ramos/MA

Responsável: Deusimar Serra Silva, CPF: 431.864.163-53, Endereço: Rua nova, s/nº, Centro, Paulo Ramos/MA, CEP: 65.716-000

Procuradores Constituídos: não consta

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Melquizedeque Nava Neto

Fiscalização. Monitoramento. Contrato de advocacia. Inexigibilidade de licitação. Recursos do Fundef. Descumprimento parcial de decisão anterior. Ausência de comprovação de publicação de anulação contratual. Não envio de dados ao SACOP. Infração administrativa. Multa. Arquivamento.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 536/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de processo de fiscalização, na espécie monitoramento, autuado sob o Processo nº 481/2019, instaurado com o objetivo de verificar o cumprimento, pelo então Prefeito do Município de Lagoa do Mato/MA, Sr. Mauro da Silva Porto, das determinações estabelecidas na Decisão PL-TCE nº 312/2018, publicada em 11 de dezembro de 2018, oriunda do Processo 2675/2017-TCE/MA, conforme determina o art. 1º, inciso IV e art. 45 da Lei Orgânica do TCE/MA (Lei nº 8.258/2005), ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso V, da Constituição Estadual, e no art. 1º, inciso XV, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, reunidos em sessão ordinária do pleno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com o Parecer do Ministério Público de Contas:

I. Conhecer do presente processo de fiscalização, na espécie monitoramento, com fundamento no art. 1º, incisos II e IV; art. 36, caput; art. 44, V; e art. 45, caput, todos da Lei nº 8.258/2005 – Lei Orgânica do TCE/MA, por estarem presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;

II. Considerar cumpridas as determinações exaradas na Decisão PL-TCE nº 312/2018, por parte do Sr. Mauro da Silva Porto, ex-prefeito do Município de Lagoa do Mato/MA, nos termos do art. 18, caput, da Lei Orgânica do TCE/MA;

III. Determinar o arquivamento do presente processo de fiscalização, por não haver irregularidades remanescentes que justifiquem a continuidade de análise, com fundamento no art. 50, I da Lei Orgânica do TCE/MA;

IV. Dar ciência desta decisão por meio de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 29 da Lei Orgânica do TCE/MA.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite e os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto

e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 01 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº: 670/2022-TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Procedimento licitatório

Exercício Financeiro: 2022

Representante: empresa Mix Gestão Construção e Locação EIRELI

Entidade representada: Prefeitura Municipal de Satubinha/MA

Responsáveis: Antônio José Cezar Quirino, CPF nº 960.809.813-00, endereço: Avenida Matos Carvalho, s/nº, Centro, Município de Satubinha/MA, CEP 65.709-000 (Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Integrado) e Antônio Carlos Campos Gomes, CPF nº 025.878.993-03, endereço: Rua Marcelino Branco, s/nº, Centro, Município de Satubinha/MA, CEP 65.709-000 (Presidente da Comissão Permanente de Licitação)

Procuradores Constituídos: Pedro Durans Braid Ribeiro (OAB/MA nº 10.255), Francisco Rodrigues dos Santos Netto (OAB/MA nº 9.226), Maurício Dourado e Vaconcelos (OAB/MA nº 14.921), Emmanuel Ribeiro Formiga (OAB/MA nº 23.854)

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Representação. Licitação. Concorrência nº 001/2021 do Município de Satubinha/MA. Descredenciamento indevido de licitante, ausência de registro formal de habilitação/inabilitação, vícios em atas, supressão do direito de recurso, falta de publicidade e envio intempestivo de documentos ao TCE/MA. Irregularidades não sanadas. Representação procedente. Aplicação de multa aos responsáveis. Arquivamento após o trânsito em julgado.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 579/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação sobre irregularidades na Concorrência nº 001/2021 do Município de Satubinha/MA, exercício financeiro de 2022, de responsabilidade de Antônio José Cezar Quirino e Antônio Carlos Campos Gomes, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com base no art. 1º, inciso XXII da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânico TCE/MA), por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, que acompanhou a sugestão da Unidade Técnica e o parecer do Ministério Público de Contas, acordam:

- a) conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade;
- b) julgar procedente a Representação, reconhecendo as irregularidades na Concorrência nº 001/2021 da Prefeitura de Satubinha/MA, exercício financeiro de 2022;
- c) aplicar multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Integrado do Município de Satubinha, Senhor Antônio José Cezar Quirino, com base no art. 67, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258/2005, c/c o art. 274, inciso III, do Regimento Interno do TCE/MA, devida ao erário estadual, sob o código de receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (Fumtec), a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação oficial do acórdão;
- d) aplicar multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Satubinha, Senhor Antônio Carlos Campos Gomes, com base no art. 67, inciso III, da Lei Estadual

nº 8.258/2005, c/c o art. 274, inciso III, do Regimento Interno do TCE/MA, devida ao erário estadual, sob o código de receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (Fumtec), a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação oficial do acórdão;

e) determinar o aumento do valor das multas acima, caso o pagamento se dê após o vencimento, com base nos acréscimos legais do art. 68 da Lei Estadual nº 8.258/2005;

f) dar ciência desta decisão aos responsáveis e ao representante, por meio da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

g) enviar ao Ministério Público de Contas/SUPEX, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via original do acórdão, para as providências previstas na Resolução TCE/MA nº 323/2020;

h) arquivar o processo após o trânsito em julgado.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 6720/2019 – TCE/MA

Natureza: Representação com pedido de medida cautelar

Exercício Financeiro: 2019

Representante: Domingos Soares dos Reis (Vereador do Município de Codó)

Representado: Prefeitura Municipal de Codó, representado pelo Senhor - Francisco Nagib Buzar de Oliveira (Ex-Prefeito de Codó/MA CPF: 618.127.303-49), José de Ribamar Oliveira Carvalho CPF: 257.024.163-68 (Ex-Procurador Geral do Município), Cláudia Regina Carvalho Barroso, CPF: 257.022.623-87; Francisco das Chagas Barroso, CPF: 695.655.383-04; (Laurea Construções Ltda. CNPJ – 07.323.327/0001-43), Revendedora de Gás Butano São José Ltda (CNPJ – 02.170.877/0001-56)

Procurador constituído: Ricardo Araújo Torres OAB/MA nº 9.505-A

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação com pedido de medida cautelar, formulada pelo senhor Domingos Soares dos Reis (Vereador do Município de Codó), contra o Município de Codó/MA, representado pelo Senhor Francisco Nagib Buzar de Oliveira, ex - Prefeito. Supostas irregularidades cometidas na celebração e execução de contratos vultuosos com as empresas Laurea Construções Ltda. e Revendedora de Gás Butano São José Ltda.

Exercício financeiro 2019. Conhecer a Representação. Indeferir. Multar. Recomendar Arquivar.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 717/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação com pedido de medida cautelar formulada pelo senhor Domingos Soares dos Reis (Vereador do Município de Codó), contra o Município de Codó/MA, representado pelo Senhor Francisco Nagib Buzar de Oliveira, ex – Prefeito, sobre supostas irregularidades cometidas na celebração e execução de contratos vultuosos com as empresas Laurea Construções Ltda. e Revendedora de Gás Butano São José Ltda abrangendo os exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 8817/2024/ GPROC3/PHAR de 18 de março de 2025 do Ministério Público de Contas, em:

1 conhecer da Representação, por preencher os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 41 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

2 indeferir, a medida cautelar pleiteada nos autos, vez que a urgência não mais se sustenta, haja vista evidente



decurso do tempo, afastado, portanto, o periculum in mora;

3 aplicar ao responsável senhor Francisco Nagib Buzar de Oliveira Ex-Prefeito de Codó/MA, multa, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), prevista no (art. 67, III e IV da LOTCE/MA, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE – Fumtec, a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, item/3 do RI nº 8080/2024 – NUFIS 02/LÍDER 4;

4 enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

5 recomendar ao Gestor municipal ou a quem sucedê-lo que cumpra rigorosamente o dever de transparência, garantindo a atualização adequada do Portal da Transparência do Município e dos sistemas informatizados deste Tribunal de Contas, conforme as exigências da Lei nº 12.527/2011, da Lei Complementar nº 101/2000, e os preceitos da IN nº 73/2022 - TCE-MA;

6 dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representado;

7 determinar o arquivamento dos autos tendo em vista que as contas anuais de gestão da Administração Direta do Município de Codó/MA nos exercícios financeiros de 2017, (Processo nº 4870/2018) transitaram em julgado em razão do reconhecimento da prescrição intercorrente, nos termos do art. 2º da Resolução TCE/MA nº 383/2023. Decisão Monocrática Nº 18/2025, publicada em 23/06/2025. A certidão eletrônica de processo com trânsito em julgado foi emitida em 10/07/2025 13:33:23 Número de autenticação: 1752165203916. Quantos aos exercícios de 2018, as contas anuais de gestão (processo nº 3848/2019) – transitaram em julgado em 26 de setembro de 2025) e o processo das contas anuais de gestão (processo nº 3474/2020) – transitaram em julgado em 09 de julho de 2025.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto, Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 26 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente em exercício

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 5071/2022 – TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial - Convênios

Exercício financeiro: 2017

Concedente: Secretaria de Estado da Cultura/MA

Responsável: Diego Galdino de Araújo (Secretário), CPF nº 016.580.903-57

Conveniente: Fundação Cultural de Imperatriz

Responsável: José Carneiro Santos, (Presidente), CPF nº 288.547.643-53,

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Tomada de Contas Especial em processo de fiscalização do Convênio nº 200/2017-SECMA. Secretaria de Estado da Cultura – SECMA. Diego Galdino de Araújo. Secretário. Fundação Cultural de Imperatriz. José Carneiro Santos, presidente. Exercício financeiro de 2017. Regular. Arquivar.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 684/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da tomada de contas especial em processo de fiscalização do Convênio nº 200/2017-SECMA, celebrado entre a Secretaria de Estado da Cultura, por seu gestor Diego Galdino de Araújo, Secretário e a Fundação Cultura de Imperatriz, representada pelo Senhor José Carneiro Santos, presidente, exercício financeiro de 2017, ACÓRDÃO os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária,

por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 2319/2025/ GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, em:

a) julgar regular a presente Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Senhor José Carneiro Santos, presidente da Fundação Cultural de Imperatriz, no exercício financeiro de 2017, com fundamento no art. 20 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de constar nos autos comprovação de que não houve dano ao erário referente à prestação de contas do Convênio nº 200/2017-SECMA, conforme demonstrado no Relatório de Tomada de Contas Especial - SECMA, de 16 de fevereiro de 2023 e no RIT nº 3041/2025 NUFISI/LIDER1, de 04 de abril de 2025;

b) arquivar o presente processo, como disposto no artigo 50, I da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, João Jorge Jinkings Pavão e Marcelo Tavares Silva, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4362/2012-TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Gestores – Recurso de Reconsideração

Exercício financeiro: 2011

Entidade: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de Estreito/MA

Recorrente: José Gomes Coelho (Prefeito) CPF nº 107.036.083-04, residente na Rua Cecília Meireles, nº 1044, Estreito MA, CEP 65.975-000.

Procuradores constituídos: Antino Noletto Correa Júnior, OAB/MA nº 8130 e Samara Santos Noletto, OAB/MA nº 12.996

Recorridos: Acórdão PL-TCE/MA nº 537/2018 e Parecer Prévio PL-TCE/MA nº 203/2018

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor José Gomes Coelho, impugnando o Acórdão PL-TCE/MA nº 537/2018, que julgou regular com ressalvas a Tomada de Contas Anual de Gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de Estreito/MA, exercício 2011. Conhecimento. Provimento Parcial. Manutenção do Julgamento pela regularidade com ressalvas das contas. Redução do valor da multa.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 665/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Senhor José Gomes Coelho, em face do Acórdão PL-TCE/MA nº 537/2018, emitido por esta Corte de Contas, julgou regular com ressalvas a Tomada de Contas Anual de Gestores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de Estreito/MA, de sua responsabilidade, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, I, c/c o art. 75 da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão e os arts. 1º, I, e 136, da Lei Orgânica do TCE/MA, reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com parecer do Ministério Público de Contas, acordam em:

a) conhecer o presente recurso de reconsideração, por preencher os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 136, caput, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);

b) no mérito, dar provimento parcial ao Recurso interposto, para considerar sanada a irregularidade apontada no subitem 4.3 e parcialmente sanada a do subitem 3.3-a, mantendo-se a irregularidade descrita no subitem 4.2 dos

Relatórios de Instrução nº 2265/2012 e nº 7162/2016;

c) manter o julgamento pela Regularidade com Ressalvas das Contas de Gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de Estreito/MA, exercício financeiro de 2011, responsabilidade do Senhor José Gomes Coelho;

d) reduzir para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) o valor da multa aplicada pelo Acórdão PL-TCE nº 537/2018, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ante o acolhimento parcial das justificativas recursais;

e) encaminhar à Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX-TCE/MA), em cinco dias após o trânsito em julgado, cópia deste acórdão e de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal de Contas, para conhecimento e adoção de medidas legais no âmbito de sua competência;

f) após o trânsito em julgado, arquivar, em meio eletrônico, cópia dos autos para os devidos fins.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Membro do Ministério Público de Contas, Procurador Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 12 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Processo nº 2066/2025-TCE/MA

Natureza: Tomada de contas especial

Exercício financeiro: 2024

Origem: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES)

Ente beneficiado: Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA

Responsável: Luiz Natan Coelho dos Santos (Prefeito), inscrito no CPF nº 279.656.433-91, domiciliado na Rua Tancredo Neves, nº 135, Área Avançada, Fortaleza dos Nogueiras/MA, CEP 65805-000

Procurador(es) constituído(s): Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Tomada de contas especial. Portaria fundo a fundo. Prefeitura Municipal de Sítio Fortaleza dos Nogueiras/MA e Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES). Prestação de contas intempestiva. Posterior aprovação. Não ocorrência de dano ao erário. Multa.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 739/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especial, por intermédio de sua Presidente, a Senhora Rafaella Brandão Furtado (Presidente), em razão da omissão no dever de prestar de contas do montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), transferido ao Fundo Municipal de Saúde de Fortaleza dos Nogueiras/MA por meio da Portaria/SES/MA nº 1111/2023, de responsabilidade do Senhor Luiz Natan Coelho dos Santos (Prefeito), exercício financeiro de 2024, para custear ação de assistência à saúde da Unidade Mista Casa de Saúde Ovídia Coelho Nogueira, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, XV da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), reunidos em sessão ordinária plenária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3772/2025/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, ACORDAM em:

I) julgar regulares com ressalva a presente tomada de contas especial, de responsabilidade do Senhor Luiz Natan Coelho dos Santos (Prefeito de Fortaleza dos Nogueiras/MA);

II) aplicar ao responsável, Senhor Luiz Natan Coelho dos Santos (Prefeito de Fortaleza dos Nogueiras/MA), a multa de R\$ 2.000,00 (três mil reais), em favor do erário estadual, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (Fumtec), a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do

acórdão, em razão da intempestividade da prestação de contas dos recursos transferidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão por meio da Portaria SES/MA nº 1111/2023.

III) determinar o aumento da multa acima consignada, na data do efetivo pagamento, se realizado após o vencimento, com base nos acréscimos legais incidentes no caso de mora dos créditos tributários do Estado do Maranhão, calculados a partir da data do vencimento (Lei Estadual nº 8.258/2005, artigo 68);

IV) enviar à Procuradoria-Geral do Estado, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via original do acórdão e dos demais documentos necessários ao eventual ajuizamento de ação judicial de cobrança da multa ora aplicada, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), tendo como devedor o Senhor Luiz Natan Coelho dos Santos (Prefeito de Fortaleza dos Nogueiras/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4748/2021 – TCE/MA (digital)

Natureza: Representação – Recurso de Reconsideração

Exercício financeiro: 2021

Recorrente/Responsável: Município de Presidente Juscelino/MA, representada pelo Senhor Pedro Paulo Cantanhede Lemos, Prefeito (CPF nº 626.474.363-63)

Responsáveis: Pedro Paulo Cantanhede Lemos, Prefeito (CPF nº 626.474.363-63 e Daniel Nina Nunes Secretário de Administração (CPF nº 010.029.913-07)

Procuradores constituídos: Carlos Sérgio de Carvalho Barros, OAB/MA nº 4.947; Emílio Carlos Murad Filho, OAB/MA nº 12.341; Eveline Silva Nunes, OAB/MA nº 5332; Sócrates José Niclevisk, OAB/MA nº 11.138

Recorrido: Acórdão PL-TCE nº 593/2023

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Recurso de Reconsideração interposto pelo gestor Pedro Paulo Cantanhede Lemos, Prefeito. Recorrido o Acórdão PL-TCE nº 593/2023, relativo à Representação em desfavor do município de Presidente Juscelino/MA, relativo ao exercício financeiro de 2021, acerca de supostas irregularidades na fase externa dos Pregões Presenciais nº 018/2021, nº 019/2021 e nº 020/2021, no que concerne à não disponibilização dos editais/anexos ao público, na internet, no prazo legal, no exercício financeiro de 2021. Conhecimento e improvimento do Recurso de Reconsideração. Manter o teor do Acórdão PL-TCE nº 593/2023.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 743/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, que tratam de Representação em desfavor do município de Presidente Juscelino/MA, relativo ao exercício financeiro de 2021, que interpôs recurso de reconsideração, por seus procuradores devidamente habilitados, impugnando o Acórdão PL-TCE nº 593/2023, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro nos arts. 129, I, e 136 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), c/c os arts. 281, 282, I e 286 do Regimento Interno do mesmo Órgão, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, com base no art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 5336/2025/ GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, em:

- a) conhecer do recurso de reconsideração, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade;
- b) negar provimento ao recurso interposto, por entender que as justificativas oferecidas pelo recorrente não foram capazes de modificar o mérito das irregularidades que motivaram o decisório recorrido;
- c) manter o inteiro teor do Acórdão PL-TCE nº 593/2023.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado,

Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se em impedimento), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo n.º 3359/2016 - TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo- Recurso de Reconsideração

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2015

Entidade: Município de São Domingos do Azeitão/MA

Recorrente: Nicodemos Ferreira Guimarães – Prefeito (CPF n.º 255.700 563-00)

Procuradorconstituído: Daniel Sousa Amarante, OAB/MA n.º 12549; Irapoã Suzuki de Almeida Eloi, OAB/MA n.º 8853

Recorridos: Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e Acórdão PL-TCE n.º 128/2022

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito de São Domingos do Azeitão/MA, Senhor Nicodemos Ferreira Guimarães, no exercício financeiro de 2015. Recorridos o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e o Acórdão PL-TCE n.º 128/2022, relativos à Prestação de contas anual de governo/MA. Conhecimento e Provimento Parcial do Recurso de Reconsideração. Revogar o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e o Acórdão PL-TCE n.º 128/2022. Emissão de Parecer Prévio pela Aprovação com Ressalvas, das contas de governo.

#### ACÓRDÃO PL-TCE/MA N.º 742/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, que tratam da Prestação de Contas Anual do Prefeito de São Domingos do Azeitão/MA, de responsabilidade do Senhor Nicodemos Ferreira Guimarães, relativa ao exercício financeiro de 2015, que interpôs recurso de reconsideração impugnando o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e o Acórdão PL-TCE n.º 128/2022, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro nos arts. 129, I, e 136 da Lei n.º 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), c/c os arts. 281, 282, I e 286 do Regimento Interno do mesmo Órgão, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, com base no art. 104, caput, da Lei Orgânica, dissentindo do Parecer n.º 4293/2025/GPROC4, do Ministério Público de Contas, acordam em:

- a) conhecer do recurso de reconsideração, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade;
- b) dar provimento parcial ao recurso interposto, por entender que as justificativas oferecidas pelo recorrente foram capazes de modificar em parte o mérito das irregularidades que motivaram os decisórios recorridos;
- c) revogar o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021, de 19 de maio de 2021;
- d) emitir Parecer Prévio pela aprovação, com ressalvas, das contas anuais de governo, do Município de São Domingos do Azeitão/MA, no exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Prefeito, Senhor Nicodemos Ferreira Guimarães, na forma do art. 1.º, I, c/c o art. 8.º, §3º, II, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005, em virtude da ocorrência remanescente, após a apreciação do recurso de reconsideração, não expressar relevância material capaz de comprometer a higidez das contas, conforme consignada no Relatório de Instrução do Recurso de Reconsideração n.º 1307/2023, NUFIS03/LIDER09, de 12 de maio de 2023, a seguir:
  - d1) não há disponibilização em tempo real, acerca das informações da gestão fiscal (art. 48, parágrafo único, II e II, c/c o art. 48-A, da Lei Complementar n.º 101/2000 / item 5, do Relatório de Instrução n.º 1307/2023; e item 1, do Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021);
- e) enviar à Câmara de Vereadores do Município de São Domingos do Azeitão/MA, após o trânsito em julgado,

as contas de governo do Prefeito, acompanhadas deste Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1.º da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 1971/2024 - TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial – Portaria Fundo a Fundo

Exercício financeiro: 2022

Origem: Governo do Estado do Maranhão / Secretaria de Estado da Saúde (SES)

Responsável: Rafaella Brandão Furtado, Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial (CPF nº 608.221.793-42)

Responsável: Divino Alexandre de Lima, Prefeito de Conceição do Lago Açu/MA, exercícios 2021-2024, CPF nº 152.838.011-87

Procuradores constituídos: Tamires Brito Jácome da Costa, OAB/MA nº 16.398

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Tomada de Contas Especial em processo de Portaria Fundo a Fundo nº 898/2022-SES, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Município de Conceição do Lago Açu/MA. Divino Alexandre de Lima, prefeito. Exercício financeiro 2022. Julgamento irregular. Imputação de débito. Multa. Enviar cópia do acórdão à SUPLEX.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 750/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da Tomada de Contas Especial, decorrente do processo de Portaria Fundo a Fundo nº 898/2022-SES, celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Município de Conceição do Lago Açu/MA, representado pelo Senhor Divino Alexandre de Lima, prefeito, exercício financeiro de 2022, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 3583/2025/ GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, em:

a) julgar irregular a presente Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Senhor Divino Alexandre de Lima, prefeito de Conceição do Lago Açu/MA, no exercício financeiro de 2022, com fundamento no art. 1º, II, e nos termos do art. 22, I e III da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

b) condenar o Senhor Divino Alexandre de Lima, prefeito de Conceição do Lago Açu/MA, ao pagamento do débito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), valor histórico, com os acréscimos legais incidentes, fundamentado no art. 172, inciso VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e nos arts. 1º, inciso XIV, e 23 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, devidos ao erário municipal, a serem recolhidos no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, em razão da omissão do dever de prestar contas da Portaria Fundo a Fundo nº 898/2022-SES;

c) aplicar ao Senhor Divino Alexandre de Lima, prefeito de Conceição do Lago Açu/MA, a multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correspondente a vinte por cento do valor histórico do dano causado ao erário, com fundamento no art. 172, VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e nos arts. 1º, inciso XIV, e 23 da Lei nº 8.258 de 06 de junho de 2005, devida ao erário estadual, sob o código da receita: 307 – Fundo de Modernização do TCE – Fumtec a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, em razão

da omissão no dever de prestar de contas da Portaria Fundo a Fundo nº 898/2022-SES;

d) determinar o aumento do débito decorrente da alínea “c” desta decisão, na data do efetivo pagamento, quando realizados após o seu vencimento, com base nos acréscimos legais incidentes no caso de mora dos créditos tributários do Estado do Maranhão, calculados a partir da data do vencimento;

e) enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 5490/2021 – TCE/MA (digital)

Natureza: Representação – Recurso de Reconsideração

Exercício financeiro: 2021

Recorrente/Responsável: Município de Chapadinha/MA, representada pela Senhora Maria Ducilene Pontes Cordeiro, Prefeita (CPF nº 237.205.653-00) e Luciano de Souza Gomes, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPF nº 000.212.713-05) Procuradores constituídos: Bertoldo Klinger Barros Rego Neto, OAB/MA nº 11.909; Aidil Lucena Carvalho, OAB/MA nº 12.584; Carlos Eduardo Barros Gomes, OAB/MA nº 10.303;

Matheus Araújo Soares, OAB/MA nº 22.034; Lorena Costa Pereira, OAB/MA nº 22.189; Fernanda Dayane dos Santos Queiroz, OAB/MA nº 15.164; Priscilla Maria Guerra Bringel, OAB/PI nº 14.647 e Gabriel Oliveira Ribeiro, OAB/MA nº 22.075

Recorrido: Acórdão PL-TCE nº 469/2024

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Recurso de Reconsideração interposto pelos gestores Maria Ducilene Pontes Cordeiro, Prefeita e Luciano de Souza Gomes, Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Recorrido o Acórdão PL-TCE nº 469/2024, relativo à Representação em desfavor do município de Chapadinha/MA, relativo ao exercício financeiro de 2021, acerca de supostas irregularidades na Tomada de Preços nº 16/2021, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na execução de Serviços de Construção de uma Unidade Escolar denominada U.I. Isaias Fortes de Meneses de interesse da Secretaria Municipal de Educação. Conhecimento e improvemento do Recurso de Reconsideração. Manter o teor do Acórdão PL-TCE nº 469/2024.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 744/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, que tratam de Representação em desfavor do município de Chapadinha/MA, relativo ao exercício financeiro de 2021, que interpôs recurso de reconsideração, por seus procuradores devidamente habilitados, impugnando o Acórdão PL-TCE nº 469/2024, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro nos arts. 129, I, e 136 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), c/c os arts. 281, 282, I e 286 do Regimento Interno do mesmo Órgão, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, com base no art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 12456/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, em:

a) conhecer do recurso de reconsideração, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade;

b) negar provimento ao recurso interposto, por entender que as justificativas oferecidas pelo recorrente não foram capazes de modificar o mérito das irregularidades que motivaram o decisório recorrido;

c) manter o inteiro teor do Acórdão PL-TCE nº 469/2024.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado,

Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se em impedimento), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 2346/2022 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo – Embargos de Declaração

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2021

Entidade: Município de Governador Nunes Freire/MA

Responsável/recorrente: Josimar Alves de Oliveira, Prefeito (CPF nº 225.226.203-63)

Procuradores constituídos: Iury Ataíde Vieira, OAB/MA nº 11.069; Luís Paulo Correia Cruz, OAB/MA nº 12.193; Luíza Amélia Rodrigues Tavares de Oliveira, OAB/MA nº 13.436; Raimundo Nonato de Carvalho Reis Neto, OAB/MA nº 12.336-A; Bertoldo Klinger Barros Rego Neto, OAB/MA nº 11.909; Aidil Lucena Carvalho, OAB/MA nº 12.584; Carlos Eduardo Barros Gomes, OAB/MA nº 10.303

Recorrido: Parecer Prévio PL-TCE nº 159/2025

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, opostos pela prefeita de Governador Nunes Freire/MA, Senhor Josimar Alves de Oliveira, Prefeito. Recorrido o Parecer Prévio PL-TCE nº 159/2025. Exercício financeiro de 2021. Conhecido e não provido o recurso. Mantido o teor do Acórdão PL-TCE nº 159/2025.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 746/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, referentes à Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Governador Nunes Freire/MA, de responsabilidade do Senhor Josimar Alves de Oliveira, Prefeito, relativa ao exercício financeiro de 2021, que interpôs recurso de embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, impugnando o Parecer Prévio PL-TCE nº 159/2025, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro nos arts. 138, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), c/c os arts. 282, II, e 288, §§ 1º, 2º e 3º, do Regimento Interno do TCE/MA, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, com base no art. 104, caput, da Lei Orgânica/TCE/MA, em:

- a) conhecer do recurso de embargos de declaração, opostos pelo Senhor Josimar Alves de Oliveira, Prefeito de Governador Nunes Freire/MA, relativo à Prestação de Contas anual de governo de Governador Nunes Freire/MA, no exercício financeiro de 2021, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade;
- b) negar provimento aos embargos de declaração opostos, por entender que não foi observado obscuridade, omissão, contradição ou erro material no decisório prolatado;
- c) manter o inteiro teor do Acórdão PL-TCE nº 159/2025.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator



Douglas Paulo da Silva  
Procurador-geral de Contas

Processo n.º 282/2023 – TCE/MA (Referência: Processo de contas n.º 3305/2010-TCE/MA)

Natureza: Prestação de contas anual de governo – Recurso de Revisão – Embargos de Declaração

Exercício financeiro: 2009

Entidade: Prefeitura de Cantanhede/MA / Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Cantanhede/MA

Responsável/recorrente: Antônio Emetério Batista – Secretário Municipal de Administração de Cantanhede/MA (CPF n.º 069.080.123-87)

Responsáveis: José Martinho dos Santos Barros - Prefeito (CPF n.º 175.662.903-04) e Manoel Erivaldo Caldas dos Santos - Secretário Municipal de Governo (CPF n.º 175.621.203-15)

Procurador constituído: Não há

Recorrido: Acórdão PL-TCE n.º 493/2025

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Embargos de declaração em Recurso de Revisão oposto pelo Senhor Antônio Emetério Batista (Secretário Municipal de Administração), responsável pela Prestação de Contas Anual de gestores do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Cantanhede/MA. Recorrido o Acórdão PL-TCE n.º 493/2025, relativo ao Recurso de Revisão referente ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Cantanhede/MA. Exercício financeiro de 2009. Conhecido e não provido o recurso. Mantido o teor do Acórdão PL-TCE n.º 236/2025.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 748/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, que tratam de embargos de declaração em sede de Recurso de Revisão, opostos pelo Senhor Antônio Emetério Batista, Secretário Municipal de Administração, responsável pela Prestação de Contas Anual de gestores do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Cantanhede/MA, no exercício financeiro de 2009. O recurso foi protocolado em 10 de outubro de 2025, contra o Acórdão PL-TCE n.º 493/2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MA, em 03 de outubro de 2025, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 138, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), c/c os arts. 282, II, e 288, §§ 1º, 2º e 3º, do Regimento Interno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme o art. 104, caput, da Lei Orgânica, em:

- a) conhecer do recurso de embargos de declaração, em sede de Recurso de Revisão, opostos pelos Senhores Antônio Emetério Batista (Secretário Municipal de Administração), relativo à Prestação de Contas Anual de gestores do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Cantanhede/MA, no exercício financeiro de 2009, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade;
- b) negar provimento aos embargos de declaração opostos, por entender que não foi observado obscuridade, omissão, contradição ou erro material no decisório prolatado;
- c) manter o inteiro teor do Acórdão PL-TCE n.º 493/2025.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo n.º 5725/2023 – TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício Financeiro: 2023

Representante: Venâncio Pio Rezende Barros (Vereador) CPF: 386.794.773-20 Representado: Município de Barão de Grajaú/MA – representado pela senhora Claudimê Araújo Lima (Prefeita) CPF: 446.753.303-63 e Larissa Valeria de Faria Carvalho Almeida, Secretaria Municipal de Educação CPF: 592.093.483-20

Procurador constituído: Fabrício Costa Sampaio OAB/MA 15612-A

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação contra o Município de Barão de Grajaú /MA, formulada pelo Vereador Venâncio Pio Rezende Barros e Outro. Exercício financeiro 2023. Supostas irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 77/2023. Conhecer. Multa. Apensar às respectivas contas anuais.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 749/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação formulada pelo Vereador Venâncio Pio Rezende Barros e Outro, sobre supostas irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 77/2023, destinado ao Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação e marketing para divulgação dos atos públicos desta Administração Pública Municipal de Barão de Grajaú/MA, no exercício financeiro 2023, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 3063/2025/ GPROC1/JCV de 13 de agosto de 2025 do Ministério Público de Contas, acordam em:

1 conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no artigo 43, da Lei Orgânica deste Tribunal.

2 recomendar ao gestor municipal disponibilize todos os contratos no Portal da Transparência do Município, na forma e prazo exigidos na legislação, a fim de cumprir rigorosamente o dever de transparência, garantindo a atualização adequada do Portal da Transparência do Município e dos sistemas informatizados deste Tribunal de Contas, conforme as exigências da Lei nº 12.527/2011, da Lei Complementar nº 101/2000, e os preceitos da IN nº 73/2022 – TCE-MA;

3 aplicar à Senhora Claudimê Araújo Lima, Prefeita do Município de Barão de Grajaú/MA, multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), prevista no art. 67, inciso III da Lei 8.258/2005 c/c art. 274, inciso III do RITCE/MA, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE – Fumtec, a ser recolhida no prazo de quinze dias, em razão da não disponibilidade no Portal da Transparência do Município, bem como ausentes no SINC Contrata TCE/MA, dos elementos de fiscalização do processo licitatório nº 77/2023, descumprimento o art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (item – 3 do Relatório de Instrução nº 2602/2024 – NUFIS 2 – LIDER 4);

4 enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

5 dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representado;

6 juntar os presentes autos às contas anuais de gestão do Município de Barão de Grajaú/MA (Processo nº 5704/2025), exercício financeiro 2023, para análise em conjunto e em confronto com a referida prestação de contas, como disposto no artigo 50, § 2º, combinado com o art. 19, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 3473/2024- TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2024

Representante: Núcleo de Fiscalização I/TCE

Representado: Prefeitura de Gonçalves Dias/MA, representada pelo Senhor Antônio Soares de Sena, Prefeito (CPF nº 470.821.863-04)

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pelo Núcleo de Fiscalização deste Tribunal, decorrente do exercício regular da atividade fiscalizadora desta Corte de Contas no que tange ao cumprimento da publicação dos Relatórios de Resumido de Gestão Fiscal (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) nos prazos e condições estabelecidos na LRF, assim como o cumprimento do prazo de envio desses relatórios ao TCE/MA. Prefeitura de Gonçalves Dias/MA, representada pelo Senhor Antônio Soares de Sena, Prefeito. Exercício financeiro 2024. Conhecer. Considerar revel. Recomendar. Multa. Recomendar. Enviar cópia acórdão SUPEX. Juntar.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 751/2025

Vistos,relatados e discutidos estes autos, referente a representação, formulada pelo Núcleo de Fiscalização deste Tribunal, decorrente do exercício regular da atividade fiscalizadora desta Corte de Contas no que tange ao cumprimento da publicação dos Relatórios de Resumido de Gestão Fiscal (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) nos prazos e condições estabelecidos na LRF, assim como o cumprimento do prazo de envio desses relatórios ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em face da Prefeitura de Gonçalves Dias/MA, representada pelo Senhor Antônio Soares de Sena, Prefeito, no exercício financeiro 2024, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 5500/2025/ GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, em:

- a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
- b) considerar revel, o Senhor Antônio Soares de Sena, prefeito de Gonçalves Dias/MA, nos termos do § 6º, do artigo 127, da Lei nº 8.258/2005;
- c) aplicar ao responsável pela Prefeitura de Gonçalves Dias/MA, Senhor Antônio Soares de Sena, Prefeito, multa no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), referente a 10% (dez por cento) dos vencimentos anuais, conforme disposto no art. 11 c/c com o art. 10, I da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020 (alterada pela Instrução Normativa TCE/MA nº 61/2020) e o previsto no art. 5º da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Fiscais, pelo envio intempestivo do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2024 ao TCE/MA, de acordo com o estabelecido no art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000 e nos arts. 8º e 10 da referida Instrução Normativa (art. 11 c/c com art. 10, I e no art. 8º, §§ 4º e 5º da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020 (alterada pela Instrução Normativa TCE/MA nº 61/2020), e art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 - Lei de Crimes Fiscais/ Peça de Representação (RIT nº 6168/2024, item 4, alínea “f”);
- d) recomendar ao Prefeito de Gonçalves Dias, ou a quem o substituir, que observe com mais rigor o cumprimentados prazos legais de envio dos demonstrativos fiscais a este Tribunal, sob pena de também incorrer em sanções institucionais previstas no art. 55, §3º, da LRF, art. 5º, inc. I, da Lei nº 10.028/2000 e art. 274, §3º, inc. III, do RITCE/MA;
- e) dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representante;
- f) enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;
- g) juntar os presentes autos às contas anuais da Prefeitura de Gonçalves Dias/MA (Processo nº 3184/2025), exercício financeiro 2024, para análise em conjunto e em confronto com as referidas prestações de contas, como disposto no artigo 50, § 2º, combinado com o art. 19, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão  
Presidente  
Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador-geral de Contas

Processo nº 7338/2022-TCE/MA

Natureza: Fiscalização – Recurso de Reconsideração

Espécie: Acompanhamento da gestão fiscal

Exercício financeiro: 2022

Entidade: Prefeitura Municipal de Matões/MA

Recorrente: Ferdinando Araújo Coutinho (Prefeito), CPF nº 075.883.303-25, endereço: Rua Coelho Neto, nº 4, bairro Itapecuruzinho, Município de Caxias/MA, CEP 65606-600

Recorrido: Acórdão PL-TCE nº 262/2023

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Procurador constituído: não há

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Recurso de reconsideração contra o Acórdão PL-TCE nº 262/2023 que aplicou multa ao Prefeito de Matões no valor de R\$ 79.560,00 por ter encaminhado o Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2022 fora do prazo e outra multa de R\$ 4.500,00 por ter enviado a este Tribunal de Contas os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos três primeiros bimestres fora do prazo estipulado pelo art. 8º da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020. Conhecimento. Provimento parcial. Redução das multas aplicadas no Acórdão PL-TCE nº 262/2023.

#### ACÓRDÃO PL-TCE/MA Nº 398/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Senhor Ferdinando Araújo Coutinho, Prefeito de Matões no exercício financeiro de 2022, contra o Acórdão PL-TCE nº 262/2023 que lhe aplicou multa no valor de R\$ 79.560,00 (setenta e nove mil, quinhentos e sessenta reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos, por ter encaminhado fora do prazo o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2022, na forma do §1º do art. 5º da Lei nº 10.028/2000 e art. 11 da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020 e outra multa no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), por ter enviado a este Tribunal os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) do 1º, 2º e 3º bimestre de 2022 fora do prazo estipulado pelo art. 8º da Instrução Normativa TCE/MA nº 60/2020, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com base no art. 1º, inciso X, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, que acolheu, em parte, a sugestão da unidade técnica e o Parecer nº 2590/2024-GPROC4/DPS do Ministério público de contas, acordam em:

- a) conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Senhor Ferdinando Araújo Coutinho, prefeito de Matões no exercício financeiro de 2022, contra o Acórdão PL-TCE nº 262/2023, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 136 da Lei Orgânica do TCE/MA;
- b) dar provimento parcial ao recurso e diminuir os valores das multas anteriormente aplicadas para os valores constantes nos itens b.1 e b.2, abaixo:
  - b.1) o valor da multa aplicada no item “a” do Acórdão PL-TCE nº 262/2023 para R\$ 13.260,00 (treze mil duzentos e sessenta reais), correspondente a 5% dos seus vencimentos anuais, conforme a proporcionalidade aplicada em decisões recentes desta Corte e conforme o disposto no § 4º do art. 274 do Regimento Interno do TCE/MA;
  - b.2) o valor da multa aplicada no item “b” do Acórdão PL-TCE nº 262/2023 para R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), obedecendo ao disposto no inciso III do § 3º do art. 274 do Regimento Interno do TCE/MA;
- c) manter os demais termos do Acórdão PL-TCE nº 262/2023, publicado no dia 06/07/2023 no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério

Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 20 de agosto de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 8772/2015-TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial - Recurso de reconsideração

Espécie: Outros

Exercício financeiro: 2010

Enteconcedente: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

Recorrente: Fernando Carvalho Silva

Procuradores constituídos: Diego Fracassi Araújo Nogueira (OAB/MA nº 23.396), Gabriel Rios Soares Fonseca (OAB/MA nº 24.259) e Gustavo Luís Pereira Macedo Costa Filho (OAB/MA nº 24.479)

Recorrido: Acórdão PL-TCE nº 373/2020

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Recurso de reconsideração contra Acórdão PL-TCE nº 373/2020, o qual julgou irregular a prestação de contas do Auxílio a Projeto de Pesquisa concedido ao recorrente. Parecer ministerial e relatório técnico acolhidos em parte. Conhecimento do recurso. Reformar o acórdão recorrido. Julgar a prestação de contas regular com ressalvas. Fazer determinações. Arquivar o processo.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 457/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão PL-TCE nº 373/2020, mantendo o julgamento de irregularidade da prestação de contas do auxílio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA ao professor pesquisador, Senhor Fernando Carvalho Silva, no valor de R\$ 23.000,00, para pesquisa, desenvolvimento e produção de biodiesel de óleo de soja, utilizando catalisador de transferência de fases e energia de micro-ondas, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com base no art. 129, inciso I, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, que acolheu, em parte, a sugestão da unidade técnica e o Parecer do Ministério Público de Contas, acordam em:

- a) conhecer do recurso de reconsideração, interposto por Fernando Carvalho Silva, contra o Acórdão PL-TCE nº 373/2020, com fundamento nos arts. 136 e 137 da Lei Orgânica do TCE/MA, em razão de que, embora intempestivo por um dia, preenche os demais requisitos de admissibilidade e traz elementos já constantes dos embargos de declaração;
- b) dar provimento ao recurso, para reformar o Acórdão PL-TCE nº 373/2020, julgando regulares com ressalvas as contas relativas ao Auxílio a Projeto de Pesquisa (APP) concedido pela FAPEMA ao recorrente, no valor de R\$ 23.000,00, afastando as penalidades de débito e multa anteriormente aplicadas;
- c) fixar como ressalva que, em futuras execuções de recursos de fomento, o beneficiário observe integralmente as regras e condições estabelecidas pelo ente repassador, promovendo, quando necessário, justificativas formais e devidamente documentadas para ajustes ou alterações no projeto originalmente aprovado, a fim de evitar questionamentos ou glosas em prestações de contas posteriores;
- d) determinar à Secretaria Executiva de Sessões deste Tribunal (SESES) que, após a publicação da decisão, envie cópia deste Acórdão ao responsável, Senhor Fernando Carvalho Silva, à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA;
- e) caso o acórdão recorrido tenha sido enviado à Supervisão de Execução de Acórdãos deste Tribunal (Supex) e à Procuradoria Geral de Justiça, determinar à SESES que envie cópia do novo acórdão a estes órgãos para tomarem ciência da nova deliberação e adotarem as providências cabíveis;

f) após as providências acima, providenciar o arquivamento deste processo.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de setembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 2069/2024- TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2021

Representante: Ministério Público do Estado do Maranhão

Representado: Prefeitura de São João do Paraíso/MA, representada pelo Senhor Roberto Régis de Albuquerque, Prefeito (CPF nº 237.383.083-34) e Juvenal Marinho Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde (CPF nº 607.626.623-60)

Procuradores constituídos: Francisco Azevedo Berredo Júnior, OAB/MA nº 25.974

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Representação, originalmente recebida como Denúncia, formulada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão em face da Prefeitura de São João do Paraíso/MA, representada pelos Senhores Roberto Régis de Albuquerque, Prefeito e Juvenal Marinho Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde. Notícia de Fato SIMP nº 000298-269/2021-1ª PJPOF, instaurada pela 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco no dia 07 de março de 2021, a qual demonstrou por meio do monitoramento de dados atualizados de infecção e óbitos decorrentes do coronavírus. Exercício financeiro 2021. Conhecer. Não acolher as alegações de justificativas. Recomendar. Multa. Enviar cópia de acórdão SUPLEX. Comunicar. Arquivar.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 718/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação, originalmente recebida como Denúncia, formulada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, em face da Prefeitura de São João do Paraíso/MA, representada pelos Senhores Roberto Régis de Albuquerque, Prefeito e Juvenal Marinho Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde. A presente representação é oriunda de Notícia de Fato SIMP nº 000298-269/2021-1ª PJPOF instaurada pela 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco no dia 07 de março de 2021, a qual demonstrou por meio do monitoramento de dados atualizados de infecção e óbitos decorrentes do coronavírus, no exercício financeiro de 2021, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acompanhando o Parecer nº 3585/2025/ GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, em:

a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

b) acolher, em parte, as razões e justificativas argumentadas na defesa, referendadas pela Apelação Cível nº 0801089-41.2022.8.10.0053, visto que foram suficientes para elidir as falhas apontadas nos itens do Relatório de Instrução Preliminar no entendimento do TJMA; e permanecendo a irregularidade pelo descumprimento da legislação que impõe o dever de transparência.

c) recomendar ao responsável pela Prefeitura de São João do Paraíso, Senhor Roberto Régis de Albuquerque, ou a quem o substituir, que nas próximas contratações não incorram mais nas irregularidades apontadas pelo representante, divulgando todas as informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados no Portal da Transparência Municipal em cumprimento à Lei 12.527/2011;

d) aplicar, ao responsável pelo Município de São João do Paraíso/MA, Senhor Roberto Régis de Albuquerque, Prefeito, multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), prevista no art. 67, inciso III da Lei 8.258/2005 c/c art. 274, inciso VII do RITCE/MA, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE – Fumtec, a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, em decorrência da infração à norma legal que obriga ao dever de transparência, pela não disponibilização dos contratos ao público no Portal da Transparência do município (art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 / item 2, II do RIT nº 6065/2025 – GEFIS 1 - LÍDER 3);

e) enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

f) dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representante e ao representado;

g) arquivar o presente processo, com fulcro no artigo 50, inciso I, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente, em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 26 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente, em exercício

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador- geral de Contas

Processo nº 2740/2019 - TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros

Exercício financeiro: 2019

Representante: Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão

Representado: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA

Responsáveis: Daniel Sousa da Silva - Secretário Chefe da Casa Civil de Coroatá, CPF: 02209336341, Endereço: Avenida Magalhães de Almeida, Nº 1116, Bairro: Igarapé Grande, Coroatá (MA), CEP: 65.415-000, Antônio da Costa Veloso Filho - Pregoeiro do Município de Coroatá, CPF: 28264126391, Endereço: Rua Senador Leite, Nº 958, Bairro: Centro, Coroatá (MA), CEP: 65.415-000 e Empresa RN Comércio e Empreendimentos pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.581.977/0001-73, com sede na Avenida Magalhães de Almeida, 2080, Centro, Coroatá- MA, CEP 65415-000.

Procuradores constituídos: Edmundo Soares do Nascimento Neto, OAB/MA nº 14.136; Luís Henrique de Oliveira Brito, OAB/MA nº 21.959; Heloísa Aragão de Oliveira Costa, OAB/MA nº 10.045 e James Lobo de Oliveira Lima, OAB/MA nº 6679

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro - Substituto Melquizedeque Nava Neto

Representação. Licitação. Pregão Presencial nº 059/2018. Aquisição de condicionadores de ar e ventiladores. Empresa constituída dias antes do certame. Apresentação de atestado de capacidade técnica inidôneo. Fraude na habilitação. Irregularidades na pesquisa de preços. Sobrepreço. Envio extemporâneo de documentos ao Sacop. Responsabilidade do secretário e do pregoeiro. Multa. Declaração de inidoneidade da empresa. Determinação de tomada de contas especial. Procedência parcial.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 591/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Representação, formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão em face dos Senhores Daniel Sousa da Silva, Secretário Chefe da Casa Civil de Coroatá e Antônio da Costa Veloso Filho - Pregoeiro do Município de Coroatá/MA, no exercício financeiro de 2019, relativa ao Pregão Presencial nº 059/2018, cujo objeto é a aquisição de condicionadores de ar tipo split e ventiladores, totalizando o montante de R\$ 588.750,00, destinados a diversas secretarias do Município de Coroatá/MA, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no

art. 1º, inciso XV, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, reunidos em sessão ordinária de pleno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator Melquizedeque Nava Neto, concordando com o Parecer do Ministério Público de Contas:

I. Conhecer da Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 110, inciso I, c/c o art. 43, inciso VII, ambos da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);

II. Acolher parcialmente as justificativas apresentadas pelo Senhor Daniel Sousa da Silva, reconhecendo-se sua não responsabilização direta pela aceitação de atestado de capacidade técnica inidôneo, mas mantendo-se a sua responsabilização pela omissão no envio, em prazo regulamentar, dos documentos obrigatórios ao Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas – SACOP, em razão das irregularidades apuradas no Pregão Presencial nº 059/2018, promovido pelo Município de Coroatá/MA, cujas inconsistências incluem:

Apresentação de atestado de capacidade técnica com indícios de falsidade, atribuído à empresa contratada;

Aceitação de proposta com valores superiores aos praticados no mercado;

Inobservância de metodologia adequada para pesquisa de preços;

Envio extemporâneo de informações obrigatórias ao SACOP.

III. Aplicar multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos do art. 67, §3º, inciso III, da Lei nº 8.258/2005, de forma solidária aos Senhores: Daniel Sousa da Silva, Secretário Chefe da Casa Civil do Município de Coroatá/MA e Antônio da Costa Veloso Filho, Pregoeiro responsável pelo certame, devida ao erário estadual, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (Fumtec), a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação deste acórdão;

IV. Declarar a inidoneidade da empresa RN Comércio e Empreendimentos Eireli, inscrita no CNPJ nº 31.581.977/0001-73, com fundamento no art. 70 da Lei nº 8.258/2005, diante da comprovação de apresentação de documentação inidônea para fins de habilitação em processo licitatório;

V. Determinar, com base no art. 13 e art. 23 da Lei nº 8.258/2005, que o Chefe do Poder Executivo do Município de Coroatá/MA instaure Tomada de Contas Especial, com vistas à apuração do dano ao erário, identificação dos responsáveis e quantificação do prejuízo, devendo remeter os autos a este Tribunal no prazo legal, nos termos do art. 174, §1º, do Regimento Interno (Resolução TCE/MA nº 423/2025);

VI. Comunicar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, com fulcro no art. 22, §5º, da Lei nº 8.258/2005, para fins de apuração da eventual prática de ilícito penal (falsidade ideológica/documental) por parte da empresa RN Comércio e Empreendimentos Eireli;

VII. Enviar ao Ministério Público de Contas/Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), em cinco dias, após trânsito em julgado, uma via original deste Acórdão, para os fins da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

VIII. Determinar o arquivamento do presente processo, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.258/2005, como medida de racionalização administrativa e economia processual, considerando que o custo da cobrança pode superar o valor do eventual ressarcimento. Ressalta-se que tal arquivamento não implica o cancelamento do débito, permanecendo o devedor obrigado ao seu pagamento, como condição para a obtenção de quitação perante esta Corte de Contas/

IX – Determinar a publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, para fins de ciência e cumprimento pelas partes.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, João Jorge Jinkings Pavão e Marcelo Tavares Silva e os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas



Natureza: Tomada de Contas Especial - Convênios

Exercício financeiro: 2022

Concedente: Governo de Estado do Maranhão/Secretaria de Estado de Saúde/MA (SES)

Responsável: Tiago José Mendes Fernandes (Secretário de Estado da Saúde), CPF nº 027.247.253-01

Conveniente: Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA

Responsável: Bruno José Almeida e Silva, (Prefeito), CPF nº 012.518.623-14

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Tomada de Contas Especial em processo de fiscalização da Portaria Fundo a Fundo nº 870/2022-SES. Secretaria de Estado da Saúde-SES e Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA. Exercício financeiro de 2022. Regular. Arquivar.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 680/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da tomada de contas especial em processo de fiscalização da Portaria Fundo a Fundo nº 870/2022-SES, celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde, por seu gestor Tiago José Mendes Fernandes, Secretário e a Prefeitura de Coelho Neto/MA, representada pelo Senhor Bruno José Almeida e Silva, prefeito, exercício financeiro de 2022, ACÓRDÃO os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 4590/2025/ GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, em:

a) julgar regular a presente Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Senhor Bruno José Almeida e Silva, prefeito Municipal de Coelho Neto/MA, no exercício financeiro de 2022, com fundamento no art. 20 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de constar nos autos comprovação de que não houve dano ao erário referente à prestação de contas da Portaria Fundo a Fundo nº 870/2022-SES, conforme demonstrado no RIT nº 4687/2025-GEFIS III/TCEspecial, de 09 de julho de 2025;

b) arquivar o presente processo, como disposto no artigo 50, I da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, João Jorge Jinkings Pavão e Marcelo Tavares Silva, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 3617/2021-TCE/MA

Natureza: Denúncia

Espécie: Outros

Exercício financeiro: 2021

Denunciante: Cidadão, através do canal Ouvidoria

Denunciado: Prefeitura Municipal de Guimarães/MA

Responsável: Osvaldo Luís Gomes (Prefeito), CPF nº 437.936.143-87, com residência na Praça Luís Domingues, nº 166, Centro, Guimarães/MA, CEP nº 65.255-000

Procurador Constituído: Não há

Objeto: Supostas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 005/2021, que tem como objeto Registro de Preços para a eventual aquisição de material odontológico, material hospitalar e material laboratorial, de interesse da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde

Ministério Público de Contas: Procuradora Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Denúncia interposta por cidadão através do canal Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, de responsabilidade do Senhor Osvaldo Luís Gomes (Prefeito), referente ao exercício financeiro de 2021, denunciando possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 005/2021, que tem como objeto Registro de Preços para a eventual aquisição de material odontológico, material hospitalar e material laboratorial, de interesse da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde. Conhecimento. Julgar à revelia. Multa. Arquivamento.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 592/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes a denúncia interposta por cidadão, através do canal Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, de responsabilidade do Senhor Osvaldo Luís Gomes (Prefeito), referente ao exercício financeiro de 2021, denunciando irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 005/2021, que tem como objeto Registro de Preços para a eventual aquisição de material odontológico, material hospitalar e material laboratorial, de interesse da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde; ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 948/2023/GPROC2/FGL do Ministério Público de Contas, com base no disposto no art. 1º, XX, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA):

- a) conhecer a denúncia posto que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 40 e 41 da Lei nº 8.258/2005 – LOTCE/MA;
- b) considerar improcedente a presente denúncia;
- c) conhecer das irregularidades apontadas pela instrução deste Tribunal a saber: não cumprimento do estabelecido no § 1º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011 na forma estabelecida no § 3º do mesmo artigo, quanto a publicação de todas as informações obrigatórias em tempo real no Portal da Transparência, e pelo descumprimento dos prazos disposto na IN TCE/MA nº 34/2014, quanto ao envio dos elementos de fiscalização a este Tribunal, via Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas;
- d) aplicar multa no valor total de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), ao responsável Senhor Osvaldo Luís Gomes (Prefeito), devida ao erário estadual, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE (Fumtec), a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação deste acórdão, em razão de:
  - d.1) descumprimento do estabelecido no § 1º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011, na forma estabelecida no § 3º do mesmo artigo, quanto a publicação de todas as informações obrigatórias em tempo real no Portal da Transparência, multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme previsto no art. 67, inciso III, da Lei nº 8.258/2005, c/c o art. 274, inciso III, do Regimento Interno do TCE/MA;
  - d.2) não envio dos elementos de fiscalização a este Tribunal, via Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas, nos prazos determinados, conforme disposto na Instrução Normativa TCE/MA nº 34/2014, multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), conforme previsto no art. 13 da IN TCE/MA nº 34/2014, c/c o art. 67, inciso III, da Lei nº 8.258/2005, e inciso III do § 3º do art. 274 do Regimento Interno do TCE/MA;
- e) determinar o aumento da multa decorrente do item c, na data do efetivo pagamento, quando realizado após o seu vencimento, com base nos acréscimos legais incidentes no caso de mora dos créditos tributários do Estado do Maranhão, calculados a partir da data do vencimento;
- f) determinar o arquivamento destes autos, conforme disposto no art. 50, I, da LOTCE/MA, em razão do Processo nº 3238/2022 – Prestação de Contas Anual de Governo, ter transitado em 11/07/2025, e o Processo nº 3688/2022 – Prestação de Contas Anual de Gestores da Administração Direta, ter transitado em 07/08/2025;
- g) enviar à Supervisão de execução de acórdãos - SUPEX/MPC cópia deste acórdão para providência em relação à cobrança da multa;
- h) dar ciência às partes, através da publicação deste acórdão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado e Marcelo Tavares Silva, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

## Relator

Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 3477/2024 – TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2024

Representante: Núcleo de Fiscalização 1 - NUFIS1 LIDER7

Representado: Município de Lago do Junco/MA, representado pela Senhora Maria Edina Alves Fontes - Prefeito, CPF: 509.292.083-15

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pelo Núcleo de Fiscalização deste Tribunal, decorrente do exercício regular da atividade fiscalizadora desta Corte de Contas no que tange ao cumprimento da publicação dos Relatórios de Resumido de Gestão Fiscal (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) nos prazos e condições estabelecidos na LRF, assim como o cumprimento do prazo de envio desses relatórios ao TCE/MA. Prefeitura de Lago do Junco/MA, representada pela Senhora Maria Edina Alves Fontes - Prefeito. Exercício financeiro 2024. Conhecer. Não acolher as alegações de defesa. Multa. Recomendar. Juntar.

## ACÓRDÃO PL-TCE Nº 675/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação formulada pelo Núcleo de Fiscalização deste Tribunal, decorrente do exercício regular da atividade fiscalizadora desta Corte de Contas no que tange ao cumprimento da publicação dos Relatórios de Resumido de Gestão Fiscal (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) nos prazos e condições estabelecidos na LRF, assim como o cumprimento do prazo de envio desses relatórios ao TCE/MA. Prefeitura de Lago do Junco/MA, representada pela Senhora Maria Edina Alves Fontes - Prefeito. Exercício financeiro 2024, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 8807/2024/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, ACORDAM em:

1 conhecer da Representação, por preencher os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 41 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

2 aplicar à responsável Senhora Maria Edina Alves Fontes, Prefeita Municipal de Lago do Junco/MA, multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por evento sob o código de receita 307 – Fundo de Modernização do TCE/MA – Fumtec, a ser recolhida, no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, em razão de ato praticado, ou omitido, com grave infração à norma legal expressa na Lei Complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000 e no art. 11 c/c com art. 10, I da Instrução Normativa TCE/MA nº 60 de 2020 (alterada pela Instrução Normativa TCE/MA nº 61/2020), referente ao envio intempestivo ao TCE/MA do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2024 (art. 274, § 3º, III e art. 276 do Regimento Interno; art. 8º §1º da IN-TCE nº 60/2020 (alterada pela IN-TCE nº 61/2020 / item 4, do Relatório de Instrução nº 6266/2024 – NUFIS I – LIDER 7 DE 12 agosto de 2024).

3 enviar cópia do Acórdão à Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), para cumprimento do art. 2º, inciso I, da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

4 dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representado;

5 juntar os presentes autos às contas anuais de governo do Município de Lago do Junco/MA (Processo nº 7177/2025), exercício financeiro 2024, para análise em conjunto e em confronto com a referida prestação de contas, como disposto no artigo 50, § 2º, combinado com o art. 19, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto, Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 29 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente  
Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador-geral de Contas

Processo nº 4036/2023-TCE/MA

Natureza: Recurso de revisão

Espécie: Outros

Entidade: Prefeitura Municipal de Humberto de Campos/MA

Recorrente: José Ribamar Ribeiro Fonseca, Prefeito, CPF nº 124.238.073-68, endereço: Rua Coronel Paiva, Qd-59, nº 11, Turu, São Luís/MA, CEP nº 65.066-290

Recorrido: Parecer Prévio PL-TCE nº 165/2021

Processo de contas nº 3159/2012 – TCE/MA

Exercício financeiro: 2011

Procurador constituído: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Recurso de revisão impetrado pelo Senhor José Ribamar Ribeiro Fonseca, Prefeito do Município de Humberto de Campos/MA no exercício financeiro de 2011, impugnando os termos do Parecer Prévio PL-TCE nº 165/2021, emitido sobre a prestação de contas anual de governo desse município. Não conhecimento.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 622/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de recurso de revisão impetrado pelo Senhor José Ribamar Ribeiro Fonseca, Prefeito do Município de Humberto de Campos/MA no exercício financeiro de 2011, impugnando os termos do Parecer Prévio PL-TCE nº 165/2021, emitido sobre a prestação de contas anual de governo desse município, os membros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com base no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e nos arts. 129, inciso III, e 139 da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com o Parecer nº 2720/2025/GPROC4/DPS, acordam em:

- a) não conhecer do Recurso de Revisão interposto pelo Senhor José Ribamar Ribeiro Fonseca, Prefeito Municipal de Humberto de Campos/MA, referente ao exercício financeiro de 2011, contra o Parecer Prévio PL-TCE nº 165/2021, em razão da ausência dos pressupostos de admissibilidade;
- b) determinar o arquivamento dos autos.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 29 de outubro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão  
Presidente  
Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº: 89/2023-TCE/MA

Natureza: Representação – Recurso de Reconsideração

Exercício financeiro: 2022

Representante: Núcleo de Fiscalização I – NUFIS I do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Representada: Prefeitura Municipal de Godofredo Viana/MA

Recorrente: Shirley Viana Mota, Prefeito, CPF nº 326.418.427-34, com endereço na Rua José Vitorio, s/nº, Bairro Alegre, Godofredo Viana/MA, CEP nº 65. 285-000

Procuradores constituídos: Joana Mara Gomes Pessoa Prado (OAB/MA nº 8.598); Adriana Santos Matos (OBA/MA nº 18.101); Gilson Alves Barros (OAB/MA nº 7.492)

Recorrido: Acórdão PL – TCE nº 423/2024

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro – Substituto Osmário Freire Guimarães

Recurso de reconsideração interposto em face do Acórdão PL – TCE nº 423/2024, que deu provimento à Representação contra a Prefeitura Municipal de Godofredo Viana/MA, por descumprimento nas exigências da transparência, com aplicação de penalidades, referente ao exercício financeiro de 2022. Conhecimento. Negar provimento. Manutenção do Decisório recorrido. Ciência aos interessados. Encaminhamento à SUPEX. Arquivamento dos autos, após o transcurso dos prazos legais.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 683/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, referentes ao recurso de reconsideração interposto pelo Senhor Shirley Viana Mota, Prefeito, em face do Acórdão PL – TCE nº 423/2024, que deu provimento à Representação, em razão do descumprimento das exigências de transparência previstas na Lei Complementar nº 101/2000, conforme Demonstrativo de Avaliação do Portal da Transparência, relativo ao exercício financeiro de 2022, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, III, da Constituição Estadual do Maranhão e nos arts. 123, IV, 129, III, e 139, caput e incisos I a III da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), à unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme o art. 104, §1º, da Lei Orgânica, divergindo do Parecer nº 10.208/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, acordam:

- a) conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Senhor Shirley Viana Mota, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade;
- b) negar provimento ao Recurso, por entender que as justificativas oferecidas pelo Recorrente não foram capazes de afastar as falhas constantes da alínea “c” do Acórdão PL – TCE nº 423/2024;
- c) manter na integralidade os termos do Acórdão PL – TCE nº 423/2024;
- d) dar ciência do deliberado, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas;
- e) determinar o envio ao Ministério Público de Contas/SUPEX, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via original deste Acórdão e do decisório recorrido, para os fins da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;
- f) proceder ao arquivamento de cópia dos autos, por meio eletrônico neste TCE, após o transcurso dos prazos legais.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros – Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator), e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 5 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro – Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº: 3191/2019-TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Entidade: Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão

Exercício financeiro: 2018

Responsáveis: Elisângela Correia Cardoso, CPF: 476.063.043-00, Presidente, residente e domiciliada na Rua Seis, Quadra 16, nº 02, Vila Embratel, São Luís/MA CEP nº 65.080-140; Welligton Silva da Costa, CPF:

706.918.513-87, Diretor Administrativo, residente e domiciliado na Rua 06 A, nº 54, quadra 6 D, São Luís/MA CEP 65.058-082 e Adhemar de Araújo Correa, CPF: 062.558.333-72, Diretor da Unidade Setorial de Finanças, residente e domiciliado na Avenida 01, nº 65, Quadra 32, Bequimão, São Luís/MA. CEP 65.060-000

Procurador constituído: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Prestação de Contas Anual de Gestores da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão, de responsabilidade da Senhora Elisângela Correia Cardoso – Presidente; Senhor Wellington Silva da Costa, Diretor Administrativo e Senhor Adhemar de Araújo Correa, Diretor da Unidade Setorial de Finanças. Exercício financeiro de 2018. Irregularidades em procedimentos licitatórios. Falhas de natureza formal. Julgamento regular com ressalva.

#### ACORDÃO PL-TCE Nº 627/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da Prestação de Contas Anual de Gestores da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão, relativa ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade da Senhora Elisângela Correia Cardoso, do Senhor Wellington Silva da Costa e do Senhor Adhemar de Araújo Correa, ordenadores de despesas, os Conselheiros integrantes do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso III, da Constituição Estadual e no art. 1º, inciso III, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, e nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com o Parecer nº 4460/2025/ GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, acordam em:

- a) julgar regular com ressalva as contas da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão, referente ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade da Senhora Elisângela Correia Cardoso (à época Presidente), do Senhor Wellington Silva da Costa (à época Diretor Administrativo Financeiro) e do Senhor Adhemar de Araújo Correa (à época Diretor da Unidade Setorial de Finanças), com fundamento no art. 172, II, da Constituição Estadual, no artigo 1º, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), em razão da existência das irregularidades constantes no item 2.1, do Relatório de Instrução nº 3692/2019 – UTCEX3/SUCEx10;
- b) aplicar aos responsáveis, Senhora Elisângela Correia Cardoso, Senhor Wellington Silva da Costa e Senhor Adhemar de Araújo Correa, com fundamento no art. 67, inc. III, da LOTCE/MA e art. 274, III, e §3º, III, do Regimento Interno, multa no valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), devida ao erário estadual, sob o código da receita 307 – Fundo de Modernização do TCE – FUMTEC, a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial deste Acórdão, em razão das infrações às normas legais e regulamentares (art. 67, inc. III, da LOTCE/MA e art. 274, III, e §3º, III, do Regimento Interno) apontadas no Item 2.1 do Relatório de Instrução nº 3692/2019 – UTCEX3/SUCEx10, individualizadas da seguinte forma: multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item, em face do não envio ou envio intempestivo de 08 (oito) elementos de fiscalização (licitação e contratos) ao SACOP, totalizando a quantia de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelas demais ocorrências registradas no referido subitem;
- c) determinar o aumento do valor das multas na data do efetivo pagamento, se realizado após o vencimento, com base nos acréscimos legais incidentes (art. 68 da Lei Estadual nº 8.258/2005);
- d) dar ciência desta decisão a Senhora Elisângela Correia Cardoso, ao Senhor Wellington Silva da Costa e ao Senhor Adhemar de Araújo Correa, por meio da publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;
- e) arquivar os autos, após o cumprimento de todas as providências cabíveis e transcorridos os prazos legais, desde que não haja manifestação do Responsável e/ou do Ministério Público de Contas.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva (Relator) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 5 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Relator

Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 3360/2024 - TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros

Exercício financeiro: 2023

Representante: Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão (MPC/MA)

Representado: Prefeitura Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA

Responsáveis: Antônio Rafael Nani (Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão), CPF: 206.416.309-30, Endereço: Rua dos Rouxinois Cond. Alphaville, Renascença II, São Luís/MA, CEP:65.075-630; Layse Maria da Silva (Secretária Municipal de Educação) CPF: 45283311368, Endereço: Travessa Teixeira de Freitas, Nº 1418, Centro, Bacabal/MA, CEP: 65700-000; Vera Lúcia de Oliveira Silva Rodrigues (Secretária Municipal de Saúde), CPF: 00424342383, Endereço: Rua 05, Unidade 201, nº 55, Centro, São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, CEP:65.708-000; Maria do Socorro Silva Fernandes Martins (Secretária Municipal de Assistência Social), CPF: 43153496315, Endereço: Rua Tres, S/N, Novo SLG, São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, CEP:65.708-000;

Procuradores constituídos: Hugo Gedeon Cardoso, OAB/MA 8.891 e Gabriel Aranha Cunha, OAB/MA 21.913

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro - Substituto Melquizedeque Nava Neto

Representação. Transparência ativa. Ausência de publicação de adesão a ata de registro de preços e contrato. Descumprimento da LAI (Art. 8º, §§ 1º, IV e 2º) e de normas do TCE/MA (Res. N. 410/2024). Revelia dos secretários municipais (Art. 127, § 6º, LOTCE/MA). Multa (Art. 67, III e IV, LOTCE/MA). Determinação de publicação em 30 Dias (Art. 50, IV, LOTCE/MA). Apensamento às contas de 2023 (Art. 50, LOTCE/MA). Empresa contratada Não responsabilizada. Procedência.

#### ACORDÃO PL-TCE Nº 642/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão, em face do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão, de seus Secretários Municipais e da empresa Instituto Singulare (CNPJ nº 03.688.601/0001-27), representada pelo Senhor Waldiner dos Santos Júnior, em razão da ausência de transparência ativa na contratação decorrente do Processo de Adesão nº 003/2023, que resultou no Contrato nº 010903/2023, no exercício financeiro de 2023, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 1º, inciso XXII, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, reunidos em sessão ordinária de pleno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator Melquizedeque Nava Neto, concordando com o Parecer nº 10917/2025 – GPROC3/PHAR, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em:

I – Conhecer da Representação formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 40 da Lei Orgânica do TCE/MA e no art. 98 da Resolução TCE-MA nº 423/2025;

II – Julgar procedente a presente Representação, para reconhecer a ocorrência de irregularidade administrativa consistente na ausência de transparência ativa quanto à publicação do Processo de Adesão nº 003/2023 e do Contrato nº 010903/2023, no Portal da Transparência do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão e no sistema Sinc-Contrata desta Corte, em afronta ao disposto no art. 8º, §§ 1º, IV e 2º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no art. 4º, caput, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);

III. Reconhecer a revelia processual dos Senhores Antônio Rafael Nani, Layse Maria da Silva, Vera Lúcia de Oliveira Silva Rodrigues e Maria do Socorro Silva Fernandes Martins, nos termos do art. 127, § 6º, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, diante da ausência de apresentação de defesa no prazo legal, mesmo após regularmente citados, configurando inércia injustificada;

Em consequência, presumem-se verdadeiros os fatos que lhes foram imputados, relativos à omissão no cumprimento do dever legal de transparência ativa e de prestação de informações à Corte de Contas, restando caracterizada a irregularidade administrativa por descumprimento dos arts. 4º, caput, e 22, incisos I e VI, da Lei Orgânica do TCE/MA, e do art. 8º, §§ 1º, IV e 2º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

IV. Aplicar Multa individual no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) aos Senhores Antônio Rafael Nani, Layse Maria da Silva, Vera Lúcia de Oliveira Silva Rodrigues e Maria do Socorro Silva Fernandes

Martins, com fundamento no art. 67, incisos III e IV, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (Lei nº 8.258/2005), em razão do descumprimento do dever legal de transparência ativa e de prestação de informações à Corte de Contas, consubstanciado na ausência de publicação e registro do Processo de Adesão nº 003/2023 e do Contrato nº 010903/2023 no Portal da Transparência do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão e no Sinc-Contrata desta Corte;

V. Determinar ao Município de São Luís Gonzaga do Maranhão, por meio do atual Prefeito e dos Secretários responsáveis, que, no prazo de 30 (trinta) dias, publique integralmente no Portal da Transparência Municipal e registre no sistema Sinc-Contrata todos os documentos e informações referentes ao Processo de Adesão nº 003/2023 e ao Contrato nº 010903/2023, sob pena de imposição de novas sanções, conforme o art. 50, inciso IV, da LOTCE/MA e o art. 99 da Resolução TCE-MA nº 423/2025;

VI. Apensar o presente processo às Prestação de Contas Anual de Gestores da Administração Direta, exercício financeiro de 2023 do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão, para que produza os efeitos cabíveis na análise global da gestão;

VII. Não aplicar sanção à empresa Instituto Singulare (CNPJ nº 03.688.601/0001-27), representada pelo Senhor Waldiner dos Santos Júnior, quanto à omissão de transparência ativa, por não se verificar participação direta ou contributiva na conduta omissiva do ente público contratante, conforme o art. 22, § 3º, inciso II, da Lei Orgânica do TCE/MA;

VIII. Enviar ao Ministério Público de Contas/Supervisão de Execução de Acórdãos (Supex), em cinco dias, após trânsito em julgado, uma via original do Acórdão, para os fins da Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

IX – Determinar a publicação deste acórdão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, para fins de ciência e cumprimento pelas partes.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 05 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 2711/2023-TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros

Exercício financeiro: 2023

Representante: Núcleo de Fiscalização - I do TCE/MA (NUFIS-I)

Representado: Prefeitura Municipal de Peri Mirim/MA

Responsável: Heliezer de Jesus Soares (Prefeito), CPF nº 288.380.253-04, com residência na Avenida Gomes de Castro, nº 223, Centro, Peri Mirim/MA, CEP: 65.245-000

Procurador Constituído: não há

Objeto: Descumprimento dos limites de despesa com pessoal prescritos no artigo 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Representação. Direito financeiro. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Despesa total com Pessoal (DTP).

Extrapolação do limite máximo legal. Descumprimento da obrigação de redução do excesso.

Conhecimento. Indeferimento da cautelar. Multa. Arquivamento.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 641/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação interposta pelo Núcleo de Fiscalização – I



deste Tribunal de Contas, em face da Prefeitura Municipal de Peri Mirim/MA, de responsabilidade do Senhor Heliezer de Jesus Soares (Prefeito), referente ao exercício financeiro de 2023, denunciando possíveis irregularidades decorrentes da inobservância do artigo 20, III, “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quanto ao cumprimento do limite legal referente ao percentual com despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal; os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, nos termos do relatório e voto do Relator, dissentindo do Parecer nº 1327/2023/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, quanto à concessão de medida cautelar e realização de fiscalização, decidem, com base no disposto no art. 1º, XXII, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA):

- a) conhecer a representação por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 43, incisos VI, da Lei nº 8.258/2005 – LOTCE/MA;
- b) indeferir os pedidos de Medida Cautelar e de determinação de Fiscalização/Inspeção, em razão da perda do caráter de urgência e extemporaneidade das medidas, devendo a matéria ser concentrada no julgamento da Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Peri Mirim/MA, exercício financeiro de 2023, que já se encontra em fase avançada de instrução;
- c) julgar procedente a Representação, reconhecendo que o Senhor Heliezer de Jesus Soares, na qualidade de Prefeito do Município de Peri Mirim/MA, incorreu em violação ao art. 20, III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, ao descumprir os limites de gastos com pessoal, e não promover ações e medidas para reduzir a despesa total com pessoal, em no mínimo, um terço do excesso até o final do primeiro quadrimestre de 2023, conforme determina o art. 23, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- d) aplicar ao Senhor Heliezer de Jesus Soares, Prefeito do Município de Peri Mirim/MA, multa no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 10% dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, por deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo (art. 5º, IV, da Lei nº 10.028/2000). O cálculo da multa foi realizado com base nos dados do SINC-Auditor, considerando o vencimento mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o pagamento de sua responsabilidade pessoal, a ser recolhida ao Erário Estadual no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação oficial do Acórdão, sob o código de receita 307 – Fundo de Modernização do TCE/MA (FUMTEC), nos termos do art. 27, III, “a”, da Lei nº 8.258/2005;
- e) determinar o aumento da multa decorrente do item “d”, na data do efetivo pagamento, quando realizado após o seu vencimento, com base nos acréscimos legais incidentes no caso de mora dos créditos tributários do Estado do Maranhão, calculados a partir da data do vencimento, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.258/2005;
- f) determinar o arquivamento desta Representação, com fulcro no art. 50, inc. I, da Lei nº 8.258/2005 – LOTCE/MA, visto que, o processo de Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Peri Mirim/MA, exercício financeiro de 2023, (Processo nº 3306/2024), encontra-se em fase avançada para elaboração de voto;
- g) enviar à Supervisão de Execução de Acórdãos - SUPEX/MPC cópia deste acórdão para providência em relação à cobrança da multa, nos termos do art. 32, inciso II, da Lei nº 8.258/2005-LOTCE/MA;
- h) dar ciência do voto às partes, através da publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.258/2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 05 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 11/2025 – TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial

Exercício financeiro: 2020

Concedente: Secretaria de Estado da Cultura/MA - (SECMA)

Responsável: Yuri Arruda Milhomem, Secretário, CPF nº 035.988.343-57

Conveniente: Fanzine Projetos e Produções Culturais

Responsável: Cintia Cristine Pessoa Bezerra, (Representante), CPF nº 064.068.743-15,

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Tomada de Contas Especial. Auxílio nº 35 (Lei Aldir Blanc). Secretaria de Estado da Cultura - SECMA e Fanzine Projetos e Produções Culturais. Exercício financeiro de 2020. Omissão no dever de prestar contas. Arquivar.

#### ACÓRDÃO PL-TCE Nº 663 /2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da tomada de contas especial em processo de fiscalização de Auxílio nº 35 (Lei Aldir Blanc), celebrado entre a Secretaria de Estado da Cultura - SECMA e Fanzine Projetos e Produções Culturais, representada pela Senhora Cintia Cristine Pessoa Bezerra, representante, exercício financeiro de 2020, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamentos no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104, caput, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 10333/2025/ GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, em:

a) julgar regular a presente Tomada de Contas Especial, de responsabilidade da Senhora Cintia Cristine Pessoa Bezerra, Presidente da Fanzine Projetos e Produções Culturais, no exercício financeiro de 2020, com fundamento no art. 20 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de constar nos autos comprovação de que não houve dano ao erário referente à prestação de contas Auxílio nº 35 (Lei Aldir Blanc), conforme demonstrado no RIT nº 4067/2025 - GEFIS III/LIDERANÇA 11, de 13 de junho de 2025;

b) arquivar o presente processo, como disposto no artigo 50, I da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), Jose de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 12 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

### Parecer Prévio

Processo n.º 3184/2024 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2023

Entidade: Município de Itaipava do Grajaú/MA

Responsável: Jovaldo Cardoso Oliveira Júnior – Prefeito (CPF n.º 902.132.621-34)

Procuradores constituídos: Luis Henrique de Oliveira Brito OAB/MA 21.959

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de Governo, Município de Itaipava do Grajaú/MA, de responsabilidade do Senhor Jovaldo Cardoso Oliveira Júnior, relativa ao exercício financeiro de 2023. Emissão de Parecer Prévio pela

## Desaprovação, das contas de governo.

## PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 345/2025

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual do Maranhão e o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, comungando com Parecer nº 5667/2025/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas:

a) emitir parecer prévio pela desaprovação, das contas anuais de governo, de responsabilidade do Senhor Jovaldo Cardoso Oliveira Junior, Prefeito de Itaipava do Grajaú/MA, no exercício financeiro de 2023, nos termos dos arts. 1º, I, 10, I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignadas no Relatório de Instrução nº 12152/2024, de 07 de janeiro de 2025, a seguir:

a.1) despesas Empenhada (R\$ 69.363.038,51) em montante superior às receitas efetivamente arrecadas no exercício (R\$ 62.262.886,88), resultando em “deficit” orçamentário de execução (R\$ 7.100.151,63) o que foi caracterizado como desequilíbrio fiscal ou gestão inadequada da execução orçamentária e financeira. (arts. 48, alínea “b”, 58, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964; art. 1º, § 1º, art. 4º, I, alínea “a”, e art. 9º, caput, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 / Seção 6, item 6.4.2, subitem 6.4.2.1, Quadro 7, do Relatório de Instrução nº 12152/2024).

a.2) aplicação de 18,28% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, descumprindo, assim, o limite constitucional de 25% estabelecido no art. 212 da Constituição Federal de 1988 (item 6.8 do Relatório de Instrução nº 12152/2024);

a.3) insuficiência financeira para quitar as obrigações referentes a Restos a Pagar (disponibilidade de Caixa R\$ - 4.209.326,37, Restos a Pagar R\$ 25.151.308,70), resultando em um déficit de R\$ 29.360.635,07, descumprindo o Art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) (item 6.14 do Relatório de Instrução nº 12152/2024);

b) enviar à Câmara de Vereadores do Município de Itaipava do Grajaú/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1º da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

c) a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 1º, §1º, da Resolução TCE/MA nº 335, de 09 de dezembro de 2020, no exercício de suas atribuições, delibere sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, constante dos autos do Proc. nº 2501/2019 (Prestação de Contas Anual de Gestores da Administração Direta), e demais processos que compõem a prestação de contas, ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas da Prefeita, sobre eventual ato de gestão realizado pela Prefeita quando ordenador de despesas.

d) enviar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via do parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), Jose de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto, o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício Financeiro: 2022

Entidade: Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio/MA

Responsável: José Almeida de Sousa (Prefeito), CPF nº 497.462.273-00, Endereço: Rodovia BR 222 , nº 1554, Bairro: Centro, Município: Igarapé do Meio/MA, CEP 65.345-000

Procuradores constituídos: Pedro Durans Braid Ribeiro, OAB/MA nº 10.255, Francisco Rodrigues dos Santos Netto, OAB/MA nº 9.226, Emmanuel Ribeiro Formiga, OAB/MA nº 23.854, Maurício Dourado e Vasconcelos, OAB/MA nº 14.921, Ana Carolina Nogueira Santos Cruz, OAB/MA nº 6.120, Stefany Dias Cardoso, OAB/MA nº 22.440 e Amanda Leticia Setubal Pereira, OAB/MA nº 24.894.

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Igarapé do Meio/MA, exercício financeiro 2022, de responsabilidade do Senhor José Almeida de Sousa – Prefeito. Aprovação com Ressalva das Contas.

**PARECER PRÉVIO PL – TCE/MA Nº 205/2025**

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, I, da Constituição Estadual e o art. 1.º, I, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, decide, por unanimidade, em sessão ordinária do Pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, concordando com o Parecer do Ministério Público de Contas:

a) emitir Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas das Contas de Governo do Município de Igarapé do Meio/MA, exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do Senhor José Almeida de Sousa, Prefeito Municipal, com fundamento nos arts. 8º, §3º, inciso II c/c o 10, inciso I, da LOTCE/MA em razão despesas empenhadas em montante de R\$ 122.973.820,59 superior às receitas arrecadadas de R\$ 101.479.661,76, descumprindo o disposto no § 1º do art. 1º, na alínea “b” do inciso I do art. 4º e no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, combinado com a alínea “b” do art. 48 da Lei nº 4.320, de 1964, (Relatório de Instrução nº 2105/2023, item 7.3.3 – Quadro 6);

b) enviar à Câmara Municipal de Igarapé do Meio /MA, após o trânsito em julgado, as referidas contas, acompanhadas do Parecer Prévio, para a deliberação prevista no § 2º do art. 31 da Constituição Federal/1988, c/c o § 1º do art. 10 da Lei Orgânica do TCE/MA.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite e os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de outubro de 2025

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 2648/2022 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2021

Entidade: Município de Viana/MA

Responsável: Carlos Augusto Furtado Cidreira – Prefeito (CPF nº 150.157.773-53)

Procuradores constituídos: Pedro Durans Braid Ribeiro, OAB/MA nº 10.255; Stefany Dias Cardoso, OAB/MA nº 22.440; Ana Carolina Nogueira Santos Cruz, OAB/MA nº 6.120; Maurício Dourado e Vasconcelos, OAB/MA nº 14.921; Francisco Rodrigues dos Santos Netto, OAB/MA nº 9.226, Amanda Leticia Setubal Pereira, OAB/MA nº 24.894; e Lucas Ruan Ramos Coelho, OAB/MA nº 21.737

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de Governo, Município de Viana/MA. Responsabilidade do Prefeito, Senhor Carlos Augusto Furtado Cidreira, relativa ao exercício financeiro de 2021. Parecer Prévio pela Aprovação, com Ressalvas, das contas de governo.

**PARECER PRÉVIO PL-TCE/MA N.º 341/2025**

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual e o art. 1.º, inciso I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer n.º 4790/2025-GPROC4, do Ministério Público de Contas:

1) emitir parecer prévio pela aprovação, com ressalvas, das contas de governo, de responsabilidade do Senhor Carlos Augusto Furtado Cidreira, Prefeito de Viana/MA, no exercício financeiro de 2021, nos termos dos arts. 1.º, I, c/c o art. 8.º, §3.º, II, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignadas no Relatório de Instrução n.º 3907/2022, GEFIS3/LIDER11, de 05 de outubro de 2022 (preliminar) e no Relatório de Instrução Conclusivo n.º 274/2023, GEFIS3/LIDER11, de 03 de fevereiro de 2023 (Conclusivo), a seguir:

1.1) verifica-se que dos recursos recebidos do FUNDEB, há divergência entre o percentual aplicado, apurado pelo Tribunal (62,33%); percentual informado para o SIOPE (61,12%); e o percentual de 70,31% informado na Certidão de Cumprimento de limites constitucionais expedida por este Tribunal de Contas, em 04 de outubro de 2022. (art. 212-A, XIX, da Constituição Federal de 1988, e o art. 26, caput, da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 / seção 4, item 4.7, quadro 10, do Relatório Instrução n.º 3907/2022; e seção 2, item 2.1, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 274/2023);

1.2) aplicação dos recursos do FUNDEB menor que 90%, o município aplicou apenas 62,33% na remuneração de profissionais da educação básica em efetivo exercício; e 19,98%, em outras despesas, que não remuneração dos profissionais da educação básica, ou seja, inferior a 90% da totalidade dos recursos recebidos do FUNDEB (art. 25, § 3.º, da Lei n.º 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020 / Seção 4, item 4.7, Quadros 10 e 11, do Relatório Instrução n.º 3907/2022; e seção 2, item 2.2, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 274/2023);

1.3) divergência entre os valores informados para o SIOPE e os apresentados na Prestação de Contas referente ao percentual mínimo de aplicação dos 50% dos recursos da Complementação do Valor Anual Total por Aluno/VAAT, em despesas com a Educação Infantil, o município aplicou 0,00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE) e 30,48% (informados para o SIOPE). (art. 212-A, § 3.º, da Constituição Federal e art. 28, da Lei 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020/ Seção 4, item 4.7, Quadro 12, do Relatório Instrução n.º 3907/2022; e seção 2, item 2.3, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 274/2023)

2) enviar à Câmara de Vereadores do Município de Viana/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1.º da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

3) a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, no exercício de suas atribuições, deliberes sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1.º, I, “g”, da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas do Prefeito, sobre eventual ato de gestão realizado pelo Prefeito quando ordenador de despesas;

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

## Procurador-geral de Contas

Processo n.º 30992024 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2023

Entidade: Município de Anajatuba/MA

Responsável: Helder Lopes Aragão – Prefeito (CPF n.º 147.019.603-49)

Procuradores constituídos: Edmundo Soares do Nascimento Neto OAB/MA 14.136, Luis Henrique de Oliveira Brito OAB/MA 21.959

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de Governo, Município de Anajatuba/MA, de responsabilidade do Senhor Helder Lopes Aragão, relativa ao exercício financeiro de 2023. Emissão de Parecer Prévio pela Desaprovação, das contas de governo.

## PARECER PRÉVIO PL–TCE Nº 342/2025

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual do Maranhão e o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, dissentindo do Parecer nº 5660/2025/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas:

a) emitir parecer prévio pela desaprovação das contas anuais de governo, de responsabilidade do Senhor Helder Lopes Aragão, Prefeito de Anajatuba/MA, relativa ao exercício financeiro de 2023, nos termos dos arts. 1º, I, 8º, § 3º, III, e art. 10, I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignadas no Relatório de Instrução nº 5119/2025, de 24 de julho de 2025, a seguir

a.1) Despesas Empenhada (R\$ 124.737.653,16) em montante superior às receitas efetivamente arrecadas no exercício (R\$ 109.750.530,33), resultando em “deficit” orçamentário de execução (R\$ 14.987.122,83) o que foi caracterizado como desequilíbrio fiscal ou gestão inadequada da execução orçamentária e financeira. (arts. 48, alínea “b”, 58, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964; art. 1º, § 1º, art. 4º, I, alínea “a”, e art. 9º, caput, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 / Seção 6, item 6.4.2, subitem 6.4.2.1, Quadro 7, do Relatório de Instrução nº 5119/2025);

a.2) insuficiência financeira para quitar as obrigações referentes a Restos a Pagar (disponibilidade de Caixa R\$ - 8.725.739,57, Restos a Pagar R\$ 29.642.482,14), resultando em um déficit de R\$ 20.916.742,57, descumprindo o Art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) (item 6.14 do Relatório de Instrução nº 5119/2025);

b) enviar à Câmara de Vereadores do Município de Anajatuba/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1º da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

c) a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 1º, §1º, da Resolução TCE/MA nº 335, de 09 de dezembro de 2020, no exercício de suas atribuições, delibere sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, constante dos autos do Proc. n.º 2501/2019 (Prestação de Contas Anual de Gestores da Administração Direta), e demais processos que compõem a prestação de contas, ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas da Prefeita, sobre eventual ato de gestão realizado pela Prefeita quando ordenador de despesas.

d) enviar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via do parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), Jose de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de

Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo n.º 3172/2024 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2023

Entidade: Município de Governador Luiz Rocha/MA

Responsável: José Orlanildo Soares de Oliveira – Prefeito (CPF n.º 291.108.743-72)

Procuradores constituídos: Edmundo Soares do Nascimento Neto, OAB/MA n.º 14.136; Luís Henrique de Oliveira Brito, OAB/MA n.º 21.959; Heloísa Aragão de Oliveira Costa, OAB/MA n.º 10.045; Gabriel Guerra Amorim de Souza, OAB/MA n.º 25.734; Marco Alberto Teixeira Grippo, CRC/MA n.º 012879/0-8; e Giulliane Correa Silva, CPF n.º 049.714.903-61

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de Governo, município de Governador Luiz Rocha/MA, de responsabilidade do Prefeito, Senhor José Orlanildo Soares de Oliveira, relativa ao exercício financeiro de 2023. Parecer Prévio pela Desaprovação das contas de governo. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

#### PARECER PRÉVIO PL-TCE/MA N.º 344/2025

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual e o art. 1.º, inciso I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer n.º 12812/2025-GPROC3, do Ministério Público de Contas:

1) emitir parecer prévio pela desaprovação das contas de governo, de responsabilidade do Senhor José Orlanildo Soares de Oliveira, Prefeito de Governador Luiz Rocha/MA, no exercício financeiro de 2023, nos termos dos arts. 1.º, 8.º, § 3.º, III e art. 10, I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignadas no Relatório de Instrução n.º 12151/2024, GEFIS3/LIDER11, de 20 de dezembro de 2024 (Preliminar), e no Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025, GEFIS3/LIDER8, de 30 de outubro de 2025, a seguir::

1.1) Despesas empenhadas (R\$ 42.983.279,87) em montante superior às receitas efetivamente arrecadadas no exercício (R\$ 35.964.005,74), resultando em “déficit” orçamentário de execução (7.019.274,13), o que foi caracterizado como desequilíbrio fiscal ou gestão inadequada da execução orçamentária e financeira. A irregularidade viola os arts. 48, alínea “b”, 58 e 59, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964; art. 1.º, § 1.º, art. 4.º, I, alínea “a”, e art. 9.º, caput, da Lei Complementar n.º 101/2000, de 04 de maio de 2000. (seção 6, item 6.4.2, subitem 6.4.2.1, quadro 7, do Relatório de Instrução n.º 12151/2024; e seção 2, item 2.2, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025);

1.2) do percentual mínimo de aplicação dos 15% dos recursos da Complementação do Valor Anual Total por Aluno/VAAT, em despesas de capital na Educação, o município aplicou 0,00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE); bem como descumprimento do percentual mínimo de aplicação dos 48,83% dos recursos da Complementação do Valor Anual Total por Aluno/VAAT, em despesas com a Educação Infantil, o município aplicou 0,00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE). A irregularidade contraria os arts. 27 e 28, da Lei 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020 (seção 6, item 6.9, Quadros 19 e 20, do Relatório de Instrução n.º 12151/2024; e seção 2, itens 2.6 e 2.7, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025);

1.3) quanto ao repasse do duodécimo à Câmara Municipal até o dia 20 de cada mês, o Poder Executivo descumpriu o prazo constitucional, no mês de fevereiro, o repasse ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2023.

Considerando que o atraso no repasse deu-se por 03 dias e apenas no mês de fevereiro, mantém-se a ocorrência, com as recomendações apontadas pela instrução técnica: Cumprir prazo legal —instaurar regime interno que garanta transferências automáticas do duodécimo até o dia 20 de cada mês (rotina de programação financeira); Programação financeira e limitação de empenho —inserir o repasse no cronograma mensal de desembolso e, em caso de frustração de receita, adotar limitação de empenho prevista no art. 9.º da LRF, priorizando o cumprimento do duodécimo; Provas e comprovações —manter registros bancários, guias, comprovantes eletrônicos e demonstrações que evidenciem data/hora das transferências; publicar os comprovantes no Portal da Transparência; Controles internos —estabelecer procedimento de controle (checklist mensal) para validação e liberações dos repasses. Essa ocorrência contraria o art. 29-A, § 2.º, II, da Constituição Federal de 1988. (seção 6, item 6.10, quadro 22, do Relatório de Instrução n.º 12151/2024; e seção 2, item 2.8, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025);

1.4) ausência de disponibilidade financeira suficiente (disponibilidade de caixa líquida negativa de - R\$ 660.904,46) para pagamento dos restos a pagar inscritos (total de restos a pagar R\$ 12.843.021,87). A irregularidade viola o art. 36, Anexo 17, da Lei 4.320/64 e art. 1.º, § 1.º, da Lei Complementar n.º 101/2000, de 04 de maio de 2000 (seção 6, item 6.14, do Relatório de Instrução n.º 12151/2024; e seção 2, item 2.10, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025);

1.5) cancelamento de restos a pagar processados (liquidados), no valor de R\$ 89.836,81, o gestor não apresentou defesa referente ao cancelamento dos restos a pagar, o que pode resultar em enriquecimento ilícito. A irregularidade contraria o art. 63, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964; art. 1.º, § 1.º, da Lei Complementar n.º 101/2000 (seção 6, item 6.14 – Informações Complementares, do Relatório de Instrução n.º 12151/2024; e seção 2, item 2.11, no Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025);

1.6) omissão na contabilização do valor de R\$ 1.986.138,87, referente aos Depósitos restituíveis e valores vinculados no Grupo do Ativo Circulante e/ou Passivo Circulante no Balanço Patrimonial, contrariando o art. 101, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964 e à NBC TSP Estrutura Conceitual (seção 6, item 6.15, do Relatório de Instrução n.º 12151/2024; e seção 2, item 2.12, no Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8565/2025);

2) enviar à Câmara de Vereadores do Município de Governador Luiz Rocha/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, § 1.º da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

3) a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 2.º, caput, da Resolução TCE/MA n.º 429, de 17 de setembro de 2025, no exercício de suas atribuições, delibere sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1.º, I, “g”, da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas do Prefeito, sobre eventual ato de gestão realizado pelo Prefeito quando ordenador de despesas;

4) enviar à Procuradoria-geral de Justiça do Estado, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via deste parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão  
Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa  
Relator

Douglas Paulo da Silva  
Procurador-geral de Contas



Processo n.º 3359/2016 - TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo- Recurso de Reconsideração

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2015

Entidade: Município de São Domingos do Azeitão/MA

Recorrente: Nicodemos Ferreira Guimarães – Prefeito (CPF n.º 255.700 563-00)

Procuradores constituídos: Daniel Sousa Amarante, OAB/MA n.º 12549; Irapoã Suzuki de Almeida Eloi, OAB/MA n.º 8853

Recorridos: Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e Acórdão PL-TCE n.º 128/2022

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito de São Domingos do Azeitão/MA, Senhor Nicodemos Ferreira Guimarães, no exercício financeiro de 2015. Recorridos o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e o Acórdão PL-TCE n.º 128/2022, relativos à Prestação de contas anual de governo/MA. Conhecimento e Provimento Parcial do Recurso de Reconsideração. Revogar o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e o Acórdão PL-TCE n.º 128/2022. Parecer Prévio pela Aprovação com Ressalvas, das contas de governo.

PARECER PRÉVIO PL-TCE/MA N.º 337 /2025

Vistos,relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, referentes à prestação de contas anual do prefeito, de responsabilidade do Prefeito de São Domingos do Azeitão/MA, Senhor Nicodemos Ferreira Guimarães, relativa ao exercício financeiro de 2015, que interpôs recurso de reconsideração ao Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021 e ao Acórdão PL-TCE n.º 128/2022, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro nos arts. 129, II, e 138, §§ 1.º2.º, 3.º e 4.º, da Lei n.º 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), c/c os arts. 282, II, e 288, §§ 1.º, 2.º e 3.º, do Regimento Interno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme o art. 104, caput, da Lei Orgânica, dissentindo do Parecer n.º 4293/2025/GPROC4, do Ministério Público de Contas, em:

- a) conhecer do recurso de reconsideração, por apresentar todos os requisitos de admissibilidade;
- b) dar provimento parcial ao recurso interposto, por entender que as justificativas oferecidas pelo recorrente foram capazes de modificar em parte o mérito das irregularidades que motivaram os decisórios recorridos;
- c) revogar o Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021, de 19 de maio de 2021;
- d) emitir Parecer Prévio pela aprovação, com ressalvas, das contas anuais de governo, do Município de São Domingos do Azeitão/MA, no exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Prefeito, Senhor Nicodemos Ferreira Guimarães, na forma do art. 1.º, I, c/c o art. 8.º, §3º, II, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005, em virtude da ocorrência remanescente, após a apreciação do recurso de reconsideração, não expressar relevância materialcapaz de comprometer a higidez das contas, conforme consignada no Relatório de Instrução do Recurso de Reconsideração n.º 1307/2023, NUFIS03/LIDER09, de 12 de maio de 2023, a seguir:
  - d1) não há disponibilização em tempo real, acerca das informações da gestão fiscal (art. 48, parágrafo único, II e II, c/c o art. 48-A, da Lei Complementar n.º 101/2000 / item 5, do Relatório de Instrução n.º 1307/2023; e item 1, do Parecer Prévio PL-TCE n.º 141/2021);
- e) enviar à Câmara de Vereadores do Município de São Domingos do Azeitão/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1.º da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo n.º 3247/2024 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício financeiro: 2023

Entidade: Município de Paulino Neves/MA

Responsável: Raimundo de Oliveira Filho – Prefeito (CPF n.º 493.744.273-20)

Procurador constituído: Samara Santos Noleto Quirino, OAB/MA n.º 12.996

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de Governo, município de Paulino Neves/MA, de responsabilidade do Prefeito, Senhor Raimundo de Oliveira Filho, relativa ao exercício financeiro de 2023. Parecer Prévio pela Desaprovação das contas de governo. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

#### PARECER PRÉVIO PL-TCE/MA N.º 346/2025

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual e o art. 1.º, inciso I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer n.º 3655/2025-GPROC1, do Ministério Público de Contas:

1) emitir parecer prévio pela desaprovação das contas de governo, de responsabilidade do Senhor Raimundo de Oliveira Filho, Prefeito de Paulino Neves/MA, no exercício financeiro de 2023, nos termos dos arts. 1.º, 8.º, § 3.º, III e art. 10, I, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignados no Relatório de Instrução n.º 12209/2024, GEFIS3/LIDER11 (Preliminar), de 16 de janeiro de 2025 e no Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8744/2025, GEFIS3/LIDER8, de 23 de outubro de 2025, a seguir:

1.1) Despesas empenhadas (R\$ 96.078.663,03) em montante superior às receitas efetivamente arrecadadas no exercício (R\$ 89.087.457,16), resultando em “déficit” orçamentário de execução (R\$ 6.991.205,87), o que foi caracterizado como desequilíbrio fiscal ou gestão inadequada da execução orçamentária e financeira. (arts. 48, alínea “b”, 58, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964; art. 1.º, § 1.º, art. 4.º, I, alínea “a”, e art. 9.º, caput, da Lei Complementar n.º 101/2000, de 04 de maio de 2000 / seção 6, item 6.4.2, subitem 6.4.2.1, quadro 7, do Relatório de Instrução n.º 12209/2024; e seção 2, item 2.2, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8744/2025);

1.2) do percentual mínimo de aplicação dos 15% dos recursos da Complementação do Valor Anual Total por Aluno/VAAT, em despesas de capital na Educação, o município aplicou 0,00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE); bem como descumprimento do percentual mínimo de aplicação dos 49,60% dos recursos da Complementação do Valor Anual Total por Aluno/VAAT, em despesas com a Educação Infantil, o município aplicou 0,00% dos recursos (conforme apurado pelo TCE). A irregularidade contraria os arts. 27 e 28, da Lei 14.113/2020, de 25 de dezembro de 2020 (seção 6, item 6.9, Quadros 19 e 20, do Relatório de Instrução n.º 12209/2024; e seção 2, itens 2.5 e 2.6, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8744/2025);

1.3) durante o exercício houve alteração entre o orçamento inicial e o final, no entanto, não foi acompanhada de notas explicativas detalhando as mudanças no Balanço Orçamentário; bem como discrepâncias entre os dados do orçamento inicial aprovado e as alterações posteriores registradas nos anexos da Lei 4.320/64. Verifica-se ainda, que o Balanço Patrimonial de 2023, enviado na defesa, mantém a mesma inconsistência do Balanço encaminhado junto à prestação de contas, especificamente no que se refere ao saldo registrado como “Exercício Anterior” no referido Balanço Patrimonial do exercício de 2023.” Essas irregularidades contrariam os arts. 5.º, 101 e 105, da Lei n.º 4.320/1964, de 17 de março de 1964; os itens 22 a 24, 29, 30, 31 e 32, 70 a 98, da NBC TST Estrutura Conceitual, item 1.5 e item 4, da 9.ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). (seção 6, item 6.11, do Relatório de Instrução n.º 12209/2024; e seção 2, itens 2.8, 2.9 e 2.11, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8744/2025);

1.4) cancelamento de restos a pagar processados (liquidados), no valor de R\$ 841.946,77. A irregularidade contraria o art. 63, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964; art. 1.º, § 1.º, da Lei Complementar n.º 101/2001 (seção 6, item 6.14 – Informações Complementares, do Relatório de Instrução n.º 12209/2024; e seção 2, item 2.12, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8744/2025);

1.5) ausência de disponibilidade financeiro suficiente (disponibilidade de caixa líquida de R\$ 1.892.117,26) para pagamento dos restos a pagar inscritos (total de restos a pagar R\$ 13.245.896,92). A irregularidade viola o art. 36, Anexo 17, da Lei 4.320/64 e art. 1.º, § 1.º, da Lei Complementar n.º 101/2000, de 04 de maio de 2000 (seção

6, item 6.14 – Informações Complementares, do Relatório de Instrução n.º 12209/2024; e seção 2, item 2.13, do Relatório de Instrução Conclusivo n.º 8744/2025);

2) enviar à Câmara de Vereadores do Município de Paulino Neves/MA, após o trânsito em julgado, as contas de governo do Prefeito, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1.º da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

3) a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 2.º, caput, da Resolução TCE/MA n.º 429, de 17 de setembro de 2025, no exercício de suas atribuições, delibere sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1.º, I, “g”, da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas do Prefeito, sobre eventual ato de gestão realizado pelo Prefeito quando ordenador de despesas;

4) enviar à Procuradoria-geral de Justiça do Estado, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, uma via deste parecer prévio, acompanhada da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 3279/2024 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeita Municipal

Exercício financeiro: 2023

Entidade: Município de Vitorino Freire/MA

Responsável: Luanna Martins Bringel Rezende Alves (Prefeita), CPF nº 017.027.223-09

Procuradores constituídos: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de Contas Anual de Governo do Município de Vitorino Freire/MA, exercício financeiro de 2023, de responsabilidade da Senhora Luanna Martins Bringel Rezende Alves (Prefeita). Emissão de Parecer Prévio pela desaprovação das contas.

#### PARECER PRÉVIO PL–TCE Nº 312/2025

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso da competência que lhe conferem o art. 172, inciso I, da Constituição Estadual do Maranhão e o art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, em sessão ordinária do pleno, nos termos do relatório e voto do Relator, e acolhendo da manifestação do Ministério Público, Parecer nº 5331/2025/ GPROC4/DPS, no sentido de que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão decida:

a - emitir parecer prévio pela desaprovação das Contas Anual de Governo, de responsabilidade da Senhora Luanna Martins Bringel Rezende Alves, Prefeita de Vitorino Freire/MA, no exercício financeiro de 2023, nos termos dos arts. 1.º, I, c/c o art. 8.º, §3º, III, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão das falhas consignadas no Relatório de Instrução n.º 11861/2024 a seguir:

a.1 - despesas empenhadas (R\$ 150.150.251,72) em montante superior às receitas arrecadadas no exercício (R\$ 140.739.777,43), resultando em “déficit” orçamentário de execução (R\$ 9.410.474,29), o que foi caracterizado

como desequilíbrio fiscal ou gestão inadequada da execução orçamentária e financeira. A Unidade Técnica aponta que esta irregularidade viola os arts. 48, alínea “b”, 58 e 59 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como o art. 1.º, § 1.º, art. 4.º, I, alínea “a”, e o art. 9º, caput, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (item 6.4.2 do Relatório de Instrução n.º 11861/2024);

a.2 - o município não atingiu o limite mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos da Complementação VAAT para despesas de capital, contrariando o estipulado no artigo 27 da Lei nº 14.113/2020 (item 6.9 do Relatório de Instrução n.º 11861/2024);

a.3 - o município não atingiu o limite mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos da Complementação VAAT para despesas de capital, bem como não cumpriu o percentual mínimo de 49,23% (cinquenta por cento) dos recursos da Complementação VAAT destinados à Educação Infantil, contrariando o estipulado nos artigos 27 e 28 da Lei nº 14.113/2020 (item 6.9 do Relatório de Instrução n.º 1476/2025);

a.3.1 - insuficiência financeira para quitar as obrigações referentes a Restos a Pagar (disponibilidade de Caixa R\$ - 17.677.204,26, Restos a Pagar R\$ 5.031.869,29), resultando em um déficit de R\$ 22.709.073,55, descumprindo o Art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) (item 6.14 do Relatório de Instrução n.º 11861/2024);

b - enviar à Câmara de Vereadores do Município de Vitorino Freire/MA, após o trânsito em julgado, as Contas de Governo da Prefeita, acompanhadas do Parecer Prévio, em obediência ao art. 10, §1.º da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas);

c - a emissão do presente Parecer Prévio não elide que o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do art. 172, incisos II, IV, V e VIII, da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 1.º, §1.º, da Resolução TCE/MA n.º 335, de 09 de dezembro de 2020, no exercício de suas atribuições, delibere sobre eventuais atos de gestão realizados pelo Prefeito, na qualidade de ordenador de despesas do Poder Executivo municipal, constantes dos autos do Processo de Prestação de Contas Anual de Gestores da Administração Direta, ou reportados a qualquer tempo, podendo, em tais situações, emitir acórdão de julgamento, exceto para fins do previsto no art. 1.º, I, “g”, da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135, de 4 de junho de 2010. Ressalte-se que as informações elencadas neste item, servem de subsídio para julgamento pela Câmara, das contas do Prefeito, sobre eventual ato de gestão realizado pelo Prefeito quando ordenador de despesas;

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 26 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente em exercício

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

## Decisão

Processo nº 6551/2024-TCE/MA

Natureza: Representação, com pedido de cautelar

Espécie: Procedimento Licitatório

Exercício financeiro: 2024

Representante: All Space Propaganda e Marketing Ltda. (CNPJ nº 54.219.084/0001-88)

Ente Representado: Prefeitura Municipal de São Luís/MA

Responsável: Eduardo Salim Braide (Prefeito), CPF nº 550.684.803-04, com residência na Rua das Verbenas, nº 06, Ed. José Gonçalves, apto 1101, Ponta Dária, São Luís/MA, CEP: 65.076-640

Procurador Constituído: Não há

Objeto: Supostas irregularidades no edital da Concorrência nº 90001/2024–CPL/PMSL, cujo objeto se refere à contratação de serviços de fornecimento, implantação, restauração, retirada, realocação e manutenção dos abrigos (paradas de ônibus), bem como a disponibilização de solução de rede local sem fio (Wi-Fi) nos coletivos, com fornecimento de material e mão de obra, na cidade de São Luís

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Representação. Licitação. Concorrência Eletrônica. Anulação do certame pela Administração Pública. Autotutela. Perda de objeto da Representação. Conhecimento. Indeferimento da cautelar. Improcedência. Arquivamento.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 630/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes a Representação, com pedido de cautelar, formulada pela empresa All Space Propaganda e Marketing Ltda, em desfavor da Prefeitura Municipal de São Luís, de responsabilidade do Senhor Eduardo Salim Braide, na qualidade de Prefeito, exercício financeiro de 2024, por supostas irregularidades no edital da Concorrência nº 90001/2024 – CPL/PMSL, cujo objeto se refere à contratação de serviços de fornecimento, implantação, restauração, retirada, realocação e manutenção dos abrigos (paradas de ônibus), bem como a disponibilização de solução de rede local sem fio (Wi-Fi) nos coletivos, com fornecimento de material e mão de obra, na cidade de São Luís; os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, acolhendo o Parecer nº 3552/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, nos termos do relatório e voto do Relator, decidem, com base no disposto no art. 1º, XXII, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA):

- a) conhecer a representação por preencher os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 41, c/c a parte “b” do parágrafo único do art. 43 da Lei nº 8.258/2005 – LOTCE/MA;
- b) indeferir o requerimento de medida cautelar pleiteado, haja vista a anulação da Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 – CPL/PMSL, realizada em 26/05/2025, pela própria Administração Municipal;
- c) considerar improcedente a representação, em razão da perda de objeto desta, devido a sua anulação;
- d) determinar o arquivamento dos autos com fulcro no art. 50, inc. I, da Lei nº 8.258/2005 – LOTCE/MA;
- e) dar ciência desta decisão às partes, através de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.258/2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 12 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 5838/2025 – TCE/MA (digital)

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2025

Representante: empresa Triunfo Legis Serviços Especializados de Apoio

Representado: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), representada pelo Procurador-geral Danilo José de Castro Ferreira, CPF nº 282.019.903-82

Procurador constituído: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pela empresa Triunfo Legis Serviços Especializados de Apoio, em desfavor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA). Danilo José de Castro Ferreira,

Procurador-geral. Possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 90023/2025, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados de assistência e suporte técnico, manutenções preventiva e corretiva em equipamentos nobreaks de grande porte, com fornecimento e instalação de materiais (baterias e peças), genuinamente originais, novas e homologadas pelo fabricante dos equipamentos. Exercício financeiro de 2025. Conhecer. Considerar improcedente. Comunicar. Arquivar.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 701/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação formulada pela empresa Triunfo Legis Serviços Especializados de Apoio, em desfavor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), representada pelo Senhor Danilo José de Castro Ferreira, Procurador-geral, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 90023/2025, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados de assistência e suporte técnico, manutenções preventiva e corretiva em equipamentos nobreaks de grande porte, com fornecimento e instalação de materiais (baterias e peças), genuinamente originais, novas e homologadas pelo fabricante dos equipamentos, no exercício financeiro de 2025, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 12646/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
- b) considerar improcedente a Representação, por não estarem presentes elementos probatórios mínimos e suficientes para ensejar a continuação da presente investigação;
- c) dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representante e ao representado;
- d) arquivar o presente processo nos termos do artigo 50, I, da Lei nº 8.258/2005 (LOTCE/MA), em razão de perda de objeto, por insuficiência de provas que justifique a existência das irregularidades alegadas.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 4657/2025- TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2018

Representantes: Salomão Barbosa de Sousa, atual prefeito de Santa Filomena do Maranhão/MA, CPF nº 175.501.493-72

Representado: Idan Torres Chaves, ex-Prefeito de Santa Filomena do Maranhão/MA (CPF nº 630.148.403-78)

Procuradores constituídos: Luis Henrique de Oliveira Brito, OAB/MA nº 21.959; Edmundo Soares do Nascimento Neto, OAB/MA nº 14.136; Heloísa Aragão de Oliveira Costa, OAB/MA nº 10.045; Gabriel Guerra Amorim de Souza, OAB/MA nº 25.734; Isadora Andrade Maciel, CPF nº 605.680.003-23; Luana Bordalo Ramos Brito, CPF nº 042.771.923-27

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pelo atual prefeito de Santa Filomena do Maranhão/MA, em face do Senhor Idan Torres Chaves, ex-Prefeito de Santa Filomena do Maranhão/MA, no exercício financeiro de 2018. Possível omissão no dever de prestar contas dos recursos correspondentes ao Convênio nº 041/2018, celebrado entre

o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA e a Prefeitura de Santa Filomena, para execução de obras e serviços de reforma da Prefeitura Municipal. Exercício financeiro 2018. Conhecer. Comunicar. Arquivar.

DECISÃO PL-TCE Nº 700/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação, formulada pelo atual prefeito de Santa Filomena do Maranhão/MA, em face do Senhor Idan Torres Chaves, ex-Prefeito de Santa Filomena do Maranhão/MA, no exercício financeiro de 2018, sobre possível omissão no dever de prestar contas dos recursos correspondentes ao Convênio nº 041/2018, celebrado entre o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA e a Prefeitura de Santa Filomena, cujo objeto é a execução de obras e serviços de reforma da Prefeitura Municipal, no exercício financeiro de 2018, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acompanhando o Parecer nº 3611/2025/ GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
- b) comunicar o representante sobre a existência do Processo nº 6350/2025, que instaurou a Tomada de Contas Especial pretendida no âmbito da deste Tribunal de Contas, bem como sobre o arquivamento do Processo nº 4657/2025;
- c) arquivar os presentes autos (Processo nº 4657/2025), baseado na racionalização administrativa e economia processual, com fundamento no artigo 26 da LOTCEMA.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 2977/2025- TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2025

Representante: empresa privada (Rom Card Administradora de Cartões Ltda. EPP)

Representado: Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, representada pela Senhora Iracema Cristina Vale Lima, Presidente (CPF nº 406.473.663-04) e pelo Senhor Lincoln Christian Noleto Costa, Pregoeiro (CPF nº 043.703.773-82)

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada por representante de empresa privada, em face da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Iracema Cristina Vale Lima, Presidente. Lincoln Christian Noleto Costa, Pregoeiro. Supostas irregularidades apontadas no edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025 da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), cujo objeto é o contratação de serviços de gerenciamento de benefícios via cartões magnéticos. Exercício financeiro 2025. Conhecer. Comunicar. Perda de objeto. Arquivar.

DECISÃO PL-TCE Nº 699/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação formulada por empresa privada, Rom Card Administradora de Cartões Ltda. EPP, em face da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, representada pela Senhora Iracema Cristina Vale Lima, Presidente e pelo Senhor Lincoln Christian Noleto Costa, Pregoeiro,

sobre supostas irregularidades apontadas no edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025 da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), cujo objeto é o contratação de serviços de gerenciamento de benefícios via cartões magnéticos, no exercício de 2025, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 12545/2025/ GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
- b) dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representante e ao representado;
- c) arquivar o presente processo, por perda de objeto, em razão de que a matéria aqui tratada já foi deliberada no Processo nº 2438/2025-TCE/MA (Decisão PL-TCE nº 581/2025, de 29/10/2025) de iniciativa de representante da mesma empresa, conter o mesmo teor, as mesmas partes, mesma causa de pedir, o mesmo pedido e ser de mesma relatoria.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 9586/2019-TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial

Espécie: Outros

Exercício financeiro: 2012

Entidade concedente: Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão

Entidade conveniente: Prefeitura Municipal de Icatu/MA

Responsável: Juarez Alves Lima (Prefeito), CPF no 042.050.733-72, com residência na Rua Barão do Rio Branco, no 18, Qd. T, Conjunto Sítio Leal, Filipinho, São Luís/MA, CEP 65042-682

Procurador Constituído: Não há

Objeto: Convênio no 129/2012, no valor de R\$ 100.000,00, celebrado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU, para a realização do projeto “São João 2012”.

Ministério Público de Contas: Procuradora Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Tomada de Contas Especial. Convênio nº 129/2012, entre a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Icatu/MA. Omissão de Prestação de contas. Dano ao erário. Ausência de citação efetiva por período superior ao limite decadencial. Prejudicial de mérito. Art. 22 da IN TCE/MA Nº 50/2017. Reconhecimento da Decadência. Arquivamento.

DECISÃO PL-TCE Nº 629/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes a Tomada de Contas Especial encaminhada pela SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHÃO (SECMA) para apurar fatos, identificar responsáveis quantificar danos decorrentes da execução do CONVÊNIO nº 129/2012, celebrado entre o Estado do Maranhão, por meio da SECMA e a Prefeitura Municipal de Icatu/MA, de responsabilidade do Senhor Juarez Alves Lima, Prefeito, referente ao exercício de 2012, cuja finalidade era a realização do projeto “São João 2012” no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 1035/2023/GPROC2/FGL do Ministério Público de Contas, decidem, com base no disposto no art. 1º, II, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA):



- a) reconhecer a decadência da pretensão punitiva e ressarcitória do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão no Processo nº 9586/2019-TCE/MA, nos termos do art. 22 da Instrução Normativa TCE/MA nº 50/2017, em razão do decurso superior a cinco anos entre a data do evento (2012) e a instauração da tomada de contas especial (2019);
- b) decidir pela existência da decadência nos termos do art. 22 da Instrução Normativa TCE/MA nº 50/2017, c/c o art. 14 da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica TCE/MA);
- c) determinar o arquivamento destes autos, com fulcro no art. 50, inciso I, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão da ocorrência da decadência;
- d) dar ciência às partes, através da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.258/2005.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se impedida por Lei), os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 12 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4700/2025 - TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício financeiro: 2025

Denunciante: Cidadão do Município

Denunciado: Prefeitura Municipal de Balsas

Responsável: Alan Douglas de Oliveira (Prefeito)

Advogado: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Denúncia. Conhecimento. Improcedência dos fatos noticiados. Perda do objeto. Arquivamento.

DECISÃO PL-TCE Nº 685/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Denúncia formulada em face do Município de Balsas, representado pelo Prefeito, Senhor Alan Douglas de Oliveira, exercício financeiro de 2025, noticiando possível irregularidade no edital do Pregão Eletrônico nº 032/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de máquinas e veículos pesados e equipamentos, com valor estimado em R\$ 19.621.852,80 (dezenove milhões, seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com fulcro no inciso VII do artigo 40 da Lei Estadual nº 8.258/2005, à unanimidade, de acordo com o relatório e voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 12.090/2025 do Ministério Público de Contas, conhecer da presente denúncia por preencher os requisitos legais e, no mérito, determinar o arquivamento dos autos, em razão da improcedência dos fatos ventilados, resultando na perda do objeto, com base no artigo 50, I, da Lei Estadual nº 8.258/2005, após a comunicação ao denunciante.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4508/2025 - TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2025

Representante: Megavale Administradora de Cartões e Serviços Ltda.

Representado: SAAE (Serviço Autônomo de Águas e Esgotos) de Balsas

Responsável: João José Miranda dos Santos (Diretor do SAAE)

Advogado: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Representação. Conhecimento. Improcedência dos fatos noticiados. Perda do objeto. Arquivamento.

DECISÃO PL-TCE Nº 684/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação formulada pela Empresa Megavale Administradora de Cartões e Serviços Ltda., em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 31/2025 lançado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Balsas/MA, de responsabilidade do Senhor João José Miranda dos Santos (Diretor do SAAE), tendo como objeto a contratação de empresa para o gerenciamento e fornecimento de cartões de auxílio-alimentação, exercício financeiro de 2025, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com fulcro no artigo 43, inciso VII, da Lei Estadual nº 8.258/2005, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (revogada pela Lei nº 14.133/21), à unanimidade, de acordo com o relatório e voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 12.318/2025 do Ministério Público de Contas, conhecer da presente Representação por preencher os requisitos legais e, no mérito, determinar o arquivamento dos autos, em razão da improcedência dos fatos ventilados, resultando na perda do objeto, com base no artigo 50, I, da Lei Estadual nº 8.258/2005, após a comunicação à representante.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 7790/2025 TCE/MA

Natureza: Consulta

Exercício financeiro: 2025

Entidade: Câmara Municipal de Balsas

Consulente: Paulo Eduardo Coelho Júnior (Presidente)

Advogado: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Consulta. Conhecimento. Prestar os esclarecimentos solicitados. Notificar o consulente para que tome ciência desta decisão.

DECISÃO PL-TCE Nº 686/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de consulta formulada pelo Senhor Paulo Eduardo Coelho Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Balsas, exercício financeiro de 2025, os Conselheiros do Tribunal de

Contas do Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no artigo 1º, XXI, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), c/c os artigos 1º, XVII, 20, I, “p”, e 269, § 2º, do Regimento Interno desta Corte, reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5614/2025 do Ministério Público de Contas, decidem:

I) conhecer da presente Consulta, com fundamento nos arts. 1º, inciso XXI e 59 da Lei Estadual nº 8.258/2005 e no art. 269 do Regimento Interno, c/c o art. 3º da Instrução Normativa TCE/MA nº 68/2021;

II) responder ao consulente que:

a) o Imposto Sobre Serviços (ISS) oriundo do Simples Nacional, repassado ao Município pela Distribuição da Arrecadação Federal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compõe a base de cálculo para o repasse do duodécimo ao Poder Legislativo Municipal, prevista no artigo 29-A da Constituição Federal;

b) a circunstância de o ISS ser arrecadado, no âmbito do Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006), pela União, através da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e posteriormente distribuído aos Municípios pela Secretaria do Tesouro Nacional, constitui mera peculiaridade operacional do regime tributário simplificado e não desnaturaliza a essência jurídica do ISS como tributo municipal nem transmuta sua natureza de receita tributária para receita de transferência;

c) a interpretação sistemática e teleológica do artigo 29-A da Constituição Federal, à luz dos princípios da separação e harmonia entre os Poderes, da autonomia dos entes federados e da autonomia financeira e orçamentária dos Poderes, impõe a inclusão de todas as receitas tributárias municipais na base de cálculo do duodécimo, independentemente de peculiaridades em sua forma de arrecadação, garantindo-se ao Poder Legislativo Municipal recursos financeiros suficientes para o desempenho de suas funções constitucionais;

d) a rubrica orçamentária em que for classificada a receita de ISS oriundo do Simples Nacional não tem o condão de excluir referido imposto do cálculo da base de cálculo para o repasse do duodécimo ao Poder Legislativo Municipal, devendo prevalecer a natureza jurídica da receita sobre sua classificação contábil;

e) embora revestida de importância inegável para a gestão fiscal e a contabilidade pública, a classificação orçamentária possui natureza instrumental, não se sobrepondo à natureza jurídica dos institutos por ela classificados, não alterando sua essência jurídica, seus fundamentos constitucionais e legais, nem os efeitos jurídicos que dela decorrem;

f) Em que pese a divergência de classificação orçamentária não interferir na composição da base de cálculo do duodécimo, orienta-se que o ISS oriundo do Simples Nacional seja classificado como receita tributária (rubrica 1.1.1.4.51.1.1 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), em consonância com sua natureza jurídica de tributo municipal;

III) notificar o consulente para que tome ciência desta decisão.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4073/2025 - TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2025

Representante: Empresa Prolider Serviços De Terceirização Ltda. (CNPJ sob o nº 29.890.586/0001-99)

Representado: Município de Balsas

Responsáveis: Alan Douglas de Oliveira (Prefeito) e Taiany Santos Carvalho (Pregoeira)

Advogado: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Representação. Conhecimento. Improcedência dos fatos noticiados. Perda do objeto. Arquivamento.

DECISÃO PL-TCE Nº 683/2025

Vistos,relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação formulada pela Empresa Prolider Serviços De Terceirização Ltda. contestando cláusula do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2025, conduzido pela Prefeitura Municipal de Balsas, tendo como responsáveis o Senhor Alan Douglas de Oliveira (Prefeito) e a Senhora Taiany Santos Carvalho (Pregoeira), exercício financeiro de 2025, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com fulcro no artigo 43, inciso VII, da Lei Estadual nº 8.258/2005, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (revogada pela Lei nº 14.133/21), à unanimidade, de acordo com o relatório e voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 12.058/2025 do Ministério Público de Contas, conhecer da presente Representação por preencher os requisitos legais e, no mérito, determinar o arquivamento dos autos, em razão da improcedência dos fatos ventilados, resultando na perda do objeto, com base no artigo 50, I, da Lei Estadual nº 8.258/2005, após a comunicação à representante.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 2024/2025- TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício financeiro: 2025

Denunciante: cidadão

Denunciado: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís (IPAM)

Responsável: Manuella Oliveira Fernandes, CPF nº 016.920.573-83, Presidente do IPAM

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Denúncia formulada por cidadão devidamente qualificado, em face do Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís (IPAM), representado pela Presidente Manuella Oliveira Fernandes, sobre suposto descumprimento do Princípio da Paridade, previsto no art. 40, §8º, da Constituição Federal de 1988.

Exercício financeiro 2025. Conhecer. Considerar improcedente. Comunicar. Arquivar.

DECISÃO PL-TCE N.º 710/2025

Vistos,relatados e discutidos estes autos, referentes a denúncia, formulada por cidadão devidamente qualificado, em face do Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís (IPAM), representado pela Presidente Manuella Oliveira Fernandes, no exercício financeiro 2025, sobre suposto descumprimento do Princípio da Paridade, previsto no art. 40, §8º, da Constituição Federal de 1988, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade,nos termos do relatório e voto do Relator, contrariando o Parecer nº 3761/2025/ GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, observado o art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, decidem:

a)conhecer da denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

b) não acolher as alegações de defesa apresentadas pela Senhora Manuella Oliveira Fernandes, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís (IPAM), relativas ao questionamento da situação jurídica de aposentadoria da requerente, cuja situação jurídica foi objeto do Termo de Ajustamento de Conduta nº 01/2018-28ª PJ-PROAD, firmado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão com o município

de São Luís, a Câmara Municipal de São Luís e o Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís (IPAM);

c) ratificar a Decisão CP-TCE nº 951/2010, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 18 de outubro de 2010, pois a aposentadoria voluntária da servidora Maria das Graças Machado da Costa está devidamente consolidada há mais de 28 anos, com o devido registro no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, o que lhe confere presunção de legalidade e estabilidade;

d) considerar improcedente a denúncia, tendo em vista que, na forma do Decreto Municipal nº 32.029/2007, as gratificações e adicionais percebidos por servidores inativos devem ser pagos a título de vantagem residual, com valor histórico, sem possibilidade de majoração ou atualização por normas supervenientes, e que a Lei nº 7.700/2024 dispõe unicamente sobre a reorganização da estrutura administrativa de cargos comissionados da administração ativa, cuja análise aprofundada —relativa à majoração de benefício —encontra óbice no art. 58 da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

e) dar conhecimento da decisão aqui proferida ao denunciante e ao denunciado;

f) determinar o arquivamento do processo.

Presentes à sessão os conselheiros Daniel Itapary Brandão (presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os conselheiros-substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (relator) e Melquizedeque Nava Neto e o procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Processo nº: 4114/2021 – TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício: 2021

Denunciados: Município de Paço do Lumiar, representado pela Prefeita, Maria Paulo Azevedo Desterro, CPF nº 005.658.323-01; Município de Rosário, representado pelo Prefeito José Nilton Pinheiro Calvet Filho, CPF nº 964.791.243-91

Parte: Edlanne Maria Rosa Siqueira, CPF nº 025.414.803-42, servidora pública

Procuradores Constituídos: Adolfo Silva Fonseca, Procurador do Município de Paço do Lumiar

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Denúncia anônima formulada em face do Município de Paço do Lumiar/MA e do Município de Rosário/MA, representados pela senhora Maria Paula Azevedo Desterro, Prefeita de Paço do Lumiar/MA, e pelo senhor José Nilton Pinheiro Calvet Filho, Prefeito de Rosário/MA. A denúncia versava sobre a suposta prática de acúmulo ilegal de cargos pela servidora Edlanne Maria Rosa Siqueira, que ocupava dois cargos efetivos de Professor nos municípios de Paço do Lumiar/MA (40 horas) e Rosário/MA (20 horas). Arquivar

DECISÃO PL-TCE Nº 687/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Denúncia anônima formulada contra os Municípios de Paço do Lumiar/MA e Rosário/MA. A denúncia versava sobre a suposta prática de acúmulo ilegal de cargos públicos pela servidora Edlanne Maria Rosa Siqueira, que ocupava dois cargos efetivos de Professor, totalizando 60 horas semanais (40 horas em Paço do Lumiar e 20 horas em Rosário). A irregularidade central alegada era a incompatibilidade de horários devido à distância entre os municípios. Após a instrução processual, os gestores apresentaram defesa. A Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas (Parecer nº 4767/2025/GPROC4/DPS) concluíram pelo acolhimento das justificativas apresentadas pelos gestores, pois foi comprovado que a servidora foi exonerada, a pedido, do cargo de Professora em Rosário em 01 de abril de 2022, por meio da Portaria nº 103. Dessa forma, a situação fática que motivou a denúncia foi regularizada, e tendo havido comprovadamente a prestação de serviços no período, não caberia ressarcimento ao erário. O MPC, em

consonância com a Unidade Técnica, opinou pelo arquivamento do processo devido à perda superveniente de objeto. DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, e acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, em:

1. conhecer da presente denúncia, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 40, inciso VII, e artigo 41, caput, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);
2. reconhecer a perda superveniente de objeto da apuração da denúncia, em razão da comprovação da exoneração, a pedido, da servidora Edlaine Maria Rosa Siqueira do cargo de Professora do Ensino Fundamental no Município de Rosário/MA (Portaria nº 103, de 01 de abril de 2022), o que regularizou a situação fática, mantendo a servidora agora um único vínculo regular com o município de Paço do Lumiar/MA;
3. dar conhecimento da decisão aqui proferida ao denunciante e aos denunciados;
4. arquivar autos do presente processo, tendo em vista a regularidade do vínculo remanescente da servidora, com fundamento no art. 50, inciso I, da Lei nº 8.258/2005 (LOTCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, de 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 777/2022 – TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício Financeiro: 2021

Representante: LFX EMPREENDIMENTOS EIRELI – CNPJ nº37.220.531/0001-08 Representado: Município de Pedreiras/MA, representado pela Senhora Vanessa Prazeres Santos – (Prefeita) CPF: 018.929.713-13

Procurador constituído: Fabrício Costa Sampaio OAB/MA 15612-A

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pela empresa LFX Empreendimentos EIRELI, em face do Município de Pedreiras/MA, representado pela Senhora Vanessa Prazeres Santos - Prefeita, sobre supostas irregularidades na condução da Concorrência nº 006/2021. Exercício financeiro 2021. Conhecer. Arquivar. Comunicar

DECISÃO PL-TCE Nº 689/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação formulada pela empresa LFX Empreendimentos EIRELI, em face do Município de Pedreiras/MA, representado pela Senhora Vanessa Prazeres Santos - Prefeita, sobre supostas irregularidades na condução da Concorrência nº 006/2021. Exercício financeiro 2021, destinado à contratação de serviços de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação de drenagem profunda, com pavimentação asfáltica e sinalização horizontal e vertical, no exercício financeiro 2021, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na formado art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº parecer nº 11280/2025 GPROC3/PHAR de 30 de julho de 2025 do Ministério Público de Contas, em:

1 conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no artigo 43, da Lei Orgânica deste Tribunal.

2 acolher as alegações de defesa apresentada pela Senhora Vanessa dos Prazeres Santos, Prefeita do Município de Pedreiras/MA, em razão da Rescisão Amigável do Contrato nº 20220394/2022, oriundo da Concorrência

Pública nº 006/2021.

3 dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representante e ao representado;

4 arquivar o presente processo, nos termos do artigo 50, I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão da Rescisão Amigável do Contrato nº 20220394/2022, oriundo da Concorrência Pública nº 006/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº: 577/2024 – TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício: 2024

Denunciante: anônimo

Denunciado: Prefeitura de Carutapera/MA, representada pelo Senhor Airton Marques Silva (Prefeito de Carutapera/MA, CPF nº 410.499.502-91; Milton Maia dos Santos Sobrinho, Servidor Municipal, CPF nº 305.535.042-15 e Pedro Odemar de Oliveira Reis, Servidor Municipal e Vereador, CPF nº 186.262.462-34

Procuradores Constituídos: Gilson Alves Barros, OAB/MA nº 7492; Fabiana Borgneth Silva Antunes, OAB/MA nº 10.611; Adriana Santos Matos, OAB/MA nº 18.101; Elvis Alves de Souza, OAB/MA nº 17.499

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Denúncia anônima formulada por meio do canal eletrônico da Ouvidoria do TCE/MA, em face da Prefeitura Municipal de Carutapera/MA, representada pelo Sr. Airton Marques Silva, Prefeito de Carutapera/MA, Milton Maia dos Santos Sobrinho, Servidor Municipal e Pedro Odemar de Oliveira Reis, Servidor Municipal e Vereador. A denúncia trata da suposta prática de acúmulo ilegal de cargos, em desobediência ao art. 37, XVI, da Constituição Federal. Exercício financeiro 2024. Conhecer. Desprover. Dar conhecimento. Arquivar.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 692/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Denúncia anônima formulada contra a Prefeitura Municipal de Carutapera/MA, referente à suposta prática de acúmulo ilegal de cargos em desobediência ao art. 37, XVI, da Constituição Federal. As alegações envolviam o Prefeito, Airton Marques Silva, e os servidores Milton Maia dos Santos Sobrinho e Pedro Odemar de Oliveira Reis. O Ministério Público de Contas (MPC), por meio do Parecer nº 10744/2025/GPROC3/PHAR, opinou pelo arquivamento dos autos, visto que a denúncia se tornou improdutiva quanto à demonstração de prova material da suposta ilegalidade. A Unidade Técnica, após análise da defesa (aproveitada em homenagem ao princípio da verdade material), também concluiu que não foi comprovado o acúmulo ilegal de cargos, como no caso do Prefeito, que apresentou apenas um registro na folha de pagamento. Relativamente aos demais denunciados, a acumulação verificada foi considerada, a princípio, permitida pela Constituição Federal. DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, em:

- a) conhecer da presente denúncia, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 40, inciso VII, e artigo 41, caput, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);
- b) considerar improcedente a denúncia, haja vista que não se encontrou provas suficientes para confirmar as alegações de suposta prática de acúmulo ilegal de cargos pelos agentes públicos denunciados, concluindo que a denúncia se tornou improdutiva quanto à demonstração de prova material;
- c) dar conhecimento da decisão aqui proferida aos denunciados;

d) arquivar os presentes autos, nos termos do artigo 50, inciso I, combinado com o art. 40 § 4º da Lei 8258/05 vezes que não foram identificados elementos que comprovem os fatos narrados na denúncia.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, de 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 7684/2022 – TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício Financeiro: 2022

Representante: empresa Castelo Branco Empreendimentos Eireli. CNPJ nº 38.282.738/0001-61

Representado: Município de Santa Helena/MA, representado pelo senhor Zezildo Almeida Júnior – Prefeito CPF nº. 254.131.633-04

Procurador constituído: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pela empresa Castelo Branco Empreendimentos Eireli, em face do Município de Santa Helena/ MA, representado pelo senhor Zezildo Almeida Júnior – Prefeito, sobre supostas irregularidades na Tomada de Preços nº 04/2022. Exercício financeiro 2022. Conhecer. Multar. Arquivar. Comunicar.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 690/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação formulada pela empresa Castelo Branco Empreendimentos Eireli, em face do Município de Santa Helena/ MA, representado pelo senhor Zezildo Almeida Júnior – Prefeito, sobre supostas irregularidades na Tomada de Preços nº 04/2022. Exercício financeiro 2022, cujo objeto versa sobre a contratação de empresa especializada em engenharia para recuperação de estradas vicinais na zona rural do Município de Santa Helena/MA, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 11656/2025/ GPROC3/PHAR de 09 de setembro de 2025, do Ministério Público de Contas, decidem:

1 conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no artigo 43, da Lei Orgânica deste Tribunal.

2 considerar procedente a representação em razão da ilegalidade da cláusula editalícia que exigiu a apresentação de garantia de proposta em momento anterior à fase de habilitação;

3 recomendar ao atual gestor do Município de Santa Helena/MA ou a quem o substituir que se abstenha de incluir, em futuros editais de licitação, cláusulas que exijam a apresentação da garantia de proposta em momento anterior à fase de habilitação, em observância aos princípios da legalidade e da competitividade;

4 determinar ao Pregoeiro do Município que observe, em futuras licitações, o cumprimento dos princípios da legalidade, moralidade, competitividade, livre concorrência e isonomia (CF art. 170, IV, § único, Lei 8.666/93 art. 3º § 1º, e Lei 14.133/2021 art. 5º);

5 dar conhecimento da decisão aqui proferida ao representante e ao representado;

6 arquivar o presente processo, nos termos do artigo 50, I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão do exaurimento dos efeitos do contrato dele decorrente em 31/12/2023;

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva, e a Conselheira Flávia Gonzalez Leite; os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute



Costa Barbosa (Relator), Melquizedeque Nava Neto, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº: 775/2024-TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício: 2024

Denunciante: André Santos Dourado

Denunciados: Prefeitura de Carutapera/MA, representada pelo Senhor Airton Marques Silva, CPF nº 410.499.502-91, Prefeito

Procuradores Constituídos: Gilson Alves Barros (OAB/MA nº 7492); Fabiana Borgneth Silva Antunes (OAB/MA nº 10611); Adriana Santos Matos (OAB/MA nº 18.101) e Elvis Alves de Souza (OAB/MA nº 17.499)

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Denúncia formulada por André Santos Dourado, em face do Município de Carutapera/MA, representado pelo Senhor Airton Marques Silva, prefeito. supostas irregularidades em contrato cujo objeto é o fornecimento de combustível para as secretarias municipais, incluindo o pagamento de despesas pessoais de servidores e terceiros com notas de combustível e/ou troca de notas por dinheiro em espécie. Conhecer. Juntar à prestação de contas de gestão do Município de Carutapera, exercício de 2024, para que seja conjunta e adequadamente analisado. Informar.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 693/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam de Denúncia formulada por André Santos Dourado em desfavor da Prefeitura de Carutapera/MA, representada pelo Senhor Airton Marques Silva, Prefeito noticiando supostas irregularidades que envolviam a utilização de contratos para fornecimento de combustível para as secretarias municipais. O relato asseverou que a Prefeitura estaria pagando despesas pessoais de servidores e de terceiros com notas de combustível e/ou, de outra forma, com a troca dessas notas por dinheiro em espécie. A irregularidade central consistiu no pagamento de R\$ 1.298.928,67 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos) por fornecimento de combustível no intervalo de 1º de janeiro de 2024 a 16 de março de 2024, incluindo R\$ 472.724,09 destinados à Secretaria de Educação em período considerado injustificável, pois o ano letivo iniciou (parcialmente) apenas em 11 de março de 2024. A petição foi protocolada neste Tribunal em 20 de março de 2024. O Senhor Airton Marques Silva foi devidamente citado por meio do Ofício nº 176/2024-GCSUB1/ABCB, com prorrogação de prazo até 08 de novembro de 2024, mas deixou transcorrer in albis o prazo para a apresentação de defesa, sendo considerado revel para todos os efeitos, conforme o § 6º do art. 127 da Lei nº 8.258/2005. O Ministério Público de Contas (MPC), através do Parecer nº 4575/2025/GPROC4/DPS, opinou pelo conhecimento e pela conversão dos autos em Tomada de Contas Especial (TCE). DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, em:

- a) conhecer da presente denúncia, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 40, inciso VII, e artigo 41, caput, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA);
- b) declarar revelia do denunciado, Airton Marques Silva, uma vez que, apesar de regularmente citado (Ofício nº 176/2024-GCSUB1/ABCB) e de lhe ter sido concedida prorrogação de prazo (até 08/11/2024), não apresentou defesa ou razões de justificativa, dando-se prosseguimento normal ao processo, na forma do § 6º do art. 127 da Lei nº 8.258/2005;
- c) dar conhecimento da decisão aqui proferida ao denunciante e ao denunciado;

d) determinar a conversão do presente processo em Tomada de Contas Especial (TCE), considerando os fortes indícios de aplicação irregular de dinheiro público e ato ilegal de que resulte danos ao erário, nos termos do art. 52 da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, de 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 1951/2024 - TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Exercício financeiro: 2024

Entidade: Município de Carolina/MA

Responsáveis: Erivelton Teixeira Neves – ex-Prefeito Municipal e Gizela da Conceição Beckmam – ex-Secretária de Educação

Procuradores Constituídos: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Processo de Fiscalização. Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de Carolina/MA. Converter em Tomada de Contas Especial. Comunicar.

DECISÃO PL-TCE N.º 695/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes a processo de fiscalização instaurada a partir de solicitação do Ministério Público Federal (Ofícios nº 45/2024 e nº 49/2024), com o objetivo de verificar a ocorrência de fraude ao Censo Escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de Carolina/MA, em razão de indicativos de distorção na relação de alunos matriculados e na população municipal, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, contrariando o Parecer nº 2727/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, observado o art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, decidem:

a) converter o processo em Tomada de Contas Especial (TCE), para exame mais aprofundado e apartado, com fundamento no art. 52 c/c o art. 19 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em razão de irregularidade passível de causar dano ao erário.

b) dar conhecimento da decisão aqui prolatada ao Ministério Público de Contas e encaminhar cópia desta decisão ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal.

Presentes à sessão os conselheiros Daniel Itapary Brandão (presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os conselheiros-substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (relator) e Melquizedeque Nava Neto e o procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

Processo nº 828/2024- TCE/MA

Natureza: Denúncia

Exercício financeiro: 2023

Denunciante: Cidadão (Elizeu Feitosa Cunha, CPF nº 068.049.353-06),

Denunciado: Município de São Benedito do Rio Preto/MA, representado pelos gestores Wallas Gonçalves Rocha, prefeito (CPF nº 977.242.113-53); José Luis Rodrigues Barbosa, ex- Secretário Municipal de Planejamento (CPF nº 926.478.983-91); Thyago Nascimento Araújo, Secretário Municipal de Administração e Finanças (CPF nº 055.551.873-60); Paula Regina Sampaio Sousa, Secretária Municipal de Saúde (CPF nº 745.615.293-49); Jairo Viana Frazão, Secretário Municipal de Educação (CPF nº 023.408.433-24); e a empresa A DA C Pereira Comércio e Serviços Ltda, representada pelo Senhor Aelson da Costa Pereira

Procuradores constituídos: Adriana Santos Matos, OAB/MA nº 18.101; Fabiana Borgneth de Araújo Silva, OAB/MA nº 10.611; Gilson Alves Barros, OAB/MA nº 7492; Breno Richard Lima Gomes, OAB/MA nº 19.939

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Denúncia formulada por cidadão, em desfavor do Município de São Benedito do Rio Preto/MA. José Luis Rodrigues Barbosa, ex- Secretário Municipal de Planejamento. Thyago Nascimento Araújo, Secretário Municipal de Administração e Finanças. Paula Regina Sampaio Sousa, Secretária Municipal de Saúde. Jairo Viana Frazão, Secretário Municipal de Educação. empresa A DA C Pereira Comércio e Serviços Ltda, representada pelo Senhor Aelson da Costa Pereira. Supostas irregularidades na contratação da empresa A DA C PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para fornecimento de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel- S10 para atender as demandas das Secretarias Municipais de São Benedito do Rio Preto/MA. Exercício financeiro 2023. Não acolher as razões de defesa. Notificar. Monitorar.

DECISÃO PL-TCE Nº 694/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a denúncia, formulada por cidadão, em desfavor do Município de São Benedito do Rio Preto/MA, representado pelos gestores Wallas Gonçalves Rocha, prefeito; José Luis Rodrigues Barbosa, ex- Secretário Municipal de Planejamento; Thyago Nascimento Araújo, Secretário Municipal de Administração e Finanças; Paula Regina Sampaio Sousa, Secretária Municipal de Saúde; Jairo Viana Frazão, Secretário Municipal de Educação; e a empresa A DA C Pereira Comércio e Serviços Ltda, representada pelo Senhor Aelson da Costa Pereira, sobre supostas irregularidades na contratação da empresa A DA C PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para fornecimento de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel- S10 para atender as demandas das Secretarias Municipais de São Benedito do Rio Preto/MA, no exercício financeiro 2023, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 12375/2025/ GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem:

a) não acolher as alegações de defesa apresentadas pelos gestores Wallas Gonçalves Rocha, José Luis Rodrigues Barbosa, Thyago Nascimento Araújo, Jairo Viana Frazão e Paula Regina Sampaio Sousa, visto que não lograram êxito em desconstituir as irregularidades apontadas na peça de denúncia e no Relatório de Instrução nº 4523/2024 –NUFIS2/LIDER 4, de 27 de junho de 2024;

para que envie a este Tribunal de Contas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias:

b) notificar os responsáveis pelo Município de São Benedito do Rio Preto/MA, Wallas Gonçalves Rocha, José Luis Rodrigues Barbosa, Thyago Nascimento Araújo, Jairo Viana Frazão e Paula Regina Sampaio Sousa, para que enviem a este Tribunal de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias:

b1) novos esclarecimentos e documentos, abordando especificamente a aparente desproporcionalidade entre o volume de combustível contratado/consumido e a frota de veículos do Município de São Benedito do Rio Preto, conforme detalhado no item 4.2, "b", do Relatório de Instrução nº 7163/2025, de 17 de setembro de 2025;

c) determinar à Unidade Técnica responsável o efetivo monitoramento do cumprimento desta deliberação, nos presentes autos.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 1853/2025- TCE/MA

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2025

Representante: empresa Controle Serviços e Comércio de Informática – ME

Representado: Prefeitura de Carutapera/MA, representada pelos gestores Amim Barbosa Quemel, Prefeito (CPF nº 093.418.462-34); Wedson da Silva Ribeiro, Secretário de Educação (CPF nº 979.699.083-72); Robert Anderson dos Remédios Amorim, Secretário de Saúde (CPF nº 917.833.133-15); Adriana Silva Carvalho de Almeida, Secretária de Administração e Planejamento (CPF nº 810.402.453-15); Vanessa Cristina Leandro dos Santos, Secretária de Assistência Social (CPF nº 608.014.343-78); Werbeth Alves Mesquita, Pregoeiro Oficial (CPF nº 021.493.433-04);

Procuradores constituídos: Katiana dos Santos Alves, OAB/MA nº 15.859; Milla Cristina Martins de Oliveira, OAB/MA nº 8.576; Renata Sousa Campelo Gonsioroski, OAB/MA nº 18.579; Tatiana Maria Pereira Costa, OAB/MA nº 9.094; Marco Aurélio Silva Costa Junior, OAB/MA nº 8.107; Thiago de Sousa Castro, OAB/MA nº 11.657

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

Representação formulada pela empresa Controle Serviços e Comércio de Informática – ME, em face da Prefeitura de Carutapera /MA, representado pelos gestores Amim Barbosa Quemel, Prefeito; Wedson da Silva Ribeiro, Secretário de Educação; Robert Anderson dos Remédios Amorim, Secretário de Saúde; Adriana Silva Carvalho de Almeida, Secretária de Administração e Planejamento; Vanessa Cristina Leandro dos Santos, Secretária de Assistência Social; Werbeth Alves Mesquita, Pregoeiro Oficial. Supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 004/2025, cujo objeto trata do registro de preços para futuras e eventuais aquisições parceladas de suprimentos e equipamentos de informática para atender as demandas das secretarias do Município. Exercício financeiro 2025. Conhecer. Notificar. Monitorar.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 698/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação, formulada pela empresa Controle Serviços e Comércio de Informática – ME, em face da Prefeitura de Carutapera /MA, representado pelos gestores Amim Barbosa Quemel, Prefeito; Wedson da Silva Ribeiro, Secretário de Educação; Robert Anderson dos Remédios Amorim, Secretário de Saúde; Adriana Silva Carvalho de Almeida, Secretária de Administração e Planejamento; Vanessa Cristina Leandro dos Santos, Secretária de Assistência Social; Werbeth Alves Mesquita, Pregoeiro Oficial, sobre supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 004/2025, cujo objeto trata do registro de preços para futuras e eventuais aquisições parceladas de suprimentos e equipamentos de informática para atender as demandas das secretarias do Município, no exercício financeiro 2025, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acompanhando o Parecer nº 12296/2025/ GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, em:

a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;

b) notificar ao responsável pela Prefeitura de Carutapera/MA para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

b1) proceda à anulação integral do Pregão Eletrônico nº 004/2025 e de todos os atos dele decorrentes, incluindo a Ata de Registro de Preços e os contratos firmados;

b1.1) modular os efeitos da anulação, permitindo a manutenção excepcional e transitória dos contratos em execução apenas pelo prazo estritamente necessário à conclusão de um novo certame, vedada a prorrogação ou ampliação do escopo;

- b2) realize novo procedimento licitatório, sanando os vícios apontados na presente representação, especialmente no que tange ao rito recursal e a um plano de contingência para falhas tecnológicas;
- b3) comunique a este Tribunal de Contas as providências adotadas no prazo assinalado;
- c) determinar à Unidade Técnica responsável o efetivo monitoramento do cumprimento desta deliberação, nos presentes autos.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 3863/2024 – TCE/MA (digital)

Natureza: Representação com pedido de Medida Cautelar

Exercício financeiro: 2024

Representante: Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão

Representados: Instituto de Previdência Social dos Servidores de Carolina – IMPRESEC, representado pelo Senhor Erivelton Teixeira Neves, Prefeito de Carolina/MA (CPF nº 028.693.096-00) e Rayman Lima Mendonça, Presidente do IMPRESEC (CPF nº 742.188.083-68)

Procurador constituído: Nelson Nery Costa, OAB/PI nº 172/96-B; Bruna Machado Araújo, OAB/PI nº 17.176; Fernanda Silva Portela Frazão, OAB/PI nº 17.099; Fabielle Sousa Silva, OAB/PI nº 24.434; Daniel Franco Silva Soares Costa, OAB/GO nº 51.440 e Igor Gomes Miranda, OAB/GO nº 67.642

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão, em desfavor do Instituto de Previdência Social dos Servidores de Carolina – IMPRESEC. Erivelton Teixeira Neves, Prefeito de Carolina/MA. Rayman Lima Mendonça, Presidente do IMPRESEC. Supostas irregularidades em decorrência de pagamento de diárias concedidas a servidores do Instituto em valor superior às despesas com folha de pagamento. Exercício financeiro de 2024. Conhecer. Indeferir medida cautelar. Converter em Tomada de Contas Especial.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 697/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente a Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Maranhão, em desfavor do Instituto de Previdência Social dos Servidores de Carolina – IMPRESEC, representado pelos Senhores Erivelton Teixeira Neves, Prefeito de Carolina/MA e Rayman Lima Mendonça, Presidente do IMPRESEC, sobre supostas irregularidades em decorrência de pagamento de diárias concedidas a servidores do Instituto em valor superior às despesas com folha de pagamento, no exercício financeiro de 2024, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, na forma do art. 104, caput, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica), acolhido o Parecer nº 5385/2025/ GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, fundados no art. 41, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005;
- b) indeferir o requerimento da Medida Cautelar, nos termos do art. 75 da LOTCE/MA, por restar prejudicada sua eficácia em virtude do decurso do tempo;
- c) pela manutenção do Senhor Erivelton Teixeira Neves, ex-Prefeito de Carolina/MA no polo passivo, a fim de que seja apurada sua responsabilidade por eventual omissão no dever de supervisão;
- d) converter o processo em tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e

quantificação do dano causado ao erário, com fundamento nos art. 52 da Lei Orgânica do TCE/MA.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador-geral Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de dezembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-geral de Contas

Processo nº 4751/2017 – TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Gestores

Exercício financeiro: 2016

Entidade: Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Governador Nunes Freire

Responsável: Carlos Sandro Leite da Silva, Secretário de Saúde, CPF nº 015.345.853-46

Procurador constituído: Não há

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Prestação de contas anual de gestores do Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Governador Nunes Freire, exercício financeiro de 2016. Decorridos mais de 05 (cinco) anos para o exercício do poder sancionador estatal. Incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento. Precedentes do STF e TCU. Arquivamento dos autos.

DECISÃO PL-TCE Nº 230/2024

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da Prestação de Contas Anual de Gestores do Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Governador Nunes Freire, exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor Carlos Sandro Leite da Silva, Secretário de Saúde e ordenador de despesas no período em referência, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições legais e com fundamento no art. 14, § 3º, da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com o Parecer nº 1076/2023/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem:

I – arquivar eletronicamente estes autos, em razão da incidência da prescrição de quaisquer pretensões punitiva e de ressarcimento por esta Corte de Contas, com supedâneo no art. 487, inciso II, do Código de Processo de Civil, e no art. 8º da Resolução TCE-MA nº 383/2023, e de acordo com os precedentes do Supremo Tribunal Federal – STF, uma vez que decorridos mais de 05 (cinco) anos para o exercício do poder sancionador estatal;

II – dar ciência ao responsável, Senhor Carlos Sandro Leite da Silva, por meio da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MA.

Presentes à Sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente), Álvaro César de França Ferreira\*, João Jorge Jinkings Pavão (Relator), Joaquim Washington Luiz de Oliveira\*, Daniel Itapary Brandão e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos, Antonio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 31 de janeiro de 2024.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

\*Conselheiro Aposentado.

Processo nº 4458/2018- TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Gestores

Exercício financeiro: 2017

Entidade: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB do Município de Caxias

Responsável: Ana Célia Pereira Damasceno de Macedo, CPF nº 334.998.883-00

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Prestação de contas anual de gestores do FUNDEB do Município de Caxias, exercício financeiro de 2017. Decorridos mais de 05 (cinco) anos para o exercício do poder sancionador estatal. Incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento. Precedentes do STF e TCU. Arquivamento dos autos.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 635/2024

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Prestação de contas anual de gestores do FUNDEB do Município de Caxias, exercício financeiro de 2017, de responsabilidade da Senhora Ana Célia Pereira Damasceno de Macedo, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento nos arts. 71, II, e 75 da Constituição Federal, no art. 172, II, da Constituição do Estado do Maranhão, art. 1º, II, da Lei Orgânica do TCE/MA, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, de acordo com o parecer do Ministério Público de Contas, decidem:

I – determinar o arquivamento dos autos, em razão da incidência da prescrição de quaisquer pretensões punitiva e de ressarcimento por esta Corte de Contas, com supedâneo no art. 8º da Resolução TCE-MA nº 383/2023, e de acordo com os precedentes do Supremo Tribunal Federal – STF, uma vez que decorridos mais de 05 (cinco) anos para o exercício do poder sancionador estatal.

Presentes à Sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente), Álvaro César de França Ferreira\*, João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Daniel Itapary Brandão e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto, Antonio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas. Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 20 de março de 2024.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador-Geral de Contas

\*Conselheiro Aposentado.

Processo nº 6108/2014–TCE/MA

Natureza: apreciação da legalidade de atos e contratos

Exercício financeiro: 2013

Entidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP

Responsável: Luiz Carlos Fossati, CPF nº 201.022.596-15

Procuradores Constituídos: Vanessa Vieira da Silva, OAB/MA nº 5632; Geiza Campos de Castro, OAB/MA nº 6968; João Jacob Bouéres Neto, OAB/MA nº 4367; Raimundo Nonato Fróz Neto OAB/MA nº 4776.

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Apreciação da legalidade de atos e contratos. Contrato celebrado entre a Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP e a empresa a Versal Construção e Consultoria Ltda., no exercício financeiro de 2013. Juntada dos autos à prestação de contas respectiva para análise e julgamento conjunto.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 677/2024

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de apreciação da legalidade de contrato celebrado entre a

Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP e a empresa a Versal Construção e Consultoria Ltda., no exercício financeiro de 2013, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento nos arts. 71, II, e 75 da Constituição Federal, no art. 172, II, da Constituição do Estado do Maranhão, art. 1º, XXIII, da Lei Orgânica do TCE/MA, em sessão ordinária plenária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, de acordo com o parecer do Ministério Público de Contas, decidem:

I – determine a juntada dos presentes autos à Prestação de Contas Anual de Gestão da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), exercício financeiro de 2013 (Processo nº 4332/2014), para análise e julgamento conjunto.

Presentes à Sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente), Álvaro César de França Ferreira\*, João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Daniel Itapary Brandão, Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de abril de 2024.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

\*Conselheiro Aposentado.

Processo nº 4700/2017 - TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Gestores

Exercício financeiro: 2016

Entidade: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional da Educação-FUNDEB do Município de Fortaleza dos Nogueiras

Responsável: Alessandra Maria Machado, CPF nº 460.240.003-59

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Prestação de contas anual de gestores do FUNDEB do Município de Fortaleza dos Nogueiras, exercício financeiro de 2016. Decorridos mais de 05 (cinco) anos para o exercício do poder sancionador estatal. Incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento. Precedentes do STF, TCU e TCE-MA Arquivamento dos autos.

DECISÃO PL-TCE Nº 679/2024

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Prestação de contas anual de gestores do FUNDEB do Município de Fortaleza dos Nogueiras, exercício financeiro de 2016, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento nos arts. 71, II, e 75 da Constituição Federal, no art. 172, II, da Constituição do Estado do Maranhão, art. 1º, II, da Lei Orgânica do TCE/MA, em sessão ordinária plenária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, de acordo com o parecer do Ministério Público de Contas, decidem:

I – determinar o arquivamento dos autos, em razão da incidência da prescrição de quaisquer pretensões punitiva e de ressarcimento por esta Corte de Contas, com supedâneo no art. 8º da Resolução TCE-MA nº 383/2023, e de acordo com os precedentes do Supremo Tribunal Federal – STF, uma vez que decorridos mais de 05 (cinco) anos para o exercício do poder sancionador estatal.

Presentes à Sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente), Álvaro César de França Ferreira\*, João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Daniel Itapary Brandão, Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de abril de 2024.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva



Presidente  
Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

\*Conselheiro Aposentado.

Processo nº 2192/2023-TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Exercício financeiro: 2022

Entidade: Município de Paço do Lumiar

Responsáveis: Maria Paula Azevedo Desterro, CPF nº 005.658.323-01

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Fiscalização para acompanhamento da avaliação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do Município de Paço do Lumiar, exercício financeiro de 2022, ano-base 2021. Encaminhamento de relatório com recomendações. Juntada às contas respectivas.

#### DECISÃO PL-TCE Nº 607/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Fiscalização para acompanhamento da avaliação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do Município de Paço do Lumiar, exercício financeiro de 2022ano-base 2021, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, e o art. 1º, XXIII, da Lei Orgânica do TCE/MA, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, de acordo com o parecer do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) encaminhar cópia do Relatório de Acompanhamento TCE/MA nº 2063/2023, constante nos autos, ao gestor do Município de Paço do Lumiar para que sejam observadas as recomendações nele contidas, bem como à Câmara Municipal de Paço do Lumiar para conhecimento;
- b) após as providências, determinar a juntada dos autos à prestação de contas anuais do Município de Paço do Lumiar, exercício financeiro de 2022.

Presentes à Sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Marcelo Tavares Silva e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Antonio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Douglas Paulo da Silva, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 12 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão  
Presidente  
Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador-Geral de Contas

### Pauta

Pauta da 1ª sessão Ordinária do Pleno  
28/01/2026

#### RELATORIA DE PROCESSO:

- 1 Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
- 2 Conselheiro Marcelo Tavares Silva
- 3 Conselheira Flávia Gonzalez Leite
- 4 Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

---

5 Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

6 Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

1 - Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

1 - PROCESSO: 5462 / 2019

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO-SEMGOV DE APICUM AÇU

RESPONSÁVEIS: Claudio Luiz Lima Cunha (290.217.313-04), Gregoria Celestina Abrantes Da Silva (281.633.703-00), Joceney Franco Rocha (185.117.402-87), Jose Carlos Cunha (237.299.453-00), Kleber Dos Santos Rabelo (094.726.733-68), Lady Henny Jardim De Jesus (024.647.013-51), Maria Gorethi Dos Santos Camelo (741.766.763-53), Maria Goretti Silva Coelho (526.784.664-34), Marileia Pavão De Castro (124.029.152-34), Oziel Santos Silva (779.581.873-00), Ramiro Jose Saif Campos (018.000.463-83), Tamires Do Socorro Castro Da Silva (030.053.023-42), Valdiane Santos Nogueira (789.239.992-53), Valdinan Leite De Castro (435.726.693-91), Valdine De Castro Cunha (487.817.113-87).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Andre Luis Maia Santos Silva - OAB/12042/MA;

Advogado: Romulo Emanuel Da Silva Feitosa - OAB/13497/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 10/12/2025.

2 - PROCESSO: 3800 / 2021

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS DE GOVERNADOR NUNES FREIRE

RESPONSÁVEIS: Indalecio Wanderley Vieira Fonseca (479.873.244-34), Josimar Alves De Oliveira (225.226.203-63), Luis Fernando Pereira (242.676.003-68).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 17/12/2025.

3 - PROCESSO: 818 / 2023

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA

RESPONSÁVEIS: Emanuel Lima De Oliveira (002.095.713-06), Eunélio Macedo Mendonca (509.185.833-49).

PARTE: ANTONIO MANOEL SILVANO NETO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Fernanda Salgado Cabral - OAB/MA/26.660;

Advogado: Irapoã Suzuki de Almeida Eloi - OAB/8853/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 10/12/2025.

Total de Processos: 3

2 - Conselheiro Marcelo Tavares Silva

1 - PROCESSO: 5496 / 2016

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Presidente da Câmara de Vereadores

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2015

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE AXIXÁ

RESPONSÁVEIS: Sandro Rogério Coelho Maciel (449.867.343-34).

PARTE:

---

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Antonio Gonçalves Marques Filho - OAB/6527/MA;

Advogado: Sergio Eduardo de Matos Chaves - OAB/7405/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

2 - PROCESSO: 3423 / 2019

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE ITINGA DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Lucio Flavio Araújo Oliveira (781.431.103-97).

PARTE:

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Procurador: Alessandro Macedo de Sá - CRC/MA/012798/O-8;

Procurador: Pedro Henrique Silva dos Santos, CRC/MA /011030;

Procurador: Raimundo Luiz Nogueira Filho CRC/PI/7409/O T-MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 2455 / 2020

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE ALTAMIRA DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Ricardo Almeida Miranda (056.614.904-45).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

4 - PROCESSO: 2462 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIO XII

RESPONSÁVEIS: Ivan De Paiva Do Vale Segundo (016.974.013-76).

PARTE:

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Amanda Leticia Setubal Pereira - OAB/24894/MA;

Advogado: Francisco Rodrigues dos Santos Neto - OAB/9226/MA;

Advogado: Lucas Evangelista Correa Noleto - OAB/12951/MA;

Advogado: Mauricio Dourado e Vasconcelos - OAB/14921/MA;

Advogado: Pedro Durans Braid Ribeiro - 10.255 /OAB/MA;

Advogado: Stefany Dias Cardoso - OAB/22440/MA;

Advogado: Thallyta Marcela Saraiva Rodrigues - OAB/MA/24.070;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

5 - PROCESSO: 2950 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Presidente da Assembleia Legislativa

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Othelino Nova Alves Neto (585.725.383-72).

PARTE:

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Sâmara Santos Noleto - OAB/12996/MA;

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

6 - PROCESSO: 3060 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARI

RESPONSÁVEIS: Rosário do Desterro Ribeiro Abas (137.560.603-49).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Procurador: Alessandro Macedo de Sá - CRC/MA/012798/O-8;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

7 - PROCESSO: 3469 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Cristina De Sousa Coelho (736.004.823-00).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Bruna Raquel Silva Machado - OAB/MA/27.432;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

8 - PROCESSO: 5050 / 2022

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Carlos Eduardo De Oliveira Lula (912.886.063-20), Jose Ron Nilde Pereira De Sousa (621.041.873-20).

PARTE: RAFAELLA BRANDÃO FURTADO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

9 - PROCESSO: 1968 / 2024

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

RESPONSÁVEIS: Zezildo Almeida Junior (254.131.633-04).

PARTE: RAFAELLA BRANDÃO FURTADO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Max Sousa Matos - OAB/21389/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

10 - PROCESSO: 3160 / 2024

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE LAGO DA PEDRA

RESPONSÁVEIS: Maura Jorge Alves De Melo Ribeiro (209.489.483-53).

PARTE: PREFEITURA MUNICIPAL LAGO DA PEDRA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: VISTA AO PROCURADOR-GERAL DE CONTAS DOUGLAS PAULO DA SILVA NA  
SESSÃO DE 17/12/2025, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO E PRODUÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL.  
11 - PROCESSO: 2745 / 2025

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Marcio Jose Melo Santiago (803.193.863-68).

PARTE: 60822179342 - RAFAELLA BRANDAO FURTADO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

Total de Processos: 11

3 - Conselheira Flávia Gonzalez Leite

1 - PROCESSO: 1953 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AXIXÁ

RESPONSÁVEIS: Thiago Martins Santos (007.661.023-35).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

2 - PROCESSO: 5044 / 2022

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Idan Torres Chaves (630.148.403-78).

PARTE: RAFAELLA BRANDÃO FURTADO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 1625 / 2023

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS

RESPONSÁVEIS: Jorge Vieira Dos Santos Filho (481.447.706-68).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Edmar Serra Cutrim - OAB-1032/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: Recurso de Reconsideração interposto em face do Parecer Prévio PL-TCE nº 31/2025

4 - PROCESSO: 4783 / 2023

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Membro da rede de controle

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE VARGEM GRANDE

RESPONSÁVEIS: Jose Carlos De Oliveira Barros (225.644.543-72).

PARTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

---

Advogado: Daniel Luis Silveira - OAB-8366-A/MA;  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
5 - PROCESSO: 718 / 2024  
NATUREZA: Fiscalização  
ESPÉCIE: Acompanhamento da gestão fiscal  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE RIACHÃO  
RESPONSÁVEIS: Ruggero Felipe Menezes Dos Santos (043.390.013-09).  
PARTE: NUFIS1/LIDER7  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):  
Advogado: Ludimila Rufino Borges Santos - OAB/17241/MA;  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
6 - PROCESSO: 1139 / 2024  
NATUREZA: Representação  
ESPÉCIE: Outros  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE BURITI BRAVO  
RESPONSÁVEIS: Luciana Borges Leocádio (476.517.843-91).  
PARTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
7 - PROCESSO: 2344 / 2024  
NATUREZA: Outros processos em que haja necessidade de decisão colegiada do TCE  
ESPÉCIE: Outros  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS  
RESPONSÁVEIS: Antonio Diego Borge De Brito Oliveira (603.260.483-75), Francisco Carneiro Ribeiro (329.725.393-20).  
PARTE: Ministério Público de Contas  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
8 - PROCESSO: 2374 / 2024  
NATUREZA: Outros processos em que haja necessidade de decisão colegiada do TCE  
ESPÉCIE: Outros  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE NOVA COLINAS  
RESPONSÁVEIS: Mariana Pinto Ribeiro Macedo (018.400.803-45), Rosilda Silva Ribeiro (424.720.163-87).  
PARTE: Douglas Paulo da Silva  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
9 - PROCESSO: 3091 / 2024  
NATUREZA: Outros processos em que haja necessidade de decisão colegiada do TCE  
ESPÉCIE: Outros  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS  
RESPONSÁVEIS: Cledival De Alcantara Souza (476.608.053-04), Gardehenia Sousa Lopes (777.963.143-53).  
PARTE: Ministério Público de Contas  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

---

---

OBSERVAÇÃO: Homologação de Termo de Ajustamento de Gestão

10 - PROCESSO: 3348 / 2024

NATUREZA: Outros processos em que haja necessidade de decisão colegiada do TCE

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO

RESPONSÁVEIS: Jonas Magno Machado Moraes (049.094.603-81), Jose Nilton Pinheiro Calvet Filho (964.791.243-91).

PARTE: Ministério Público de Contas

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Homologação de aditivo de Termo de Ajustamento de Gestão

11 - PROCESSO: 3560 / 2024

NATUREZA: Fiscalização

ESPÉCIE: Acompanhamento da gestão fiscal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE ANAJATUBA

RESPONSÁVEIS: Helder Lopes Aragão (147.019.603-49).

PARTE: NUFIS 1 / LIDER 7

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Edmundo Soares do Nascimento Neto - OAB/14136/MA;

Advogado: Heloisa Aragão de Oliveira Costa - OAB/10045/MA;

Advogado: Luis Henrique de Oliveira Brito - OAB/21959/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

12 - PROCESSO: 4274 / 2024

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Autoridade administrativa

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE COELHO NETO

RESPONSÁVEIS: Jose Ribamar Dos Santos Alves Junior (006.165.973-80).

PARTE: NUFIS 1 / LIDER 7

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

13 - PROCESSO: 6929 / 2024

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DE COROATÁ

RESPONSÁVEIS: James Lobo De Oliveira Lima (758.865.453-87), Luis Mendes Ferreira Filho (613.631.993-40), Miqueias Diogo Santos (043.108.983-35).

PARTE: .

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Edmundo Soares do Nascimento Neto - OAB/14136/MA;

Advogado: Heloisa Aragão de Oliveira Costa - OAB/10045/MA;

Advogado: Luis Henrique de Oliveira Brito - OAB/21959/MA;

Advogado: Miquéias Diogo Santos - 21974;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

14 - PROCESSO: 217 / 2025

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

---

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO

RESPONSÁVEIS: Jonas Magno Machado Moraes (049.094.603-81).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

15 - PROCESSO: 637 / 2025

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH

RESPONSÁVEIS: Samara Braz Rodrigues (054.041.353-44).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

16 - PROCESSO: 1980 / 2025

NATUREZA: Fiscalização

ESPÉCIE: Acompanhamento da gestão fiscal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: GABINETE CIVIL DO PREFEITO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Ivo Rezende Aragão (955.834.163-00).

PARTE: NUFIS1/LIDER7

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

17 - PROCESSO: 2214 / 2025

NATUREZA: Fiscalização

ESPÉCIE: Acompanhamento da gestão fiscal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2024

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DE LIMA CAMPOS

RESPONSÁVEIS: Dirce Prazeres Rodrigues (158.776.393-15).

PARTE: NUFIS1/LIDER7

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

18 - PROCESSO: 4294 / 2025

NATUREZA: Fiscalização

ESPÉCIE: Acompanhamento da gestão fiscal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE ALTO PARNAIBA

RESPONSÁVEIS: Rubens Sussumu Ogasawara (474.682.899-72).

PARTE: GEFIS1/LIDER3

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

19 - PROCESSO: 4716 / 2025

NATUREZA: Consulta

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE PENALVA

RESPONSÁVEIS: Luiz Henrique Alves Guerra (787.178.332-72).

PARTE: LUIZ HENRIQUE ALVES GUERRA



---

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Andrielle Serra Martins, - OAB/MA/24378;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -

20 - PROCESSO: 7707 / 2025

**NATUREZA:** Consulta**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA**RESPONSÁVEIS:** Luana Alves De Moraes (018.548.203-11).**PARTE:** LUANA ALVES DE MORAIS**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira**OBSERVAÇÃO:** -

Total de Processos: 20

4 - Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

1 - PROCESSO: 519 / 2020

**NATUREZA:** Representação**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2020**ENTIDADE:** GABINETE EXECUTIVO DE BACABAL**RESPONSÁVEIS:** Carlos Henrique Ferro Sousa (053.552.003-46), Edvan Brandão De Farias (750.522.293-72).**PARTE:****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

2 - PROCESSO: 6440 / 2020

**NATUREZA:** Denúncia**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2020**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE ICATU**RESPONSÁVEIS:** Jose Ribamar Moreira Gonçalves (736.804.193-68).**PARTE:** -**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Eduardo Silva De Oliveira - OAB-19299/MA;

Advogado: Marcio Augusto Vasconcelos Coutinho - OAB/8131/MA;

Advogado: Pedro Durans Braid Ribeiro - OAB/10255/MA;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

3 - PROCESSO: 2009 / 2021

**NATUREZA:** Prestação de contas anual de governo**ESPÉCIE:** Prefeito Municipal**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2020**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE VIANA**RESPONSÁVEIS:** Magrado Aroucha Barros (508.229.003-78).**PARTE:****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

4 - PROCESSO: 2746 / 2021

**NATUREZA:** Prestação de contas anual de governo**ESPÉCIE:** Prefeito Municipal**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2020**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE TUTÓIA

---

RESPONSÁVEIS: Romildo Damasceno Soares (476.882.543-53).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

5 - PROCESSO: 5111 / 2021

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

RESPONSÁVEIS: Julio Cesar De Souza Matos (064.325.493-53).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Tiago Trajano Oliveira Dantas - OAB/10659/MA;

Advogado: Vitor Eduardo Marques Cardoso - OAB/6116/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

6 - PROCESSO: 8563 / 2021

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Procedimento licitatório

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: SEDESC - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

RESPONSÁVEIS: Ignacio De Loyola Da Silva Pinheiro (895.311.407-15).

PARTE: AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

7 - PROCESSO: 1553 / 2022

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Procedimento licitatório

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA

RESPONSÁVEIS: Ana Lucia Barbosa De Sousa (407.419.073-72), Hilton Gonçalo De Sousa (407.202.683-20).

PARTE: Jonas da Silva Oliveira

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Daniel De Jesus De Sousa Santos - OAB/15616/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

8 - PROCESSO: 2274 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUTAPERA

RESPONSÁVEIS: Lunna Lark Quadros Maia (059.894.673-03).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Adriana Santos Matos - OAB/MA/18.101;

Advogado: Elvis Alves De Souza - OAB/17499/MA;

Advogado: Fabiana Borgneth Silva Antunes - 10.611/MA;

Advogado: Gilson Alves Barro - OAB/7492/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

9 - PROCESSO: 2278 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

---

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR NUNES FREIRE

RESPONSÁVEIS: Angela Maria Rabelo De Sousa (755.895.753-20).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

10 - PROCESSO: 4513 / 2022

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Procedimento licitatório

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: CHEFIA DE GABINETE DE PINHEIRO

RESPONSÁVEIS: João Luciano Silva Soares (839.465.943-87).

PARTE: Beatriz Maria Santos Rocha

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Antonio Jose Pinto - OAB-18325/MA;

Advogado: Carlos Helder Carvalho Furtado Mendes - OAB/15529/MA;

Advogado: Jose Guimarães Mendes Neto - OAB/15627/MA;

Advogado: Thiago Andre Bezerra Aires - OAB/18014/MA;

Advogado: Victor Paiva Gomes Marques Do Rosário - OAB/12888/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

11 - PROCESSO: 5249 / 2022

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Procedimento licitatório

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE RIACHÃO

RESPONSÁVEIS: Ruggero Felipe Menezes Dos Santos (043.390.013-09).

PARTE: Wanderson Moreira Soares

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Janelson Moucherek Soares Do Nascimento - OAB/6499/MA;

Advogado: Ludimila Rufino Borges Santos - OAB/17241/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

12 - PROCESSO: 5428 / 2022

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Procedimento licitatório

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Caue Avila Aragão (037.932.803-81), Fabiola Ewerton Kamakura Mesquita (658.782.303-30), Liliane De Jesus Viana Sá (178.729.603-20).

PARTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Giuliano Araújo Da Silva - OAB/8332/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

13 - PROCESSO: 2543 / 2023

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Tiago Jose Mendes Fernandes (027.247.253-01).

PARTE: SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA

---

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Antônio Augusto Garcia Leal - OAB/SP/152.186;

Advogado: Paulo Eduardo Machado Oliveira de Barcellos - OAB/SP/79416, OAB/RJ/158.707, OAB/GO/043.871;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira

**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

14 - PROCESSO: 3620 / 2023

**NATUREZA:** Representação

**ESPÉCIE:** Procedimento licitatório

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2023

**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO DE AÇAILANDIA

**RESPONSÁVEIS:** Aluisio Silva Sousa (237.866.633-00), Jose Alves De Oliveira (253.266.003-15).

**PARTE:** NUFIS II/ Lider 4

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Renan Rodrigues Sorvos - OAB-9519/MA;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva

**OBSERVAÇÃO:** Pauta solicitada, considerando a Portaria nº 204/2025, de 27 de fevereiro de 2025.

**SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 10/12/2025.**

15 - PROCESSO: 1275 / 2024

**NATUREZA:** Representação

**ESPÉCIE:** Membro da rede de controle

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2023

**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE PRESIDENTE DUTRA

**RESPONSÁVEIS:** Raimundo Alves Carvalho (001.769.258-05).

**PARTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Advogado: Aidil Lucena Carvalho - 12.584;

Advogado: Bertoldo Klinger Barros Rego Neto - 11.909;

Advogado: Carlos Eduardo Barros Gomes - 10.303;

Advogado: Fernanda Dayane Dos Santos Queiroz - OAB/15164/MA;

Advogado: Lorena Costa Pereira - OAB/22189/MA;

Advogado: Matheus Araújo Soares - OAB/22034/MA;

Advogado: Priscilla Maria Guerra Bringel - OAB/14647/PI;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira

**OBSERVAÇÃO:** -

16 - PROCESSO: 2389 / 2024

**NATUREZA:** Denúncia

**ESPÉCIE:** Cidadão

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2023

**ENTIDADE:** CASA CIVIL DE COELHO NETO

**RESPONSÁVEIS:** Bruno Jose Almeida E Silva (012.518.623-14), Jesuslene Sousa Da Luz (342.663.723-53),

Josely Maria Silva Almeida (498.084.193-72), Paulo Herberth Neves Cabral (966.937.203-82), Sergio Ricardo

Viana Bastos (470.606.543-72), Sonia Maria Silva Carvalho Santos (007.323.913-50).

**PARTE:** -

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva

**OBSERVAÇÃO:** VISTA AO PROCURADOR-GERAL DE CONTAS DOUGLAS PAULO DA SILVA NA SESSÃO DE 10/12/2025, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO E PRODUÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL.

17 - PROCESSO: 3057 / 2024

**NATUREZA:** Denúncia

**ESPÉCIE:** Outros

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2024

**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE VITÓRIA DO MEARIM

**RESPONSÁVEIS:** Raimundo Nonato Everton Silva (460.546.773-49).

**PARTE:** -

---

---

**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):****Advogado:** Patricia J. Pivoto - 93005 OAB/PR;**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025**18 - PROCESSO:** 3109 / 2024**NATUREZA:** Prestação de contas anual de governo**ESPÉCIE:** Prefeito Municipal**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2023**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE BARÃO DE GRAJAÚ**RESPONSÁVEIS:** Claudime Araujo Lima (446.753.303-63).**PARTE:** PREFEITURA MUNICIPAL BARÃO DE GRAJAÚ**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):****Advogado:** Antonio Guedes De Paiva Neto - OAB/7180/MA;**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025**19 - PROCESSO:** 3503 / 2024**NATUREZA:** Denúncia**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2024**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DE CENTRAL DO MARANHÃO**RESPONSÁVEIS:** Cleudilene Goncalves Privado Barbosa (660.023.463-68).**PARTE:** -**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025**20 - PROCESSO:** 3848 / 2024**NATUREZA:** Representação**ESPÉCIE:** Autoridade administrativa**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2024**ENTIDADE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE GOVERNADOR NUNES FREIRE**RESPONSÁVEIS:** Josimar Alves De Oliveira (225.226.203-63).**PARTE:** .**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):****Advogado:** Aidil Lucena Carvalho - OAB/12584/MA;**Advogado:** Bertoldo Klinger Barros Rego Neto - OAB/11909/MA;**Advogado:** Carlos Eduardo Barros Gomes - OAB/10303/MA;**Advogado:** Cristiana Ferreira Duailibe Costa - 7415;**Advogado:** Cristiana Ferreira Duailibe Costa - 7415;**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025**21 - PROCESSO:** 3889 / 2024**NATUREZA:** Denúncia**ESPÉCIE:** Cidadão**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2024**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** Joel Fernando Benin (788.070.269-53).**PARTE:** -**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025**22 - PROCESSO:** 4037 / 2024**NATUREZA:** Denúncia**ESPÉCIE:** Outros

---

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE MIRADOR

RESPONSÁVEIS: Maria Domingas Gomes Cabral Santana (765.192.443-68).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Lucas Antonioni Coelho Aguiar- OAB/12822/MA;

Advogado: Samara Santos Noletto Quirino - OAB/MA/12996;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

23 - PROCESSO: 1347 / 2025

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Membro da rede de controle

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

RESPONSÁVEIS: Walterlins Rodrigues De Azevedo (856.942.903-72).

PARTE: Ministério Público de Contas

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

24 - PROCESSO: 4043 / 2025

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DE AÇAILÂNDIA

RESPONSÁVEIS: Aluisio Silva Sousa (237.866.633-00).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

25 - PROCESSO: 7360 / 2025

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ

RESPONSÁVEIS: Francisco Nagib Buzar De Oliveira (618.127.303-49).

PARTE: Secretaria de Estado da Educação

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

26 - PROCESSO: 7478 / 2025

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Iracema Cristina Vale Lima (406.473.663-04).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

27 - PROCESSO: 7543 / 2025

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE JUNCO DO MARANHÃO

---

RESPONSÁVEIS: Jose Ricardo De Almeida Ribeiro (376.763.423-68).

PARTE: Claudiomiro Vieira da Silva

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: Pauta Requerida, considerando a Portaria nº 204, de 27 de fevereiro de 2025

Total de Processos: 27

5 - Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

1 - PROCESSO: 3044 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Presidente da Câmara de Vereadores

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE

RESPONSÁVEIS: Francemilson Garces Santana (777.871.373-04).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Trata-se de Prestação de Contas Anual de Gestores da Câmara Municipal de Miranda do Norte/MA, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Senhor Francemilson Garcês Santana – Presidente. Pauta requerida considerando a Portaria TCE/MA nº 205, de 27 de fevereiro de 2025. VISTA AO PROCURADOR-GERAL DE CONTAS DOUGLAS PAULO DA SILVA NA SESSÃO DE 17/12/2025, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO E PRODUÇÃO DE SUSTENTAÇÃO ORAL.

Total de Processos: 1

6 - Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

1 - PROCESSO: 5971 / 2014

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2014

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E APOSENTADORIA DE CHAPADINHA

RESPONSÁVEIS: Aldy Silva Saraiva (079.748.093-53), Dhiankarlo Araujo E Silva (572.675.293-72), Gustavo Lira Da Silva Neto (762.042.193-91), Maria Coelho Pimentel Gomes (250.050.223-68).

PARTE: Douglas Paulo da Silva- Procurador do MPC

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Aidil Lucena Carvalho - OAB/12584/MA;

Advogado: Bertoldo Kingler Barros Rego Neto - 11.909;

Advogado: Carlos Eduardo Barros Gomes - OAB/10303/MA;

Advogado: Josivaldo Oliveira Lopes - OAB/5338/MA;

Advogado: Luiz Felipe Pires da Costa - OAB/MA/22567;

Advogado: Meuseanaalmeida Dos Reis - OAB/6657/MA;

Advogado: Paulo Humberto Freire Castelo Branco - OAB/7488-A/MA;

Advogado: Victor Meneses de Souza - OAB/MA/23985;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Embargos de declaração

2 - PROCESSO: 1776 / 2020

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

RESPONSÁVEIS: Osvaldo Silva Da Costa (180.630.043-53), Roberto Regis De Albuquerque (237.383.083-34).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 1915 / 2020

---

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAJAPIÓ

RESPONSÁVEIS: Marcone Pinheiro Marques (255.903.163-91).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Max Sousa Matos - OAB-21389/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

4 - PROCESSO: 5833 / 2020

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE SÃO FÉLIX DE BALSAS

RESPONSÁVEIS: Allenildo Martins Ferreira (364.136.663-15), Marcio Dias Pontes (830.266.303-49).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

5 - PROCESSO: 2738 / 2021

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE BACURITUBA

RESPONSÁVEIS: Antonio Carlos Serrão Mendes (125.378.453-15), Jose Sisto Ribeiro Silva (035.310.743-34).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

6 - PROCESSO: 5188 / 2021

NATUREZA: Denúncia

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE PRESIDENTE DUTRA

RESPONSÁVEIS: Joedson De Sousa Silva (039.130.773-83), Raimundo Alves Carvalho (001.769.258-05).

PARTE: -

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):

Advogado: Aidil Lucena Carvalho - 12.584;

Advogado: Bertoldo Klinger Barros Rego Neto - 11.909;

Advogado: Carlos Eduardo Barros Gomes - 10.303;

Advogado: Fernanda Dayane Dos Santos Queiroz - OAB/15164/MA;

Advogado: Gabriel Oliveira Ribeiro - OAB/22075/MA;

Advogado: Lorena Costa Pereira - OAB/22189/MA;

Advogado: Matheus Araújo Soares - OAB/22034/MA;

Advogado: Priscilla Maria Guerra Bringel - OAB/14647/PI;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: Recurso de Reconsideração

7 - PROCESSO: 5704 / 2022

NATUREZA: Fiscalização

ESPÉCIE: Acompanhamento da gestão fiscal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE PERI MIRIM

RESPONSÁVEIS: Heliezer De Jesus Soares (288.380.253-04).



---

**PARTE: LIDERANÇA 7****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Sâmara Santos Noletto Quirino - OAB/MA/12.996;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -

8 - PROCESSO: 7206 / 2022

**NATUREZA:** Representação**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2022**ENTIDADE:** CHEFIA DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**RESPONSÁVEIS:** Emerson Livio Soares Pinto (375.919.593-87), Erica De Jesus Siqueira (877.079.423-53).**PARTE: L S GOMES COMÉRCIOS E SERVIÇOS LTDA****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Adriana Santos Matos - OAB/18101/MA;

Advogado: Fabiana Borgneth De Araújo Silva - OAB/10611/MA;

Advogado: Gilson Alves Barros - OAB/7492/MA;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira**OBSERVAÇÃO:** Recurso de Reconsideração

9 - PROCESSO: 1960 / 2023

**NATUREZA:** Representação**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2023**ENTIDADE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DE BEQUIMÃO**RESPONSÁVEIS:** João Batista Martins (329.267.743-20).**PARTE: TCE-MA****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Abdon Clementino De Marinho - OAB/4980/MA;

Advogado: Raimundo Nonato Ribeiro Neto - OAB/4921/MA;

Advogado: Welger Freire Dos Santos - OAB/4534/MA;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -

10 - PROCESSO: 6478 / 2024

**NATUREZA:** Representação**ESPÉCIE:** Procedimento licitatório**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2024**ENTIDADE:** GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE IMPERATRIZ**RESPONSÁVEIS:** Francisco De Assis Andrade Ramos (760.792.873-15).**PARTE: FLAMARION DE OLIVEIRA AMARAL****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):**

Advogado: Luiz Felipe Pires da Costa - OAB/MA/22567;

Advogado: Solon Rodrigues Dos Anjos Neto - OAB/8355/MA;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -

11 - PROCESSO: 1402 / 2025

**NATUREZA:** Denúncia**ESPÉCIE:** Outros**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUIS**RESPONSÁVEIS:** Ana Carolina Marques Mitri Da Costa (629.335.313-72).**PARTE: -****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira**OBSERVAÇÃO:** -

12 - PROCESSO: 4505 / 2025

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Vinicius Lima Noleto (016.285.713-65).

PARTE: SENATRAN

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

Total de Processos: 12

Total de Processos da Pauta: 74

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão em 21 de janeiro de 2026

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente do Pleno

## Primeira Câmara

### Decisão

Processo nº: 7510/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Jocimar Marcal Ribeiro dos Reis

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade ao servidor Jocimar Marcal Ribeiro dos Reis, matrícula nº. 309369-00, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3386/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Jocimar Marcal Ribeiro dos Reis, matrícula nº. 309369-00, com 63 anos de idade à época da publicação Ato nº 1485/2021, de 22/03/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 05 de maio de 2021, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12138/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

---

**Relator**

Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6177/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Marcia Marques Pinho

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Marcia Marques Pinho, matrícula nº. 282927-000 (matrícula antiga 939322), no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3359/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Marcia Marques Pinho, matrícula nº. 282927-000 (matrícula antiga 939322), com 52 anos de idade à época da publicação Ato nº 441/2020, de 21/12/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 12 de fevereiro de 2021, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3510/2025/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 7070/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís -MA

Beneficiário(a): Francisca Fernandes

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de aposentadoria Francisca Fernandes, no cargo de assessor em assuntos legislativos, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Luís/MA. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3268/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria de Francisca Fernandes, matrícula nº 0670-2, no cargo de Assessor em Assuntos Legislativos, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São

Luís/MA, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís - IPAM, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11922/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7062/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Elizabeth Clemencia Figueiredo Miranda

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais mensais e com paridade de Elizabeth Clemencia Figueiredo Miranda, no cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal da Junta Comercial do Estado do Maranhão. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3267/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Elizabeth Clemencia Figueiredo Miranda, com 58 anos de idade à época da publicação do Ato n.º 1866/2021, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referencia 11, matrícula n.º 4671-00, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do quadro de pessoal da Junta Comercial do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11916/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7060/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria de Sousa Nascimento

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Maria de Sousa Nascimento, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3266/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria de Sousa Nascimento, com 65 anos de idade à época da publicação do ato nº 1524/2021, no cargo de Professor III, Classe A, Referência 02, matrícula nº 285503-00, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11917/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7054/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Lourival de Souza Galvão

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Lourival de Souza Galvão, no cargo de Auxiliar Cultural do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos - SECAP. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3265/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Lourival de Souza Galvão, com 65 anos de idade à época da publicação do ato nº 2218/2021, no cargo de Auxiliar Cultural, Classe Especial, Referência 11, matrícula nº 236534-01, Especialidade Sonoplasta, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos - SECAP, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11919/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º,

VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7043/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Marinalva Aguiar Teixeira Rocha

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Marinalva Aguiar Teixeira Rocha, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3264/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Marinalva Aguiar Teixeira Rocha, com 56 anos de idade à época da publicação do ato nº 644/2020, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, matrícula nº 6738-01, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11923/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6976/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Barreirinhas

Beneficiário(a): Antônia da Silva de Castro

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de aposentadoria por idade de Antônia da Silva de Castro, no cargo de agente comunitária de saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3263/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria por idade de Antônia da Silva Castro, no cargo de Agente Comunitária de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, expedido pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Barreirinhas, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art.104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11908/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6968/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Barreirinhas

Beneficiário(a): Maria José Santos Aguiar

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de aposentadoria por tempo de contribuição de Maria José Santos Aguiar, no cargo de professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3262/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria por tempo de contribuição de Maria José Santos Aguiar, no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Barreirinhas, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art.104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3365/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

---

**Relator**

Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6941/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Iraldina Francinete Silva Coelho

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de aposentadoria voluntária de Iraldina Francinete Silva Coelho, no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

**DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3260/2025**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária de Iraldina Francinete Silva Coelho, matrícula nº 259492-00, no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica — TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4904/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6101/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Marivaldo Costa Duarte

Ministério Público de Contas: Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Marivaldo Costa Duarte, no cargo de Professor Assistente do quadro de pessoal da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Pela Legalidade e registro.

**DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3226/2025**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Marivaldo Costa Duarte, com 72 anos de idade à época da publicação do ato nº 608/2020, no cargo de Professor Assistente, Classe III, Referência 03, matrícula nº 6615-03, Grupo Atividades de Magistério Superior, do quadro de pessoal da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica — TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º



3329/2025/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6940/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria de Fátima Batista Souza

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de aposentadoria voluntária de Maria de Fátima Batista Souza, no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3259/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária de Maria de Fátima Batista Souza, matrícula nº 275595-01, no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica — TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3369/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6107/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Wanda Maria Barros de Sousa Santos

Ministério Público de Contas: Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Wanda Maria Barros de Sousa Barros, no cargo de Auxiliar Administrativo de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3227/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Wanda Maria Barros de Sousa Santos, com 56 anos de idade à época da publicação do ato nº 751/2020, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, matrícula nº 271606-00, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4807/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6125/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Antonia Marly Lima Santiago

Ministério Público de Contas: Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Antonia Marly Lima Santiago, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3229/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Antonia Marly Lima Santiago, com 52 anos de idade à época da publicação do ato nº 199/2020, no cargo de Professora III, Classe C, Referência 005, matrícula nº 266150-00, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4815/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente  
Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6113/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Josanira Rosa Santos da Luz

Ministério Público de Contas: Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais e com paridade de Josanira Rosa Santos da Luz, no cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SEDES. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3228/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais com paridade, de Josanira Rosa Santos da Luz, com 58 anos de idade à época da publicação do Ato nº 1278/2020, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, matrícula nº 00238426-00, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social-SEDES, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4809/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva  
Presidente  
Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6132/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria Delcireis Alves Fonseca Mota

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de aposentadoria voluntária de Maria Delcireis Alves Fonseca Mota, no cargo de professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3230/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária de Maria Delcireis Alves Fonseca Mota, matrícula nº 00274700-00, no cargo de Professora, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,

no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica — TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4817/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6156/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria Salete Mendes de Sousa

Ministério Público de Contas: Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Maria Salete Mendes de Sousa, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3231/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria Salete Mendes de Sousa, com 58 anos de idade à época da publicação do ato n.º 1379/2020, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 06, matrícula n.º 265227-01, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3338/2025/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6170/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

---

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Rosileide Martins Lima

Ministério Público de Contas: Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Rosileide Martins Lima, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3232/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Rosileide Martins Lima, com 59 anos de idade à época da publicação do ato n.º 914/2020, no cargo de Professora III, Classe C, Referência 06, matrícula n.º 274556-00, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4844/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º: 6222/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Ana Rute Farias de Albuquerque

Ministério Público de Contas: Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Ana Rute Farias de Albuquerque, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3233/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Ana Rute Farias de Albuquerque, com 65 anos de idade à época da publicação do ato n.º 1185/2020, no cargo de Professora III, Classe C, Referência 05, matrícula n.º 283696-00, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4899/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador

---

de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6227/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Otto de Bismarck Goiabeira Feques

Ministério Público de Contas: Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais mensais de Otto de Bismarck Goiabeira Feques, no cargo de Investigador de Polícia do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3234/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, de Otto de Bismarck Goiabeira Feques, com 59 anos de idade à época da publicação do ato nº 185/21, no cargo de Investigador de Polícia, Classe Especial, Referência 10, matrícula nº 311900-00, do Grupo Segurança, Subgrupo Atividades de Polícia Civil, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4900/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6563/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Rosario de Maria Viana Borges

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Rosário de Maria Viana Borges, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

---

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3235/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais com paridade, de Rosario de Maria Viana Borges, com 60 anos de idade à época da publicação do ato nº 1427/2021, no cargo de Professora III, Classe C, Referência 06, matrícula nº 262260-01, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11722/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6607/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): José de Ribamar Cunha Netto

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de José de Ribamar Cunha Netto, no cargo de Assistente Técnico do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

---

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3236/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de José de Ribamar Cunha Netto, com 62 anos de idade à época da publicação do Ato nº 1754/2021, no cargo de Assistente Técnico, Classe Especial, Referência 11, matrícula nº 292304-00, Especialidade Técnico em Contabilidade, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11756/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

---

Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6621/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Marli Sá Pereira

Ministério Público de Contas: Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade de Marli Sá Pereira, no cargo de Professora do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3237/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Marli Sá Pereira, com 73 anos de idade à época da publicação do ato nº 1432/2021, no cargo de Professora III, Classe C, Referência 07, matrícula nº 265240, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 11765/2025/GPROC3/PHAR, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães (Relator) e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 11 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7335/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM

Beneficiário(a): Hélio Abrantes

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria de Hélio Abrantes, matrícula 136, no cargo de Técnico Legislativo de Administração, Quadro Especial, Classe B, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3372/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria de Hélio Abrantes, matrícula 136, no cargo de Técnico Legislativo de Administração, Quadro Especial, Classe B, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º



3470/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7342/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM

Beneficiário(a): Raimundo Nonato da Cruz

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição de Raimundo Nonato da Cruz, matrícula 02012, no cargo de Técnico em Assessoramento, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3373/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição de Raimundo Nonato da Cruz, matrícula 02012, no cargo de Técnico em Assessoramento, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3467/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 4102/2021-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para Reserva Remunerada

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Eteldo Nunes Maia

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada, com proventos integrais mensais, do 2º Tenente QOAPM - Eteldo Nunes Maia, matrícula 412457-00, do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Pela legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3354/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à transferência, a pedido, para reserva remunerada do 2º Tenente QOAPM - Eteldo Nunes Maia, matrícula nº 412948-00, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu próprio subsídio, outorgada pelo Ato nº 1665/2021, de 30/03/2021, publicado no Diário Oficial em 19.04.2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei nº 8.258, de 06/06/2005 (Lei orgânica-TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer nº 12210/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do art. 1º, VIII, da mencionada lei orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 5941/2021-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Josias Lopes de Arraz

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de pensão concedido à Josias Lopes de Arraz, viúvo e único beneficiário da ex-segurada Maria Nuca de Menezes Arraz, matrícula 340146-01, falecida em 02.06.2021, aposentada do Cargo de Professor I, Classe "C", Referência 6, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, Pensão Previdenciária, sem paridade. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3357/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, sobre a pensão, concedida pelo Ato 0609/2021, publicado no diário oficial do MA em 08/07/2021, à Josias Lopes de Arraz, viúvo e único beneficiário da ex-segurada Maria Nuca de Menezes Arraz, matrícula 340146-01, falecida(o) em 02.06.2021, aposentada do Cargo de Professor I, Classe "C", Referência 6, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, Pensão Previdenciária, sem paridade. A pensão foi concedida nos termos do art. 22, XXI, da CF/88 com redação dada pela EC 103/2019 c/c o art. 2º, §§ 1º e 2º, o art. 3º, I "c", art. 4º, § 2º da Lei Complementar 224/20 de 09.03.2020 e os art. 19 e 31, II, da Lei Complementar nº 073/04, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 03.06.2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei nº 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer nº 12256/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida pensão, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os

ConselheirosSubstitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 980/2021-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para Reserva Remunerada

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Lino de Jesus Silva Filho

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada, com proventos integrais mensais, do 1º SARGENTO PM, QPMP-0 (Combatente) - Lino de Jesus Silva Filho, matrícula 412344-00, do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Pela legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3353/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à transferência, a pedido, para reserva remunerada do 1º SARGENTO PM, QPMP-0 (Combatente) - Lino de Jesus Silva Filho, matrícula nº 412344-00, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu próprio subsídio, outorgada pelo Ato nº 1078/2020, de 06/11/2020, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 26.11.2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei nº 8.258, de 06/06/2005 (Lei orgânica-TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer nº 12211/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do art. 1º, VIII, da mencionada lei orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os ConselheirosSubstitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 5078/2021-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria Madalena Lima de Sousa

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de pensão concedida à Maria Madalena Lima de Sousa, viúva do ex-segurado Aluísio Benedito de Sousa, matrícula 321693-00, falecido em 14.01.2021, no exercício do Cargo

de Auxiliar de Serviços, Especialidade Oficial de Manutenção, Referência 11, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, sem paridade. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3355/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, sobre a pensão, concedida pelo Ato 0200/2021, publicado no diário oficial do MA em 08/03/2021, à Maria Madalena Lima de Sousa, viúva do ex-segurado Aluísio Benedito de Sousa, matrícula 321693-00, falecido(a) em 05.02.2021, no exercício do Cargo de Auxiliar de Serviços, Especialidade Oficial de Manutenção, Referência 11, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, sem paridade. A pensão foi concedida nos termos do art. 22, XXI, da CF/88 com redação dada pela EC 103/2019 c/c o art. 2º, §§ 1º e 2º, o art. 3º, I "c", art. 4º, § 2º da Lei Complementar 224/20 de 09.03.2020 e os art. 19 e 31, II, da Lei Complementar nº 073/04, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 03.06.2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3534/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida pensão, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal. Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 5088/2021-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Marta Maria Costa Maia

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de pensão concedida à Marta Maria Costa Maia, viúva e única beneficiária do ex-segurado Luiz Odisio Maia, matrícula 295309-02, falecido em 05.02.2021, no exercício do Cargo de Professor III. Classe "B", Referência 3, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, da Secretaria de Estado da Educação, sem paridade. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3356/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, sobre a pensão, concedida pelo Ato 0206/2021, publicado no diário oficial do MA em 08/03/2021, à Marta Maria Costa Maia, viúva e única beneficiária do ex-segurado Luiz Odisio Maia, matrícula 295309-02, falecido(a) em 05.02.2021, no exercício do Cargo de Professor III. Classe "B", Referência 3, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, da Secretaria de Estado da Educação, sem paridade. A pensão foi concedida nos termos do art. 22, XXI, da CF/88 com redação dada pela EC 103/2019 c/c o art. 2º, §§ 1º e 2º, o art. 3º, I "c", art. 4º, § 2º da Lei Complementar 224/20 de 09.03.2020 e os art. 19 e 31, II, da Lei Complementar nº 073/04, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 03.06.2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3535/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida pensão, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 8293/2021-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para Reserva Remunerada

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Tenilson Sousa Araújo

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Transferência, a pedido, para a Reserva Remunerada, com proventos integrais mensais, do 2º Tenente QOAPM - Tenilson Sousa Araújo, matrícula 412948-00, do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Pela legalidade e registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3358/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à transferência, a pedido, para reserva remunerada do 2º Tenente QOAPM - Tenilson Sousa Araújo, matrícula nº 412948-00, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu próprio subsídio, outorgada pelo Ato nº 2258/2021, que foi retificado pelo Ato nº 3035/22, Ato nº 3035/22 em 26.08.2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 12.09.2022, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei nº 8.258, de 06/06/2005 (Lei orgânica-TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer nº 12208/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do art. 1º, VIII, da mencionada lei orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6191/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Edna Maria de Carvalho Chaves

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Edna Maria de Carvalho Chaves, matrícula nº. 280565-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3360/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Edna Maria de Carvalho Chaves, matrícula nº. 280565-00, com 63 anos de idade à época da publicação Ato nº 1240/2020, de 02/12/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 12 de fevereiro de 2021, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, § 1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3507/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6234/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria do Amparo Marques da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Maria do Amparo Marques da Silva, matrícula nº. 286424-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e Registro

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3361/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria do Amparo Marques da Silva, matrícula nº. 286424-00, com 62 anos de idade à época da publicação Ato nº 1456/2021, de 18/03/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 06 de abril de 2021, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, § 1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3526/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os

ConselheirosSubstitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7349/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM

Beneficiário(a): Milson de Souza Coutinho

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria de Milson de Souza Coutinho, matrícula 20191, no cargo de Procurador Geral, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis . Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3374/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria de Milson de Souza Coutinho, matrícula 20191, no cargo de Procurador Geral, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 5001/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os ConselheirosSubstitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7356/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM

Beneficiário(a): Maria Lúcia Veiga de Araújo

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria de Maria Lúcia Veiga de Araújo, matrícula 45, no cargo de Técnico de Assessoramento Legislativo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis . Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

---

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3375/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria de Maria Lúcia Veiga de Araújo, matrícula 45, no cargo de Técnico de Assessoramento Legislativo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luís, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luís - IPAM, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4999/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º: 7383/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto Municipal de Previdência Própria de Pedreiras

Beneficiário(a): Maria das Dores da Conceição Viana

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da servidora Maria das Dores da Conceição Viana, matrícula 298-1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, do Quadro de Pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

---

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3378/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da servidora Maria das Dores da Conceição Viana, matrícula 298-1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, do Quadro de Pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto Municipal de Previdência Própria de Pedreiras, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12053/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator



---

Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 7419/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Antonio Francisco de Jesus Madeira Ferreira

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade ao servidor Antonio Francisco de Jesus Madeira Ferreira, matrícula nº. 249549-00, no cargo de Agente da Receita Estadual, Classe Especial, Referência 11, Especialidade, Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização, Subgrupo, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA ESTADO DA FAZENDA. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3381/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Antonio Francisco de Jesus Madeira Ferreira, matrícula nº. 249549-00, com 66 anos de idade à época da publicação Ato nº 2363/2021, de 20/10/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão - DOEMA em 26 de outubro de 2021, no cargo de Agente da Receita Estadual, Classe Especial, Referência 11, Especialidade, Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização, Subgrupo, do Quadro de Pessoal da SECRETARIA ESTADO DA FAZENDA, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12076/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7372/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Fundo de Previdência de Barreirinhas

Beneficiário(a): Laides Pires de Lima

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Idade da servidora Laides Pires de Lima, matrícula 471, ocupante do cargo de Guarda Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3376/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Idade da servidora Laides Pires de Lima, matrícula 471, ocupante do cargo de Guarda Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração,

expedido pelo Fundo de Previdência de Barreirinhas, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 5040/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7379/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Fundo de Previdência de Barreirinhas

Beneficiário(a): Francisca Sousa Ramos

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Idade da servidora Francisca Sousa Ramos, efetiva no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (Zeladora), lotada na Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3377/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Idade da servidora Francisca Sousa Ramos, efetiva no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (Zeladora), lotada na Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Fundo de Previdência de Barreirinhas, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art.104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 5039/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7388/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Aposentadorias e Pensões de Mata Roma

Beneficiário(a): Irene Sousa Marchão

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Tempo de Serviço e Contribuição da servidora Irene Sousa Marchão, no Cargo de Professora Nível II, do Quadro de pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3379/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Tempo de Serviço e Contribuição da servidora Irene Sousa Marchão, no Cargo de Professora Nível II, do Quadro de pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões de Mata Roma, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3456/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º: 7397/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Sebastião dos Santos Dias Neto

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade ao servidor Sebastião dos Santos Dias Neto, matrícula n.º. 172233-01, no cargo de Auxiliar Técnico, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Gráfico, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal da Fundação Nice Lobão. Pela Legalidade e Registro

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3380/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Sebastião dos Santos Dias Neto, matrícula n.º. 172233-01, com 59 anos de idade à época da publicação Ato n.º 2256/2021, de 04/10/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 08 de outubro de 2021, no cargo de Auxiliar Técnico, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Gráfico, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal da Fundação Nice Lobão, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12067/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste

Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7459/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande

Beneficiário(a): Elizabete Silva de Jesus

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora Elizabete Silva de Jesus, Matrícula n.º 02410, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3382/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora Elizabete Silva de Jesus, Matrícula n.º 02410, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, expedido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12108/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7466/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Aposentadorias e Pensões de Mata Roma

Beneficiário(a): Rosa Maria Vasconcelos

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Tempo de Serviço e Contribuição com proventos

integrais de Rosa Maria Vasconcelos, Cargo A.O.S.D Classe “C”, do Quadro de pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3383/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Tempo de Serviço e Contribuição com proventos integrais de Rosa Maria Vasconcelos, Cargo A.O.S.D Classe “C”, do Quadro de pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões de Mata Roma, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3712/2024/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os ConselheirosSubstitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º: 7467/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto Municipal de Previdência Própria de Pedreiras

Beneficiário(a): Francisca Maria Ferreira da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da servidora Francisca Maria Ferreira da Silva, matrícula 2092-3, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, do Quadro de Pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3384/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da servidora Francisca Maria Ferreira da Silva, matrícula 2092-3, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, do Quadro de Pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto Municipal de Previdência Própria de Pedreiras, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3452/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os ConselheirosSubstitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 7477/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande

Beneficiário(a): Maria Reis dos Santos

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade da servidora Maria Reis dos Santos, Matrícula nº 00293, ocupante do Cargo de Professora Nível I, lotada na Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3385/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade da servidora Maria Reis dos Santos, Matrícula nº 00293, ocupante do Cargo de Professora Nível I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3450/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva  
Presidente  
Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 7556/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria Vidal de Lima

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidora Maria Vidal de Lima, matrícula nº. 286701-00 (matrícula antiga 997106), no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e Registro

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3387/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria Vidal de Lima, matrícula nº. 286701-00 (matrícula antiga 997106), com 71 anos de idade à época da publicação Ato nº 2300/2021, de 04/10/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 25 de outubro de 2021, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo

Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12174/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6241/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Verônica Barbosa de Sousa Costa

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Verônica Barbosa de Sousa Costa, matrícula nº. 264310-00 (matrícula antiga 627331), no cargo de Professor III, Classe C, Referência 06, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e Registro

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3362/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Verônica Barbosa de Sousa Costa, matrícula nº. 264310-00 (matrícula antiga 627331), com 56 anos de idade à época da publicação Ato nº 783/2020, de 21/12/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 12 de fevereiro de 2021, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 06, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3528/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

---

Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6368/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Diana Dirce Lima Pereira

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Diana Dirce Lima Pereira, matrícula nº. 314353-00, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Pela Legalidade e Registro

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3363/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Diana Dirce Lima Pereira, matrícula nº. 314353-00, com 67 anos de idade à época da publicação Ato nº 1335/2020, de 18/12/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 27 de abril de 2021, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3594/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7603/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Aguinaldo de Jesus Araújo da Cunha

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade ao servidor Aguinaldo de Jesus Araújo da Cunha, matrícula nº. 8776-00, no cargo de Especialista em Saúde, Classe Especial, Referência 011, Especialidade Médico Veterinário, Grupo Administração Geral, Subgrupo Nível Superior, do Quadro de Pessoal da AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3389/2025



Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Aguinaldo de Jesus Araújo da Cunha, matrícula nº. 8776-00, com 64 anos de idade à época da publicação Ato nº 1838/2021, de 22/04/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 10 de junho de 2021, no cargo de Especialista em Saúde, Classe Especial, Referência 011, Especialidade Médico Veterinário, Grupo Administração Geral, Subgrupo Nível Superior, do Quadro de Pessoal da AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12199/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7610/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Marciana Marisa Vale

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Marciana Marisa Vale, matrícula nº. 268013-00 (matrícula antiga 696245), no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3390/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Marciana Marisa Vale, matrícula nº. 268013-00 (matrícula antiga 696245), com 65 anos de idade à época da publicação Ato nº 702/2020, de 25/02/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 25 de fevereiro de 2021, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art.104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12196/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7676/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande

Beneficiário(a): Maria de Nazaré dos Santos Viana

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Idade da servidora Maria de Nazaré dos Santos Viana, Matrícula nº 04547, ocupante do Cargo de AOSD, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3391/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Idade da servidora Maria de Nazaré dos Santos Viana, Matrícula nº 04547, ocupante do Cargo de AOSD, lotada na Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões de Vargem Grande, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 5051/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7700/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Francisca Eligia Pereira Dias

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais mensais e com paridade de Francisca Eligia Pereira Dias, Matrícula 262126-01 (matrícula antiga 906362) no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3392/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária com proventos integrais mensais e com paridade de Francisca Eligia Pereira Dias, Matrícula 262126-01 (matrícula antiga 906362) no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12240/2025/GPROC/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7563/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Bernadete de Jesus Vale Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Bernadete de Jesus Vale Silva, matrícula nº. 285418-00, no cargo de Professor III, Classe A, Referência 02, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Pela Legalidade e Registro

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3388/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Bernadete de Jesus Vale Silva, matrícula nº. 285418-00, com 63 anos de idade à época da publicação Ato nº 2460/2021, de 30/11/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 03 de dezembro de 2021, no cargo de Professor III, Classe A, Referência 02, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art.104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 12172/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6379/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Vanda Fernandes de Oliveira

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade à servidor Vanda Fernandes de Oliveira, matrícula nº. 843007-00 (matrícula antiga 2486389), no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Pela Legalidade e Registro.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3364/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Vanda Fernandes de Oliveira, matrícula nº. 843007-00 (matrícula antiga 2486389), com 52 anos de idade à época da publicação Ato nº 1541/2021, de 23/03/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA em 19 de abril de 2021, no cargo de Auxiliar Administrativo, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Agente de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Administrativo, do Quadro de Pessoal do(a) SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 5070/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 1º, VIII, da Lei Orgânica, c/c o art. 229, § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva  
Presidente  
Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6525/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto Municipal de Previdência Própria de Pedreiras

Beneficiário(a): Heloísa Costa Lobato Lira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária Por Idade da servidora Heloísa Costa Lobato Lira, matrícula 2033-1, ocupante do cargo de Professora Nível II, do Quadro de Pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

---

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3365/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária Por Idade da servidora Heloísa Costa Lobato Lira, matrícula 2033-1, ocupante do cargo de Professora Nível II, do Quadro de Pessoal Estatutário da Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto Municipal de Previdência Própria de Pedreiras, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica — TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3408/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º: 6774/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Municipal de Formosa da Serra Negra

Beneficiário(a): Maria da Paz Francisca dos Reis

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais à Maria da Paz Francisca dos Reis, nomeada pela portaria n.º 071/98-GP em 20 de fevereiro de 1998, no cargo de Professora II-F. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

---

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3366/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária com proventos integrais à Maria da Paz Francisca dos Reis, nomeada pela portaria n.º 071/98-GP em 20 de fevereiro de 1998, no cargo de Professora II-F, expedido pelo Instituto de Previdência Municipal de Formosa da Serra Negra, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica — TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3405/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6798/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Beneficiário(a): Maria de Jesus Ferreira Conduru

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais mensais e com paridade de Maria de Jesus Ferreira Conduru, Matrícula 00285398-00 (matrícula antiga 980573) no cargo de Professor III, Classe C, Referência 007, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal do(a) Secretaria de Estado da Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

#### DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3367/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária com proventos integrais mensais e com paridade de Maria de Jesus Ferreira Conduru, Matrícula 00285398-00 (matrícula antiga 980573) no cargo de Professor III, Classe C, Referência 007, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal do(a) Secretaria de Estado da Educação, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3401/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º 3307/2013

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Outros Fundos Públicos

Exercício financeiro: 2012

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Buriticupu/MA

Responsável: Antônio Marcos de Oliveira - Prefeito, CPF nº 026.901.601-53; Francisco Ferreira Filho - Secretário Municipal de Assistência Social, CPF nº 064.511.443-04; Isabel Vitória Ferreira Guilhon Rosa - Secretária Municipal de Finanças, CPF nº 577.078.203-04

Procurador constituído: Samara Santos Noleto, OAB/MA nº 12.996

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de gestores de responsabilidade do Senhor Antônio Marcos de Oliveira (Prefeito), do Senhor Francisco Ferreira Filho (Secretário Municipal de Assistência Social) e da Senhora Isabel Vitória Ferreira Guilhon Rosa (Secretária Municipal de Finanças), referente ao Fundo Municipal de Assistência Social de Buriticupu/MA, exercício financeiro de 2012. Prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória. Recurso extraordinário n.º 636.886/AL (tema 899 da repercussão geral) e ADIN n.º 5.509-CE (aplicação

analogica e integrativa). Resolução TCE/MA n.º 383/2023. Arquivamento.

DECISÃO CP-TCE/MA N.º 3304/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da prestação de contas anual de gestores de responsabilidade do Senhor Antônio Marcos de Oliveira (Prefeito), do Senhor Francisco Ferreira Filho (Secretário Municipal de Assistência Social) e da Senhora Isabel Vitória Ferreira Guilhon Rosa (Secretária Municipal de Finanças), referente ao Fundo Municipal de Assistência Social de Buriticupu/MA, exercício financeiro de 2012, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição Estadual e no art. 1.º, inciso II, da Lei n.º 8.258, de 06 de junho de 2005, reunidos em sessão ordinária da Primeira Câmara, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104 da Lei Orgânica, considerando o Relatório de Instrução n.º 294/2025 e acolhido o Parecer n.º 5.414/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) Reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, relativa à Prestação de Contas Anual de Gestores de responsabilidade do Senhor Antônio Marcos de Oliveira (Prefeito), do Senhor Francisco Ferreira Filho (Secretário Municipal de Assistência Social) e da Senhora Isabel Vitória Ferreira Guilhon Rosa (Secretária Municipal de Finanças), referente ao Fundo Municipal de Assistência Social de Buriticupu/MA, exercício financeiro de 2012, com fundamento nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n.º 636.886/AL (tema 899 da Repercussão Geral) e na ADIN n.º 5.509-CE (aplicação analógica e integrativa), e nos arts. 2.º, II, 7.º e 8.º, da Resolução TCE/MA n.º 383, de 26 de abril de 2023, em virtude de período superior a 5 (cinco) anos, contado da citação válida do responsável em 25 de setembro de 2014, sem que ocorressem novas causas interruptivas ou suspensivas do prazo prescricional;
- b) Decidir pela existência da prescrição nos termos do art. 7.º, § 3.º da Resolução 383/2023 c/c o Art. 14 da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (LOTCE/MA);
- c) Determinar o arquivamento dos autos, em virtude da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória abrangerem a totalidade das irregularidades remanescentes, com fundamento no art. 8.º, da Resolução TCE/MA n.º 383, de 26 de abril de 2023.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), e Osmário Freire Guimarães (exercendo funções do cargo de Conselheiro) e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6896/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM

Beneficiário(a): Maria Rosa dos Santos Lima

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Compulsória de Maria Rosa dos Santos Lima, matrícula nº 143628-1, Professora PNS-F, Lotada na Secretaria Municipal de Educação/SEMED. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP-TCE/MA n.º 3369/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Compulsória de Maria Rosa dos Santos Lima, matrícula nº 143628-1, Professora PNS-F, Lotada na Secretaria Municipal de Educação/SEMED, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM, os Conselheiros integrantes da

Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art.104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3383/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6854/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Municipal de Timbiras

Beneficiário(a): Sebastiana da Conceição Pereira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais e paridade de Sebastiana da Conceição Pereira, matrícula nº 531913-1, ocupante do cargo de Professora MAG-3 REF-6. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3368/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria Voluntária com proventos integrais e paridade de Sebastiana da Conceição Pereira, matrícula nº 531913-1, ocupante do cargo de Professora MAG-3 REF-6, expedido pelo Instituto de Previdência Municipal de Timbiras, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3395/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 7192/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria



---

Origem: Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM

Beneficiário(a): Maria Regina Ferreira Vidal

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria de Maria Regina Ferreira Vidal, matrícula 35, no cargo de Técnico de Assessoramento Legislativo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis . Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3371/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria de Maria Regina Ferreira Vidal, matrícula 35, no cargo de Técnico de Assessoramento Legislativo, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São Luis, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luis - IPAM, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 4967/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º: 6914/2025-TCE

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores de Cajari - CAJARIPREV

Beneficiário(a): Maria da Providência Almeida Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Apreciação da legalidade do ato de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Maria da Providência Almeida Silva, Matrícula nº 115-1, Função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação. Incidência do prazo decadencial. Registro tácito de acordo com o MPC.

DECISÃO CP–TCE/MA n.º 3370/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, constantes da Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Maria da Providência Almeida Silva, Matrícula nº 115-1, Função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, expedido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores de Cajari - CAJARIPREV, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 104, §1º da Lei n.º 8.258, de 06/06/2005 (Lei Orgânica —TCE/MA), em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos da proposta de decisão do Relator, que acolheu o Parecer n.º 3377/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) n.º 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA n.º 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros, Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros Substitutos, Osmário Freire Guimarães (Relator) e Antônio Blecaute Costa Barbosa e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo n.º 3833/2014

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Outros Fundos Públicos

Exercício financeiro: 2013

Entidade: Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) de Igarapé Grande/MA

Responsável: Brunno da Costa Galvão - Prefeito, CPF nº 002.992.503-77; Maria dos Remédios Campos de Almeida - Secretária Municipal de Educação, CPF nº 054.711.413-34; Rosilene Lopes Ferreira Lima - Pregoeira, CPF nº 516.253.183-91; Mayane Cristina da Silva Lima Ferreira - Presidente da CPL, CPF nº 602.999.983-47.

Procurador constituído: Antônio Augusto Sousa, OAB/MA nº 4.847 e outros

Ministério Público de Contas: Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de gestores de responsabilidade do Senhor Brunno da Costa Galvão (Prefeito) e das Senhoras Maria dos Remédios Campos de Almeida (Secretária Municipal de Educação), Rosilene Lopes Ferreira Lima (Pregoeira) e Mayane Cristina da Silva Lima Ferreira (Presidente da CPL), referente ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) de Igarapé Grande/MA, exercício financeiro de 2013. Prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória. Recurso extraordinário n.º 636.886/AL (tema 899 da repercussão geral) e ADIN n.º 5.509-CE (aplicação analógica e integrativa). Resolução TCE/MA n.º 383/2023. Arquivamento.

#### DECISÃO CP-TCE/MA N.º 3305/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da prestação de contas anual de gestores de responsabilidade do Senhor Brunno da Costa Galvão (Prefeito) e das Senhoras Maria dos Remédios Campos de Almeida (Secretária Municipal de Educação), Rosilene Lopes Ferreira Lima (Pregoeira) e Mayane Cristina da Silva Lima Ferreira (Presidente da CPL), referente ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) de Igarapé Grande/MA, exercício financeiro de 2013, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição Estadual e no art. 1.º, inciso II, da Lei n.º 8.258, de 06 de junho de 2005, reunidos em sessão ordinária da Primeira Câmara, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, conforme art. 104 da Lei Orgânica, considerando o Relatório de Instrução n.º 282/2025 e acolhido o Parecer n.º 3.719/2025/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem:

- a) Reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, relativa à Prestação de Contas Anual de Gestores de responsabilidade do Senhor Brunno da Costa Galvão (Prefeito) e das Senhoras Maria dos Remédios Campos de Almeida (Secretária Municipal de Educação), Rosilene Lopes Ferreira Lima (Pregoeira) e Mayane Cristina da Silva Lima Ferreira (Presidente da CPL), referente ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) de Igarapé Grande/MA, exercício financeiro de 2013, com fundamento nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n.º 636.886/AL (tema 899 da Repercussão Geral) e na ADIN n.º 5.509-CE (aplicação analógica e integrativa), e nos arts. 2.º, II, 7.º e 8.º, da Resolução TCE/MA n.º 383, de 26 de abril de 2023, em virtude de período superior a 5 (cinco) anos, contado do Relatório de Instrução n.º 7.483/2017, em 21 de agosto de 2017 até a publicação do Acórdão n.º 511/2022, em 30 de novembro de 2022, sem que ocorressem novas causas interruptivas ou suspensivas do prazo prescricional;
- b) Decidir pela existência da prescrição nos termos do art. 7.º, § 3.º da Resolução 383/2023 c/c o Art. 14 da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (LOTCE/MA);
- c) Determinar o arquivamento dos autos, em virtude da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória abrangerem a totalidade das irregularidades remanescentes, com fundamento no art. 8.º, da Resolução TCE/MA n.º 383, de 26 de abril de 2023.

Presentes à sessão os Conselheiros Marcelo Tavares Silva (Presidente) e João Jorge Jinkings Pavão, os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator), e Osmário Freire Guimarães (exercendo funções do cargo de Conselheiro) e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente

Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

## Pauta

Pauta da 1ª sessão Ordinária da 1ª Câmara

27/01/2026

### RELATORIA DE PROCESSO:

1 Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

2 Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

3 Conselheiro Marcelo Tavares Silva

1 - Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa

1 - PROCESSO: 3331 / 2013

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2012

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIPAVA DO GRAJAÚ

RESPONSÁVEIS: Eduardo Ribeiro Torres Filho (777.824.373-34), Jose Maria Da Rocha Torres (213.991.073-72), Zuleide Alves De Sousa Torres (743.535.003-68).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

2 - PROCESSO: 3423 / 2014

NATUREZA: Prestação de contas anual de governo

ESPÉCIE: Prefeito Municipal

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2013

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Jorge Eduardo Goncalves De Melo (558.520.093-34).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: JOSIVALDO OLIVEIRA LOPES - OAB-5338/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 4248 / 2014

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2013

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRINZAL

RESPONSÁVEIS: Amaury Santos Almeida (111.021.793-53), Rogerio Gregorio De Jesus (031.765.358-05).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: JOANA MARA GOMES PESSOA MIRANDA - OAB-8598/MA;

---

Procurador: Kleiton Gonçalves de Miranda - CRC/TO 2440/OS-9;  
Procurador: Wanderson Tavares Mendes - CRC/MA nº 10811/O-2;  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
4 - PROCESSO: 3283 / 2015  
NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores  
ESPÉCIE: Outros fundos públicos  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA IORQUE  
RESPONSÁVEIS: Airtton Aquino Mota (269.041.443-00), Laecio De Sousa Mousinho (003.050.023-09), Silvana Lira Da Rocha Santos (255.588.893-49).  
PARTE:  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
5 - PROCESSO: 4056 / 2017  
NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores  
ESPÉCIE: Estatais (empresa pública e sociedade de economia mista)  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016  
ENTIDADE: SAAE-SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE AÇAILÂNDIA  
RESPONSÁVEIS: Lauro Nascimento Sobrinho (231.842.301-63).  
PARTE:  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
6 - PROCESSO: 3963 / 2018  
NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores  
ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS  
RESPONSÁVEIS: Aleandro Goncalves Passarinho (427.785.143-68).  
PARTE: ALEANDRO GONÇALVES PASSARINHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: JOANA MARA GOMES PESSOA PRADO - OAB-8598/MA;  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
7 - PROCESSO: 4468 / 2018  
NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores  
ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE CAPINZAL DO NORTE  
RESPONSÁVEIS: Andre Pereira Da Silva (007.608.853-70).  
PARTE: ANDRE PEREIRA DA SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: ADRIANA SANTOS MATOS - OAB-18101/MA;  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
8 - PROCESSO: 4518 / 2018  
NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores  
ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2017  
ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE MATÕES  
RESPONSÁVEIS: Ferdinando Araujo Coutinho (075.883.303-25).  
PARTE: FERDINANDO ARAUJO COUTINHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

---

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

9 - PROCESSO: 5069 / 2019

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Órgão superior da administração direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

RESPONSÁVEIS: Alair Batista Firmiano (439.952.251-87), Francisco De Assis Andrade Ramos (760.792.873-15), Inaldo Da Silva Santos (074.892.933-91), Josafan Bonfim Moraes Rego Junior (566.018.243-72), Jose Antonio Silva Pereira (269.739.603-91), Zigomar Costa Avelino Filho (695.274.663-34).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: ALEX BRUNNO VIANA DA SILVA - OAB-12052/MA;

Advogado: CAIO CESAR DE OLIVEIRA LUCIANO - OAB-11798/MA;

Advogado: DANIEL ENDRIGO ALMEIDA MACEDO - OAB-7018/MA;

Advogado: DEMOSTENES VIEIRA DA SILVA - OAB-6414/MA;

Advogado: KEZIA NAYARA VIANA COSTA - OAB/MA Nº 24.165;

Advogado: LUIZ CARLOS FERREIRA CEZAR - OAB-15573/MA;

Advogado: RODRIGO TELLES - OAB-11752/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

10 - PROCESSO: 8936 / 2019

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: ALICE DA SILVA MENDONÇA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Flávia Gonzalez Leite

OBSERVAÇÃO: -

11 - PROCESSO: 1039 / 2020

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

ENTIDADE: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO

RESPONSÁVEIS: Lucas Sousa Pimentel Miranda (059.251.813-28).

PARTE: JHENIFER MATIAS SANTOS

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

12 - PROCESSO: 5780 / 2020

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: VALDIVA DE ARAÚJO E SILVA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

13 - PROCESSO: 6029 / 2020

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

---

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: CELMA MENEZES MENDES CARVALHO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

14 - PROCESSO: 14 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2018

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO - IPSEMB DE BURITICUPU

RESPONSÁVEIS: Francisco Dias Almeida (245.376.243-53).

PARTE: Franciane Alencar da Silva

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

15 - PROCESSO: 513 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: LILIANE ALVES DA SILVEIRA GOMES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

16 - PROCESSO: 649 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: MARCOS VINICIUS FARIAS DA SILVA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

17 - PROCESSO: 880 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).

PARTE: Silviolino Pacheco da Silva

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

18 - PROCESSO: 981 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

---

ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: LUIS EDUARDO AMARAL  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
19 - PROCESSO: 988 / 2021  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: NEREY LIMA ALVES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
20 - PROCESSO: 4105 / 2021  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: JONAS DE DEUS LIMA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
21 - PROCESSO: 4210 / 2021  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: LUCENILDE LAGO ARAÚJO GOMES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
22 - PROCESSO: 4215 / 2021  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: LUIS HENRIQUE VIANA MARTINS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
23 - PROCESSO: 4828 / 2021

---

---

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: KARLOS CHRISTIAN MILHOMEN SIPAÚBA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
24 - PROCESSO: 5249 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: FRANCISCO DE ASSIS COSTA FILHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
25 - PROCESSO: 5633 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Pensão  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: JOANA DARK DE OLIVEIRA MENDES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
26 - PROCESSO: 5679 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Pensão  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).  
PARTE: LEUEMAR SOARES FEITOSA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
27 - PROCESSO: 5844 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).  
PARTE: ARCANJO NUNES DA SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -

---



---

28 - PROCESSO: 5920 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).

PARTE: WALMOR ROSA SERRA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

29 - PROCESSO: 5994 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).

PARTE: FRANCISCO CARLOS BANHOS CUTRIM

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

30 - PROCESSO: 6370 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: HILDENE RODRIGUES PENHA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

31 - PROCESSO: 6448 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: OSIAS PEREIRA DA ENCARNAÇÃO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

32 - PROCESSO: 6893 / 2021

NATUREZA: Tomada de contas especial

ESPÉCIE: Outros

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2013

ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MARANHÃO

RESPONSÁVEIS: Hildo Augusto Da Rocha Neto (175.712.433-00).

PARTE: null

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

---

**OBSERVAÇÃO: -****33 - PROCESSO: 6894 / 2021****NATUREZA: Tomada de contas especial****ESPÉCIE: Outros****EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2013****ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MARANHÃO****RESPONSÁVEIS: Hildo Augusto Da Rocha Neto (175.712.433-00).****PARTE: null****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.****MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis****OBSERVAÇÃO: -****34 - PROCESSO: 8294 / 2021****NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal****ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada****EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021****ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV****RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).****PARTE: WELLINGTON BRAGA DA ROCHA****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.****MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva****OBSERVAÇÃO: -****35 - PROCESSO: 338 / 2022****NATUREZA: Outros processos em que haja necessidade de decisão colegiada do TCE****ESPÉCIE: Outros****EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2013****ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO****RESPONSÁVEIS: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (080.926.563-04).****PARTE: Maria de Fátima Moraes - Técnico Ministerial****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.****MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis****OBSERVAÇÃO: -****36 - PROCESSO: 1002 / 2022****NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal****ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada****EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022****ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV****RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).****PARTE: FILOMENO ANTONIO COSTA LEITE FILHO****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.****MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis****OBSERVAÇÃO: -****37 - PROCESSO: 2660 / 2022****NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores****ESPÉCIE: Outros fundos públicos****EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021****ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITINGA DO MARANHÃO****RESPONSÁVEIS: Adriana Da Silva Gomes (007.557.063-74).****PARTE:****REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: ADRIANA SANTOS MATOS - OAB-18101/MA;****MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis****OBSERVAÇÃO: -**

---

---

38 - PROCESSO: 3299 / 2022

NATUREZA: Prestação de contas anual de gestores

ESPÉCIE: Outros fundos públicos

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSAGEM FRANCA

RESPONSÁVEIS: Leyla Andrea Saba De Torres Pereira (773.031.803-20).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

39 - PROCESSO: 4329 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOSE FRANCISCO ROSA FILHO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

40 - PROCESSO: 6104 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: GLADYS RIBEIRO PINTO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

41 - PROCESSO: 6413 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ROSILENE RODRIGUES PACHECO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

42 - PROCESSO: 6427 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA DE FATIMA F DE SOUSA MENDES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

43 - PROCESSO: 6434 / 2025

---

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: IVONETE LEMOS LANZARIN  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
44 - PROCESSO: 6544 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DA NATIVIDADE SILVA MORAIS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
45 - PROCESSO: 6578 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: OSMAILDE VIANA SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
46 - PROCESSO: 6599 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: DEUSUILA DE OLIVEIRA ALVES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
47 - PROCESSO: 6606 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: NORANEY DE JESUS CORDEIRO RIBEIRO MONTEIRO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -

---

---

48 - PROCESSO: 6613 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CONCEICAO DE MARIA MORAES MONTEIRO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

49 - PROCESSO: 6620 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA SILVA LOPES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

50 - PROCESSO: 6648 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CLEA MARIA COSTA CARVALHO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

51 - PROCESSO: 6675 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: SOFIA RODRIGUES DE AGUIAR PAULO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

52 - PROCESSO: 6682 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: DEUSELINA DE OLIVEIRA SILVA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

---

**OBSERVAÇÃO: -****53 - PROCESSO: 6697 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS: -****PARTE:** LUCIA MARIA GOMES ALMEIDA**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira**OBSERVAÇÃO: -****54 - PROCESSO: 6704 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS: -****PARTE:** MARIA APARECIDA DA SILVA TRINDADE**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Jairo Cavalcanti Vieira**OBSERVAÇÃO: -****55 - PROCESSO: 6747 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS: -****PARTE:** ROSA MARIA RIBEIRO MENEZES**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO: -****56 - PROCESSO: 6755 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS: -****PARTE:** ELIZABETH FERNANDES FRANCA**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO: -****57 - PROCESSO: 6770 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS: -****PARTE:** MARTA HELENA FERREIRA COELHO**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

58 - PROCESSO: 6779 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ANTONIA BERNARDA COSTA SOUSA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

59 - PROCESSO: 7341 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOSE MURILO BARROSO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

60 - PROCESSO: 7401 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CELIA MARIA CORREA DA SILVA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

61 - PROCESSO: 7415 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: YEDA DAS GRACAS ALMEIDA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

62 - PROCESSO: 7430 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: BERNADETE DE LOURDES COSTA FERREIRA SOUZA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

63 - PROCESSO: 7500 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOAO DA CRUZ FERREIRA RIBEIRO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

64 - PROCESSO: 7518 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA MONTEIRO NEVES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

65 - PROCESSO: 7545 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOSE RAMOS SANTOS GOMES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

66 - PROCESSO: 7558 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CAUBI SILVA NASCIMENTO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

67 - PROCESSO: 7565 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ANA TEREZA DOS SANTOS ELIZEU

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.



---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

68 - PROCESSO: 7600 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: AVELINO ANTONIO SILVA JANSEN

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

69 - PROCESSO: 7626 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: RAIMUNDO NONATO SILVA ABREU

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

70 - PROCESSO: 7633 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTA LUZIA

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA INES TELES DE ABREU

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

71 - PROCESSO: 7637 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ELIAS GOMES DE CASTRO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

72 - PROCESSO: 7820 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: RUTIMAR PANTALEAO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

73 - PROCESSO: 7877 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA JOSE SALES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

74 - PROCESSO: 7891 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ALICIA DE MARIA BOTAO RIBEIRO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

75 - PROCESSO: 7923 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA EUSENE PEREIRA DOURADO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

76 - PROCESSO: 7944 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CONCEICAO DE MARIA OLIVEIRA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

77 - PROCESSO: 8018 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ANA ROSA GOMES DA SILVA BARROS

---

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
78 - PROCESSO: 8042 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: GLORIA ROSANE ABREU DE CARVALHO DO VALE  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
79 - PROCESSO: 8050 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DA CONCEICAO LOIOLA DOS SANTOS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
80 - PROCESSO: 8083 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: LOURDES ELIANA SAADS PEREIRA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
81 - PROCESSO: 8092 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DOS REMEDIOS BOGEA FERNANDES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
82 - PROCESSO: 8225 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -

---

---

PARTE: CELIA MARINA RODRIGUES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
83 - PROCESSO: 8243 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DE AMORIM RODRIGUES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
84 - PROCESSO: 8293 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ROSILENE FERREIRA DE MACEDO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
85 - PROCESSO: 8312 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ROSINEIDE DINIZ ARAUJO CAVALCANTE  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
86 - PROCESSO: 8342 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARCELO LUIS AQUINO DOS SANTOS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
87 - PROCESSO: 8370 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

---

---

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: EDNA MARIA OLIVEIRA AMORIM

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

88 - PROCESSO: 8407 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: SILVANY COSTA BAETA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

89 - PROCESSO: 8613 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA DAS DORES SOARES SOUSA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

90 - PROCESSO: 8620 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA DEUSDETE DOS SANTOS FERREIRA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

91 - PROCESSO: 8696 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: EDNA CASTRO DE ALMEIDA DA CONCEICAO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

92 - PROCESSO: 8878 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA PROPRIA DE PEDREIRAS

---

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: AMAURY DE BRITO NASCIMENTO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

Total de Processos: 92

2 - Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

1 - PROCESSO: 5944 / 2020

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: ALDEZIRA LINS NEVES NETA PINTO FERRAZ

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

2 - PROCESSO: 740 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: ROSILEIDE BARBOSA GUIDA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 5641 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: JOSE ALVES DE SOUZA NETO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

4 - PROCESSO: 5692 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: MARIANO DE MORAIS

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

5 - PROCESSO: 5905 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada

---

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).

PARTE: LINDON JOLKSON ARAÚJO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

6 - PROCESSO: 5906 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Transferência para reserva remunerada

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2020

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).

PARTE: RAIMUNDO EDINALDO SOUSA LINDOSO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

7 - PROCESSO: 7654 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: Josiene Rodrigues da Silva

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

8 - PROCESSO: 7668 / 2021

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Pensão

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).

PARTE: Maria Benedita Oliveira Pereira

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

9 - PROCESSO: 6408 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MACIA TEREZA PIRES MACEDO

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

10 - PROCESSO: 6444 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

---

---

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ANTONIA FERREIRA DA SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
11 - PROCESSO: 6448 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: SE DE MARIA SOUSA RAMADA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
12 - PROCESSO: 6538 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DA CONCEICAO SILVA BARROS SOARES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
13 - PROCESSO: 6554 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: KATIA CRISTINA ALMEIDA OLIVEIRA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
14 - PROCESSO: 6714 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DE FATIMA SARAIVA SANTOS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
15 - PROCESSO: 7404 / 2025

---



---

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MIRTES MARQUES CARVALHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
16 - PROCESSO: 7426 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ROSANIRA ARAUJO VAZ  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
17 - PROCESSO: 7433 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: SONIA MARIA DE FATIMA SANTOS DE OLIVEIRA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
18 - PROCESSO: 7452 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DE VARGEM GRANDE  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DAS DORES SANTOS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
19 - PROCESSO: 7489 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA SANTANA SOEIRO SA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
20 - PROCESSO: 7496 / 2025

---

---

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: FRANCISCA EDVANDA DA SILVA COSTA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
21 - PROCESSO: 7550 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: IVO LEITE DE OLIVEIRA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
22 - PROCESSO: 7617 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA APARECIDA FROES DA SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
23 - PROCESSO: 7628 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: IVANA DE OLIVEIRA LINS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
24 - PROCESSO: 7640 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA DO ROSARIO DE FATIMA SILVA BENICIO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
25 - PROCESSO: 7685 / 2025

---

---

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: KALINA ALVES DE OLIVEIRA ALENCAR  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
26 - PROCESSO: 7692 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: LUIZ GONZAGA DE SOUSA LIMA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
27 - PROCESSO: 7713 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE COELHO NETO  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARIA ESTHER MESQUITA SOARES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
28 - PROCESSO: 8240 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: VITORIA REGIA SANTOS MATOS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
29 - PROCESSO: 8280 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARILEIDE MILHOMEM MARINHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
30 - PROCESSO: 8299 / 2025

---

---

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ALICE MARIA CRUZ COELHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
31 - PROCESSO: 8304 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ADEMILZA CLEMENTINO DE MARINHO SANTOS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
32 - PROCESSO: 8326 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: LUCIENE RIBEIRO ESTRELA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
33 - PROCESSO: 8334 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: SALVIANA ELIAS DE SOUZA MAGALHAES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
34 - PROCESSO: 8348 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: EDNA MARIA GUIMARAES SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -

---

---

**35 - PROCESSO: 8362 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** ROSANGELA SANTOS MUNIZ**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** -**36 - PROCESSO: 8369 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** UBIRAJARA DE JESUS GONCALVES RAMOS**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** -**37 - PROCESSO: 8463 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** SILVANA DA SILVA LOBATO**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** -**38 - PROCESSO: 8593 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** SILVIA TEREZA SOARES DA MATA**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** -**39 - PROCESSO: 8621 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** ALINE DE OLIVEIRA REIS NUNES**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** -

---

**40 - PROCESSO: 8659 / 2025****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Processo Eletrônico de Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** MARILIANE VIEIRA DA SILVA SOUSA**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Paulo Henrique Araújo dos Reis**OBSERVAÇÃO:** -

Total de Processos: 40

3 - Conselheiro Marcelo Tavares Silva

**1 - PROCESSO: 9134 / 2018****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Aposentadoria**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2018**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** -**PARTE:** RAIMUNDA PEREIRA DO CARMO CABRAL**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -**2 - PROCESSO: 4099 / 2021****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Transferência para reserva remunerada**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2021**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).**PARTE:** DENILSON GOMES GONÇALVES**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -**3 - PROCESSO: 5955 / 2021****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Pensão**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2021**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** Mayco Murilo Pinheiro (609.471.012-68).**PARTE:** MARIA DO CARMO MAGALHAES PEREIRA**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):** Não há.**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:** Douglas Paulo da Silva**OBSERVAÇÃO:** -**4 - PROCESSO: 8295 / 2021****NATUREZA:** Apreciação da legalidade dos atos de pessoal**ESPÉCIE:** Pensão**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2021**ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV**RESPONSÁVEIS:** Charles Correia Castro Junior (007.866.443-89).**PARTE:** ADOLFO MAGNO GOMES FONSECA

---

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
5 - PROCESSO: 5175 / 2022  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2022  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: FELIPE SILVA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
6 - PROCESSO: 4202 / 2024  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Retificação de ato  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: Raysa Queiroz Maciel (049.414.583-89).  
PARTE: MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA LACERDA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
7 - PROCESSO: 1355 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Admissão  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
RESPONSÁVEIS: Jose De Ribamar Froz Sobrinho (408.644.643-04).  
PARTE: .  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis  
OBSERVAÇÃO: -  
8 - PROCESSO: 6566 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: ILDENETE PEREIRA DE SOUSA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira  
OBSERVAÇÃO: -  
9 - PROCESSO: 6596 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: GERARDO CAMPELO LIMA FILHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

---

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

10 - PROCESSO: 6708 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOSE ALVES COSTA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

11 - PROCESSO: 6715 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: SONIA REGINA DOS SANTOS

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

12 - PROCESSO: 7645 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: DELMA CLARA MENDES DINIZ

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

13 - PROCESSO: 7652 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva

OBSERVAÇÃO: -

14 - PROCESSO: 7764 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOAO LINO DE ASSUNCAO BELEZA



---

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
15 - PROCESSO: 7785 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MAGNOLIA MIRANDA CALDAS  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
16 - PROCESSO: 7817 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: JORGE LUIZ DA SILVA SALES  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
17 - PROCESSO: 7871 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: MARLENE DE ANATALIA VIEIRA  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
18 - PROCESSO: 7893 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -  
PARTE: PAULO ROBERTO SANTANA COELHO  
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Douglas Paulo da Silva  
OBSERVAÇÃO: -  
19 - PROCESSO: 8701 / 2025  
NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal  
ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria  
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025  
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV  
RESPONSÁVEIS: -

---

---

PARTE: RAIMUNDA PINHEIRO DE SOUZA VASCONCELOS

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

20 - PROCESSO: 8707 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: AURILENE SANTOS DE SA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

21 - PROCESSO: 8710 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: OSMARINA SILVA GONCALVES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

22 - PROCESSO: 8714 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: RITA PEREIRA DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

23 - PROCESSO: 8716 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: JOANA TERESA MORAES ANDRADE

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

24 - PROCESSO: 8720 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

---

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ROSIVANE CASTRO SILVA DA SILVA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

25 - PROCESSO: 8732 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: VILMA BARROS RODRIGUES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

26 - PROCESSO: 8734 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA ALVES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

27 - PROCESSO: 8742 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: ROSALIA SILVA DA COSTA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

28 - PROCESSO: 8750 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO - IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA DE FATIMA SOARES DE MATOS

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

29 - PROCESSO: 8769 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO -

---

IPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: CARLOS AUGUSTO BALDEZ NUNES

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

30 - PROCESSO: 8894 / 2025

NATUREZA: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

ESPÉCIE: Processo Eletrônico de Aposentadoria

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2025

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CAJARI - CAJARIPREV

RESPONSÁVEIS: -

PARTE: MARIA JOANA LEITE MENDONCA

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Paulo Henrique Araújo dos Reis

OBSERVAÇÃO: -

Total de Processos: 30

Total de Processos da Pauta: 162

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão em 21 de janeiro de 2026

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Presidente da Primeira Câmara

## Segunda Câmara

### Decisão

Processo nº 6726/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Otamaria Osório de Lima

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Otamaria Osório de Lima, servidor(a) da Secretaria de Estado da Educação.

Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3572/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Otamaria Osório de Lima, no cargo de Professor, lotada na Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 286, de 15 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3298/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

---

**Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto****Relator****Paulo Henrique Araújo dos Reis****Procurador de Contas**

Processo nº 3914/2018-TCE/MA

Processo apensado nº 9163/2017-TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Órgão superior da administração direta

Exercício financeiro: 2017

Entidade: Prefeitura Municipal de Presidente Vargas/MA

Responsável: Wellington Costa Uchôa, Prefeito Municipal, CPF nº 551.378.493-91, Avenida Pedro Dário, nº 60 B, Bairro Centro, CEP 65.455-000, Presidente Vargas/MA

Procuradores constituídos: não há

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de gestores da administração direta da Prefeitura Municipal de Presidente Vargas/MA, relativa ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Senhor Wellington Costa Uchôa, Prefeito Municipal. Reconhecimento da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito do TCE/MA na forma determinada pela Resolução TCE/MA nº 383/2023. Arquivamento do processo.

**DECISÃO CS-TCE Nº 3058/2025**

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam da prestação de contas anual de gestores da administração direta da Prefeitura Municipal de Presidente Vargas/MA, relativa ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Senhor Wellington Costa Uchôa, Prefeito Municipal, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão ordinária da Segunda Câmara, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, conforme art. 104 da Lei Orgânica do TCE/MA, aquiescendo com o parecer ministerial, decidem:

a) desapensar o Proc. nº 9163/2017-TCE, por meio da Secretaria Executiva de Tramitação Processual (SEPRO)/SUPRO deste Tribunal, considerando que este não foi alcançado pelo instituto da prescrição, e o seu consequente arquivamento;

b) reconhecer a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito deste Tribunal neste processo de prestação de contas anual de gestores da administração direta da Prefeitura Municipal de Presidente Vargas/MA, relativa ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Senhor Wellington Costa Uchôa, Prefeito Municipal, com fundamento no Recurso Extraordinário nº 636.886/AL (tema 899 da Repercussão Geral) e no art. 2º-A da Resolução TCE/MA nº 383/2023;

c) decidir pela existência da prescrição nos termos do art. 7º, § 3º, da Resolução TCE/MA nº 383/2023, c/c o art. 14 da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica TCE/MA);

d) determinar à SEPRO que providencie o arquivamento deste processo, com fundamento no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 02 de outubro de 2025.

**Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado****Presidente****Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto****Relator****Paulo Henrique Araújo dos Reis****Procurador de Contas**

Processo nº 4366/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social do Município de Bom Jardim

Responsável: Francisco Jose Figueiredo de Almeida Silva

Beneficiário(a): Maria da Natividade Pereira da Silva Bezerra

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria por Invalidez de Maria da Natividade Pereira da Silva Bezerra, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bom Jardim. Pelo registro tácito e recomendação ao órgão de origem para corrigir no ato original, o nome da beneficiária.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3264/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria por Invalidez de Maria da Natividade Pereira da Silva Bezerra, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Bom Jardim, outorgada pela Portaria 67/2018, de 22 de maio de 2018, expedida pelo Instituto de Previdência Social do Município de Bom Jardim, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, dissentindo do Parecer nº 902/2023/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem:

a) pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

b) que recomende ao órgão de origem que corrija o nome da servidora no ato original de aposentadoria por invalidez (Portaria 67/2018, de 22 de maio de 2018), conforme documento de identificação acostado às fls. 02 dos autos, pois consta no ato o nome de Maria da Natividade Pereira Bezerra, quando o correto é Maria da Natividade Pereira da Silva Bezerra

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 5541/2020-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Lenita da Costa e Silva Novais

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Lenita da Costa e Silva Novais, viúva e única beneficiária de Benedito Silva Novais, aposentado no cargo de Agente de Saúde Pública. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3239/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente à pensão concedida a Lenita da Costa e Silva Novais, viúva e única beneficiária de Benedito Silva Novais, aposentado no cargo de Agente de Saúde Pública, outorgada pelo Ato 165/2020, de 06 de agosto de 2020, expedido pelo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no

usode suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11969/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro dareferida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 5768/2020-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Rosiana Almeida e João Washington Almeida da Silva

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Rosiana Almeida e João Washington Almeida da Silva, beneficiários de João Washington Teixeira da Silva, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3242/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Rosiana Almeida (companheira) e João Washington Almeida da Silva (filho menor), beneficiários de João Washington Teixeira da Silva, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato datado de 29 de abril de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 739/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 5874/2020-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Janete Rodrigues de Souza

---

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Janete Rodrigues de Souza, beneficiária de Hélio da Costa Almeida, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3243/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Janete Rodrigues de Souza (companheira), beneficiária de Hélio da Costa Almeida, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato datado de 09 de janeiro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 740/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 6519/2020-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Genésio Costa Chagas

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Genésio Costa Chagas, beneficiário de Eunice Loide da Costa Chagas, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3244/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Genésio Costa Chagas (companheiro), beneficiário de Eunice Loide da Silva Chagas, ex-servidora pública estadual, outorgada pelo Ato nº 0427, de 09 de outubro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 288/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator



Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6580/2020-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): José dos Santos

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a José dos Santos, beneficiário de Joselita Barbosa Morais, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3245/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a José dos Santos (companheiro), beneficiário de Joselita Barbosa Morais, ex-servidora pública estadual, outorgada pelo Ato nº 220, de 28 de agosto de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11793/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 814/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para reserva remunerada

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Domingos Martins de Sousa

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

Transferência, a pedido, para reserva remunerada de Domingos Martins de Sousa, servidor da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3249/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à transferência para reserva remunerada, concedida a Domingos Martins de Sousa, na função de Major, da Polícia Militar do Estado do Maranhão, na mesma graduação, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu subsídio, outorgada pelo Ato nº 1100, de 13 de novembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11795/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II,

da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6603/2020-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Lourizete das Chagas Silva e Roberto Matheus Silva da Silva

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Lourizete das Chagas Silva e Roberto Matheus Silva da Silva, beneficiários de Jorge Roberto da Silva, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3246/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Lourizete das Chagas Silva (companheira) e Roberto Matheus Silva da Silva (filho menor), beneficiários de Jorge Roberto da Silva, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato nº 00232, de 03 de setembro de 2020, retificado pelo Ato nº 00293, de 03 de setembro de 2020, expedidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 9/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 50/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Retificação de Ato

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): Maria Iziquiel de Souza Sousa

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Retificação do ato datado de 08/02/2013 que concedeu pensão à Maria Iziquiel de Souza Sousa, viúva de José Teixeira de Sousa, ex-servidor da Universidade Estadual do Maranhão, no cargo de Auxiliar de Serviços, Especialidade Vigia, para corrigir o valor da pensão concedida. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3247/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente à Retificação do ato datado de 08/02/2013 que concedeu pensão à Maria Iziquiel de Souza Sousa, viúva de José Teixeira de Sousa, ex-servidor da Universidade Estadual do Maranhão, no cargo de Auxiliar de Serviços, Especialidade Vigia, para corrigir o valor da pensão concedida, outorgada pelo Ato datado de 28 de setembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 10752/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida retificação de pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício), a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 721/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para reserva remunerada

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Leonardo Sousa da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

Transferência, a pedido, para reserva remunerada de Leonardo Sousa da Silva, servidor da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3248/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à transferência para reserva remunerada, concedida a Leonardo Sousa da Silva, na função de 1º sargento, da Polícia Militar do Estado do Maranhão, na mesma graduação, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu subsídio, outorgada pelo Ato nº 1282, de 18 de dezembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4662/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

---

**Relator**

Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 847/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para reserva remunerada

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Ideraldo Sobrinho Abreu

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

Transferência, a pedido, para reserva remunerada de Ideraldo Sobrinho Abreu, servidor da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Legalidade. Registro.

**DECISÃO CS-TCE Nº 3250/2025**

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à transferência para reserva remunerada, concedida a Ideraldo Sobrinho Abreu, na função de 1º Sargento, da Polícia Militar do Estado do Maranhão, na mesma graduação, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu subsídio, outorgada pelo Ato nº 840, de 15 de setembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11798/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4809/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Davi de Andrade Melo

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Davi de Andrade Melo, filho menor de José Samuel de Miranda Melo Júnior, falecido no cargo de Professor, da Universidade Estadual do Maranhão. Legalidade. Registro.

**DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3251/2025**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referente à pensão concedida a Davi de Andrade Melo, filho menor de José Samuel de Miranda Melo Júnior, falecido no cargo de Professor, da Universidade Estadual do Maranhão, outorgada pelo Ato 235/2021, de 04 de abril de 2021, expedido pelo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11945/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela

legalidade e registro da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4895/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Laudence Costa Campos

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Laudence Costa Campos, beneficiária de Raimundo Cutrim Campos, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3253/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Laudence Costa Campos (filha maior invalida), beneficiária de Raimundo Cutrim Campos, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato nº 131, de 17 de fevereiro de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3312/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4844/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Francisca Marques de Araújo

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Francisca Marques de Araújo, beneficiária de Noel Joaquim de Sousa, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3252/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Francisca Marques de Araújo (viúva), beneficiária de Noel Joaquim de Sousa, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato nº 0285, de 07 de abril de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 2814/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 5086/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Mariana Augusta Ramos Araújo

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Mariana Augusta Ramos Araújo, beneficiária de Miguel Pereira Araújo, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3254/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Mariana Augusta Ramos Araújo (viúva), beneficiária de Miguel Pereira Araújo, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato nº 0330, de 22 de abril de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11802/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 5090/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Pensão

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Mary dos Hemedys Andrade da Costa

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Pensão concedida a Mary dos Hemedys Andrade da Costa, beneficiária de Benizá Pereira da Costa, ex-servidor(a) público(a) estadual. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3255/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à pensão concedida a Mary dos Hemedys Andrade da Costa (viúva), beneficiária de Benizá Pereira da Costa, ex-servidor público estadual, outorgada pelo Ato nº 0180, de 25 de fevereiro de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11805/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida pensão, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA)

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 7675/2022-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): José Carlos Amaral Sousa

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de José Carlos Amaral Sousa, servidor(a) da Secretaria de Estado da Saúde. Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3257/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de José Carlos Amaral Sousa, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Médico, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 487, de 13 de fevereiro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 869/2022/GPROC2/FGL do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o

---

Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 7045/2022-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto e Previdência e Aposentadoria de Chapadinha/MA

Responsável: Maria Coelho Pimentel Gomes

Beneficiário(a): Tereza da Costa Lopes

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Tereza da Costa Lopes, servidor(a) da Câmara Municipal de Chapadinha.

Legalidade. Registro

DECISÃO CS-TCE Nº 3256/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Tereza da Costa Lopes, no cargo de Continua, lotada na Câmara Municipal de Chapadinha, outorgada pelo Portaria nº 44, de 13 de novembro de 2017, retificada pela Portaria nº 77, de 25 de agosto de 2022, expedidos pelo Instituto e Previdência e Aposentadoria de Chapadinha/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 759/2022/GPROC2/FGL do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4113/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias

Responsável: Helaine de Pontes Ribeiro

Beneficiário(a): Miguel Beleza Neto

Ministério Público de Contas: Procurador Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Miguel Beleza Neto, no cargo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Caxias. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3258/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Miguel Beleza Neto, no

---



cargo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Caxias, outorgada pelo Ato nº 50/2017, de 04 de julho de 2017 expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 736/2023/GPROC2/FGL do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se impedida para discutir e votar na relatoria deste processo), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4137/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Paço do Lumiar

Responsável: Maria Paula Azevedo Desterro

Beneficiário(a): Suely Silvia da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Suely Silvia da Silva, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3259/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Suely Silvia da Silva, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar, outorgada pelo Decreto 2.015/2015, de 24 de setembro de 2015 e retificada pelo Decreto 3569/2021, de 13 de maio de 2021, expedidos pela Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 915/2023/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4145/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Paço do Lumiar

Responsável: Maria Paula Azevedo Desterro

Beneficiário(a): Dilva Eugenia Gomes

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Dilva Eugenia Gomes, no cargo de Telefonista, da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3260/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Dilva Eugenia Gomes, no cargo de Telefonista, da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar, outorgada pelo Decreto nº 1.944/2015, de 30 de julho de 2015 e retificada pelo Decreto nº 3.739/2022, de 05 de outubro de 2022, expedidos pela Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 804/2023/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4359/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência de São José de Ribamar

Responsável: Sutelino Coimbra Neto

Beneficiário(a): Maria de Fátima Pereira de Souza

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria de Fátima Pereira de Souza, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3261/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Maria de Fátima Pereira de Souza, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar, outorgada pelo Portaria 20/2023, de 30 de março de 2023, expedido pelo Instituto de Previdência de São José de Ribamar, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 893/2023/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4364/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social do Município de Bom Jardim

Responsável: Francisco José Figueiredo de Almeida Silva

Beneficiário(a): Eunice Araujo Nunes

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Eunice Araujo Nunes, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jardim. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3263/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Eunice Araujo Nunes, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jardim, outorgada pelo Portaria 66/2018, de 22 de maio de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência Social do Município de Bom Jardim, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 894/2023/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4741/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon

Responsável: Lázaro Martins Araújo

Beneficiário(a): Maria do Socorro Osório Sousa

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria do Socorro Osório Sousa, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Timon. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3267/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Maria do Socorro Osório Sousa, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Timon, outorgada pelo Portaria 118/2017, de 04 de setembro de 2017 e retificada pela Portaria 162/2023, de 14 de setembro de 2023, expedidas

pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 970/2023/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4361/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Açailândia

Responsável: Josane Maria Sousa Araújo

Beneficiário(a): Maria Edileuza Lima Sousa

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria Edileuza Lima Sousa, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3262/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Maria Edileuza Lima Sousa, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia, outorgada pelo Decreto nº 112/2018, de 07 de maio de 2018, expedido pela Prefeitura Municipal de Açailândia e retificado pela Portaria 95/2023, de 20 de junho de 2023, expedido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Açailândia, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4743/2023/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6293/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

---

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário: Valdevino Jesus Barros

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Valdevino Jesus Barros, servidor da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3842/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Valdevino Jesus Barros, matrícula nº 283288-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 997, de 20 de outubro de 2020, expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 4987/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 4422/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): Maria Nilce Silva Ribeiro

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria Nilce Silva Ribeiro, no cargo de Assistente Técnico, da Universidade Estadual do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3265/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Maria Nilce Silva Ribeiro, no cargo de Assistente Técnico, da Universidade Estadual do Maranhão, outorgada pelo Ato 589/2019, de 13 de fevereiro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 890/2023/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº: 6278/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): Eliane Ribamar Alves Oliveira

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Eliane Ribamar Alves Oliveira, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC. Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS -TCE Nº 3840/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Eliane Ribamar Alves Oliveira, matrícula nº 261831-01, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 07, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC, outorgada pelo Ato nº 1436/2021, de 18 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5025/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 5250/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias

Responsável: Helaine de Pontes Ribeiro

Beneficiário(a): Delnaide Carvalho da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Delnaide Carvalho da Silva, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias. Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3268/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Delnaide Carvalho da Silva, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, outorgada pelo Decreto 3334/2024 de 17 de julho de 2014, retificada pelo Ato 11/2018, de 07 de maio de 2018, expedidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o 1016/2023/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6272/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Responsável: Lourival de Jesus Serejo Sousa

Beneficiário: Raimundo Nonato Magalhães Neto

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Raimundo Nonato Magalhães Neto, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3838/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Raimundo Nonato Magalhães Neto, matrícula nº 752, no cargo de Desembargador, do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, outorgada pelo Ato nº 592021, de 13 de janeiro de 2021, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 4963/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6287/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária (o): Vitória Maria de Oliveira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Vitória Maria de Oliveira, servidor da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3841/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Vitória Maria de Oliveira, matrícula nº 00284510-00, no cargo de Professor II, Classe C, Referência III, Especialidade Auxiliar de Serviços de Saúde, Grupo Educação, Subgrupo Magistérioda Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 1386, de 04/03/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3572/2020/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator) e o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheiro-Substituto Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 4425/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência de São José de Ribamar

Responsável: Sutelino Coimbra Neto

Beneficiário(a): Cláudio Crispim Silva de Almeida

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Cláudio Crispim Silva de Almeida, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3266/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Cláudio Crispim Silva de Almeida, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar outorgada pelo Decreto 39/2022, de 30 de setembro de 2022, expedido pelo Instituto de Previdência de São José de Ribamar, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o 4823/2023/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o



---

Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6275/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís - IPAM

Responsável: Nádia Maria França Quinzeiro

Beneficiária: Marinalva Pereira Borges Gomes

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida à Marinalva Pereira Borges Gomes, servidora da Secretaria Municipal de Educação. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3839/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida à Marinalva Pereira Borges Gomes, matrícula nº 36680-1, no cargo de Professora, PNS-G, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, outorgada pelo Decreto nº 46.015, de 21 de outubro de 2014, retificado pela Portaria nº 299, de 23 de março de 2021 e expedida pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís - IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, de acordo com o Parecer nº 4980/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo n.º 4237/2014 TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas de Gestores (Recurso de reconsideração)

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Matões do Norte/MA

Exercício financeiro: 2013

Recorrentes: Solimar Alves de Oliveira (Prefeita), Marlene Serra Coelho (Secretária Municipal de Administração e Finanças) e Ilzidlene Silva Monteiro (Tesoureira)

Advogados: Josivaldo Oliveira Lopes (OAB/MA 5338)

Recorrido: Acórdãos PL-TCE nº 335/2020 e 1153/2019

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Recurso de reconsideração. Prestação de contas anual de gestores. Fundo Municipal de Matões do Norte/MA. Conhecimento. Superveniência da Resolução TCE/MA nº 383/2023. Reconhecimento da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória no âmbito deste Tribunal de Contas.

DECISÃO CS-TCE Nº 3857/2025

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, estes autos, que tratam de recurso de reconsideração interposto pelas Senhoras Solimar Alves de Oliveira (Prefeita), Marlene Serra Coelho (Secretária Municipal de Administração e Finanças) e Ilzidlene Silva Monteiro (Tesoureira), município de Matões do Norte/MA, exercício financeiro de 2013, contra os Acórdãos PL-TCE nº 335/2020 e 1153/2019, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento nos artigos 127, 129, I, e 136 da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), reunidos em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas em:

a) conhecer do presente recurso de reconsideração, eis que presentes seus pressupostos autorizadores, mas declarar prejudicada a análise da pretensão de reforma em virtude da superveniência da prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva no âmbito deste Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em relação à totalidade das irregularidades detectadas no processo de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Matões do Norte/MA, exercício financeiro de 2013;

b) informar ao Ministério Público Estadual, para fins do art. 10 da Resolução TCE/MA nº 383/2023, que o presente processo encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://app.tcema.tc.br/consultaprocessos/> no sítio oficial deste tribunal de contas, consignando que, caso entenda necessário, poderá solicitar o envio de cópias físicas;

c) determinar, com fundamento no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023, o arquivamento destes autos. Presentes à Sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6264/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias

Responsável: Fernando de Macedo Ferraz Melo Gomes

Beneficiária: Antônia Marques Ramalho

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Antônia Marques Ramalho, servidora da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3837/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais mensais e com paridade, concedida a Antônia Marques Ramalho, matrícula nº 05721-3, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, outorgada pelo Ato nº 0029, de 01/10/2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3544/2025/GPROCI/JVC, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do

Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).  
Presentes à sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator) e o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.  
Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheiro-Substituto Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6876/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário: João Cruz Dias Carneiro

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a João Cruz Dias Carneiro, servidor da Secretaria de Estado da Educação. Pelo registro tácito.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3855/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a João Cruz Dias Carneiro, matrícula nº 284674-00, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Vigia, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do quadro de pessoal Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 156, de 10 de fevereiro de 2020 e expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, de acordo com o Parecer nº 3387/2025/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6619/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Maria Creusa Andrade dos Santos

---

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Maria Creusa Andrade dos Santos, servidora da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3853/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Maria Creusa Andrade dos Santos, matrícula nº 266824-00, no cargo de Professor III, Classe C, Referência 05, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 1372, de 09/03/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5277/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator) e o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheiro-Substituto Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6848/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Beatriz Fonseca Sousa Pinheiro

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Beatriz Fonseca Sousa Pinheiro, servidora da Secretaria de Estado da Educação. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3854/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida à Beatriz Fonseca Sousa Pinheiro, matrícula nº 00263060-00, no cargo de Professor I, Classe C, Referência 006, Grupo Educação, Subgrupo Magistério da Educação Básica, do quadro de pessoal Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 1737, de 31 de julho de 2019 e expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, de acordo com o Parecer nº 3397/2025/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com fundamento na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como no art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6513/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): José Benedito Durand Rodrigues

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de José Benedito Durand Rodrigues, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS -TCE Nº 3852/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, em favor de José Benedito Durand Rodrigues, matrícula nº 249532-00, no cargo de Agente da Receita Estadual, Classe Especial, Referência 11, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, outorgada pelo Ato nº 2092/2021, de 10 de agosto de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3714/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 5667/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência de São José de Ribamar

Responsável: Nádia Maria França Quinzeiro

Beneficiário(a): Nilma Coelho Pavão

Ministério Público de Contas: Procuradora Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Nilma Coelho Pavão, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3269/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Nilma Coelho Pavão, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar, outorgada pela Portaria

16/2019, de 10 de janeiro de 2019, revogada pela Portaria 89/2023, de 13 de novembro de 2023, expedidos pelo Instituto de Previdência de São José de Ribamar, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o 1050/2023/ GPROC2/FGL do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite (declarou-se impedida para discutir e votar na relatoria deste processo), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6499/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária (o): Maria da Paz Sousa Soares

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Maria da Paz Sousa Soares, servidora da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão. Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3851/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Maria da Paz Sousa Soares, matrícula nº 172711-00, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Auxiliar de Administração, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, outorgada pelo Ato nº 2145, de 18/08/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5191/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator) e o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheiro-Substituto Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6421/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: José Diniz Duailibe Neto

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a José Diniz Duailibe Neto, servidor da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3849/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria voluntária com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a José Diniz Duailibe Neto, matrícula nº 00249721-00, no cargo de Agente da Receita Estadual, Classe Especial, Referência 011, Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão, outorgada pelo Ato nº 1495, de 22/03/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5125/2025/GPROC4/DPS, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator) e o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheiro-Substituto Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6398/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): Jorge Henrique Rabelo Pereira

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Jorge Henrique Rabelo Pereira, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS -TCE Nº 3846/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Jorge Henrique Rabelo Pereira, matrícula nº 309602-00, no cargo de Datilógrafo, Classe Especial, Referência 11, integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC, outorgada pelo Ato nº 1694/2021, de 31 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5098/2025/GPROC4/DPS

do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº: 6414/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): Marluce Gouveia Pereira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoriavoluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Marluce Gouveia Pereira, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC. Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS -TCE Nº 3848/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, em favor de Marluce Gouveia Pereira, matrícula nº 270670-00, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC, outorgada pelo Ato nº 454/2020, de 21 de dezembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3660/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6406/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro



Beneficiária: Adeildes do Nascimento Costa

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Adeildes do Nascimento Costa, integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS -TCE Nº 3847/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, em favor de Adeildes do Nascimento Costa, matrícula nº 281710-00, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, concedida pelo Ato nº 784/2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 25 de fevereiro de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3791/2025/GPROC1/JCV, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº: 6366/2025 – TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): Edivaldo Serejo Pinto

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Edivaldo Serejo Pinto, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS -TCE Nº 3845/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Edivaldo Serejo Pinto, matrícula nº 263303-00, no cargo de Assistente Técnico, Classe Especial, Referência 11, integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC, outorgada pelo Ato nº 1357/2020, de 4 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5054/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 5866/2023-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência de São José de Ribamar

Responsável: Sutelino Coimbra Neto

Beneficiário(a): Joana Evangelista Batista

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Joana Evangelista Batista, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de José de Ribamar. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3270/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Joana Evangelista Batista, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de José de Ribamar, outorgada pela Portaria 52/2022, de 29 de novembro de 2022, revogada pela Portaria 116/2023, de 01 de dezembro de 2023, expedidos pelo Instituto de Previdência de São José de Ribamar, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o 44/2024/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº: 6346/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário (a): Maria Eunice Barbosa Oliveira

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria Eunice Barbosa Oliveira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS -TCE Nº 3844/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, de Maria Eunice Barbosa Oliveira, matrícula nº 279762-00, no cargo de Auxiliarde Serviços, Classe Especial, Especialidade Vigia, Referência 11, do quadro de pessoal da Secretaria de

Estado da Educação do Maranhão – SEDUC, outorgada pelo Ato nº 232/2021, de 4 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 5031/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão, e dos arts. 1º, inciso VIII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à Sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício) e o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6297/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiária: Antônia Maria Carneiro Martins

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais, concedida a Antônia Maria Carneiro Martins, servidora da Secretaria de Estado da Saúde. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3843/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam do processo de Aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, concedida a Antônia Maria Carneiro Martins, matrícula nº 302470-00, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 11, Especialidade Auxiliar de Serviços de Saúde, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 289, de 15/03/2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão-IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, que acolheu o Parecer nº 3569/2020/GPROC1/JCV, do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do art. 51, inciso III, da Constituição do Estado do Maranhão e dos arts. 1º, inciso VII, e 54, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão os Conselheiros Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), José de Ribamar Caldas Furtado (Relator) e o Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de novembro de 2025.

Conselheiro-Substituto Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 5884/2023-TCE/MA

---

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon

Responsável: Lázaro Martins Araújo

Beneficiário(a): Cleyde Maria de Moraes Santana

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Cleyde Maria de Moraes Santana, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Timon. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3271/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Cleyde Maria de Moraes Santana, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Timon, outorgada pela Portaria 55/2018, de 10 de maio de 2018, retificada pela Portaria 92/2023, de 27 de julho de 2023, expedidos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o 5067/2023/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4400/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Formosa da Serra Negra/MA

Responsável: Deoclides Pereira de Sá Neto

Beneficiário(a): Ana Lúcia Oliveira Ribeiro

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Ana Lúcia Oliveira Ribeiro, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Formosa da Serra Negra/MA. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3274/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Ana Lúcia Oliveira Ribeiro, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Formosa da Serra Negra/MA, outorgada pelo Decreto nº 019, de 02 de novembro de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência Municipal de Formosa da Serra Negra/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 718/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o

---

Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4349/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Previdência Própria de Amarante do Maranhão

Responsável: Maria Zilma Marinho Oliveira

Beneficiário(a): Sirlene Alves da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Sirlene Alves da Silva, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Amarante do Maranhão. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3272/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Sirlene Alves da Silva, no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Amarante do Maranhão, outorgada pela Portaria nº 002, de 13 de março de 2017, expedido pela Previdência Própria de Amarante do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 735/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4383/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Fundo de Previdência de Barreirinhas/MA

Responsável: Fábio Gonçalves Rocha

Beneficiário(a): Marly Martins Vieira

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Marly Martins Vieira, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Barreirinhas/MA. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3273/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Marly Martins Vieira, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Barreirinhas/MA, outorgada pela Portaria nº 057, de 01 de julho de 2018, retificado pela Portaria nº 054, de 22 de outubro de 2021, expedidos pelo Fundo de Previdência de Barreirinhas/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 728/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4405/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Fundo de Previdência Própria do Município de Presidente Vargas/MA

Responsável: Wellington Costa Uchôa

Beneficiário(a): Iguaracy Bezerra Sampaio de Almeida

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Iguaracy Bezerra Sampaio de Almeida, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Vargas/MA. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3275/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Iguaracy Bezerra Sampaio de Almeida, no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Vargas/MA, outorgada pelo Decreto nº 022, de 30 de novembro de 2019, retificado pelo Decreto nº 41, de 30 de maio de 2017, expedidos pela Prefeitura Municipal de Presidente Vargas/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 716/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4592/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Paço do Lumiar/MA

Responsável: Josemar Sobreiro Oliveira

Beneficiário(a): Lúcia Maria Mota Pereira

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Lúcia Maria Mota Pereira, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar/MA. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3276/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Lúcia Maria Mota Pereira, no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar/MA, outorgada pelo Decreto nº 1.984, de 24 de setembro de 2015, expedido pela Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3535/2024 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4854/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon

Responsável: Lázaro Martins Araújo

Beneficiário(a): Maria do Perpétuo Socorro da Cunha

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Maria do Perpétuo Socorro da Cunha, cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Timon. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3277/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Maria do Perpétuo Socorro da Cunha, cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Timon, outorgada pela Portaria 48/2018, de 10 de maio de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 950/2025/GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o

---

Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 508/2021-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Subnatureza: Transferência para reserva remunerada

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): José Carlos Moreira da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Transferência, a pedido, para reserva remunerada de José Carlos Moreira da Silva, servidor da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3588/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à transferência para reserva remunerada, concedida a José Carlos Moreira da Silva, na função de Subtenente da Polícia Militar do Estado do Maranhão, na mesma graduação, com proventos integrais mensais, calculados sobre o seu subsídio, outorgada pelo Ato nº 1337, de 18 de dezembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11947/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida transferência para reserva remunerada, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6797/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Aposentadorias e Pensões do Município de Anapurus/MA

Responsável: Antônio José Silva Saraiva

Beneficiário(a): Maria Madalena Costa Miranda

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Maria Madalena Costa Miranda, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Anapurus/MA. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3278/2025



Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Madalena Costa Miranda, no cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Anapurus/MA, outorgada pela Portaria nº 33, de 13 de setembro de 2017, expedido pelo Instituto de Previdência e Aposentadorias e Pensões do Município de Anapurus/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3754/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6960/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Fundo de Previdência de Barreirinhas

Responsável: Benedito de Jesus Coelho Nunes

Beneficiário(a): Maria Eunice Pereira da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Maria Eunice Pereira da Silva, cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, da Secretaria Municipal de Educação de Barreirinhas. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3279/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Maria Eunice Pereira da Silva, cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, da Secretaria Municipal de Educação de Barreirinhas, outorgada pela Portaria nº 84/2018, de 21 de dezembro de 2018, expedida pelo Fundo de Previdência de Barreirinhas, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4199/2024/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 7656/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Rosilda Monteiro

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Rosilda Monteiro, no cargo de Auxiliar de Serviço, da Secretaria de Estado da Cultura. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3587/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Rosilda Monteiro, no cargo de Auxiliar de Serviço, da Secretaria de Estado da Cultura, outorgada pelo Ato nº 2127/2021, de 17 de agosto 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 12247/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 7648/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Emmanuel Messias de Sousa Gomes

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Emmanuel Messias de Sousa Gomes, no cargo de Auxiliar de Serviço, da Secretaria de Estado da Saúde. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3586/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Emmanuel Messias de Sousa Gomes, no cargo de Auxiliar de Serviço, da Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 2294/2021, de 04 de outubro 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 12246/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6971/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale

Responsável: Talyson de Medeiros Melo

Beneficiário(a): Marinete Silva dos Santos

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Marinete Silva dos Santos, cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Trizidela do Vale. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3280/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Marinete Silva dos Santos, cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Trizidela do Vale, outorgada pela Portaria nº 09/2018, de 30 de agosto de 2018, expedida pelo Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4196/2024/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 7596/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Jucileide da Silva e Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Jucileide da Silva e Silva, no cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3585/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Jucileide da Silva e Silva, no

cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 2231/2021, de 01 de setembro de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 12202/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 5705/2016-TCE/MA

Processo apensado nº 4526/2016 - TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Órgão superior da administração direta

Exercício financeiro: 2015

Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Inês/MA

Responsável: José de Ribamar Costa Alves, Prefeito municipal, CPF nº 054.646.173-53, endereço: Rua 01, nº 15, Bairro Conjunto Casa Jardim, CEP 65.300-121, Santa Inês/MA

Procurador(es) constituído(s): não há

Relator: Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de gestores da administração direta de Santa Inês/MA, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor José de Ribamar Costa Alves, Prefeito municipal.

Reconhecimento da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito do TCE/MA na forma determinada pela Resolução TCE/MA nº 383/2023. Arquivamento do processo.

DECISÃO CS-TCE Nº 1970/2024

Vistos, relatados e discutidos estes autos, que tratam da prestação de contas anuais de gestores da administração direta de Santa Inês/MA, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor José de Ribamar Costa Alves, Prefeito municipal, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fundamento no art. 172, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão ordinária da Segunda Câmara, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do relator, conforme art. 104 da Lei Orgânica do TCE/MA, acolhido o parecer ministerial, decidem:

a. reconhecer a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito deste Tribunal neste processo de prestação de contas anual de gestores da administração direta de Santa Inês/MA, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor José de Ribamar Costa Alves, Prefeito municipal, com fundamento no Recurso Extraordinário nº 636.886/AL (tema 899 da Repercussão Geral) e nos arts. 2º, inciso II, e 7º, da Resolução TCE/MA nº 383/2023;

b. decidir pela existência da prescrição nos termos do art. 7º, § 3º, da Resolução TCE/MA nº 383/2023, c/c o art. 14 da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica TCE/MA);

c. determinar à Secretaria Executiva de Tramitação Processual deste Tribunal (SEPRO) que providencie o arquivamento deste processo, com fundamento no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023.

Presentes à sessão os Conselheiros Daniel Itapary Brandão (Presidente em exercício) e Álvaro César de França Ferreira\*, o Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto (Relator) e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 31 de outubro de 2024.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão

Presidente em exercício\*\*

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Jairo Cavalcanti Vieira

Procurador de Contas

\*Conselheiro aposentado

\*\*Assinado nos termos do art. 89-A do Regimento Interno

Processo nº 7414/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Ercinia Duailibe Barros

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Ercinia Duailibe Barros, servidor(a) da Secretaria de Estado da Fazenda.  
Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3584/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Ercinia Duailibe Barros, no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, lotada na Secretaria de Estado da Fazenda, outorgada pelo Ato nº 2298, de 04 de outubro de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 12073/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 7344/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Câmara Municipal de São Luís/MA

Responsável: Deco Soares

Beneficiário(a): Robson Viana

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Robson Viana, servidor(a) da Câmara Municipal de São Luís/MA. Registro  
Tácito.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3583/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Robson Viana, no cargo de Assessor em Assuntos Legislativos, lotado na Câmara Municipal de São Luís/MA, outorgada pela Resolução nº 192, de 02 de abril de 1992, retificado expedido pela Câmara Municipal de São Luís/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 5003/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 5389/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Silvana Rocha Melo

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Silvana Rocha Melo, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Governo. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1419/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Silvana Rocha Melo, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Governo, outorgada pelo Ato de concessão nº 1.385, de 21 de novembro de 2017, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 7766/2024-GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4717/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Valdira Pires Sena

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Valdira Pires Sena, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1414/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Valdira Pires Sena, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, outorgada pelo Ato de Concessão nº 2000, de 17 de setembro de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3846/2024- GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4805/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Maria das Graças Nascimento Sousa

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria das Graças Nascimento Sousa, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Hospital Municipal Djalma Marques. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1415/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria das Graças Nascimento Sousa, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Hospital Municipal Djalma Marques, outorgada pelo Ato de concessão nº 1.808, de 15 de maio de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3598/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o

---

Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6935/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Maria Gorete Fernandes da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Maria Gorete Fernandes da Silva, servidor(a) da Secretaria de estado da Educação. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3581/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Gorete Fernandes da Silva, no cargo de Professor, lotada na Secretaria de estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 385, de 27 de fevereiro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4902/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 5546/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Maria do Socorro Monteles Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria do Socorro Monteles Silva, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1422/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria do Socorro Monteles



Silva, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação, outorgada pelo Ato de concessão nº 2.125, de 12 de novembro de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 7660/2024-GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 5608/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Maria Ducimar da Silva Aguiar

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria Ducimar da Silva Aguiar, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1423/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Ducimar da Silva Aguiar, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação, outorgada pelo Ato de concessão nº 2.204, de 10 de janeiro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 7766/2024-GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6975/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale

Responsável: Talyson de Medeiros Melo

Beneficiário(a): Francisca Nunes e Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Francisca Nunes e Silva, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação de Trizidela do Vale. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3281/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Francisca Nunes e Silva, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação de Trizidela do Vale, outorgada pela Portaria nº 18/2019, de 31 de janeiro de 2019, expedida pelo Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4195/2024/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 7003/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale

Responsável: Talyson de Medeiros Melo

Beneficiário(a): Luis Carvalho de Oliveira

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Compulsória, de Luis Carvalho de Oliveira, cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Educação de Trizidela do Vale. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3282/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Compulsória, de Luis Carvalho de Oliveira, cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Educação de Trizidela do Vale, outorgada pela Portaria nº 23/2019, de 06 de maio de 2019, expedida pelo Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale, expedida pelo Instituto de Previdência do Servidor Publico Municipal de Trizidela do Vale, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4200/2024/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez

Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 4997/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Alaíde Monroe Costa

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Alaíde Monroe Costa, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1416/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Alaíde Monroe Costa, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, outorgada pelo Ato de concessão nº 1.394, de 23 de novembro de 2017, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3801/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 7337/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Câmara Municipal de São Luís/MA

Responsável: Francisco Carvalho

Beneficiário(a): João da Cruz Vieira

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria compulsória de João da Cruz Vieira, servidor(a) da Câmara Municipal de São Luís/MA. Registro Tácito.

---

DECISÃO CS-TCE Nº 3582/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria compulsória de João da Cruz Vieira, no cargo de Assessor em Assuntos Legislativos, lotado na Câmara Municipal de São Luís/MA, outorgada pela Resolução nº 423, de 04 de fevereiro de 1997, expedido pela Câmara Municipal de São Luís/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 12025/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 5025/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Castorina Santos Bulhão

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Castorina Santos Bulhão, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Hospital Municipal Djalma Marques. Pelo registro tácito.

---

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1417/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Castorina Santos Bulhão, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Hospital Municipal Djalma Marques, outorgada pelo Ato de concessão nº 2.338, de 02 de abril de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3811/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 237/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Município de São Luís - IPAM

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Ana Celia Lima Frasão da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Ana Celia Lima Frasão da Silva, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3283/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Ana Celia Lima Frasão da Silva, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, outorgada pelo Ato nº 2693/2019, de 11 de novembro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luís – IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 211/2025/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 5703/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Graça Maria Costa Brito

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Graça Maria Costa Brito, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1424/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Graça Maria Costa Brito, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, outorgada pelo Ato de concessão nº 2.245, de 05 de fevereiro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3914/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez

Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 5870/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Raimundo Ivanir Abreu Penha

Beneficiário(a): Alderina Sousa dos Santos

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Alderina Sousa dos Santos, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Hospital Municipal Djalma Marques. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1426/2025

Vistos,relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Alderina Sousa dos Santos, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Hospital Municipal Djalma Marques, outorgada pelo Decreto nº 46.770, de 12 de março de 2015, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3471/2024-GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentesà sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 5462/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Raimundo Ivanir Abreu Penha

Beneficiário(a): Marco Aurélio Silveira Lage

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria por Invalidez de Marco Aurélio Silveira Lage, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Pelo registro tácito.

---

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1421/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria por invalidez de Marco Aurélio Silveira Lage, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, outorgada pelo Decreto nº 46.609, de 13 de janeiro de 2015, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3754/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6928/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Izidoro Azevedo Moreira

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Izidoro Azevedo Moreira, servidor(a) do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão. Registro Tácito.

## DECISÃO CS-TCE Nº 3580/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Izidoro Azevedo Moreira, no cargo de Instrutor, especialidade Instrutor de Esporte e Recreação, lotado no Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão, outorgada pelo Ato nº 542, de 08 de julho de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11877/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6909/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Câmara Municipal de São Luís/MA

Responsável: Generval Martiniano Moreira Leite

Beneficiário(a): Carlos Alberto Salles

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria compulsória de Carlos Alberto Salles, servidor(a) da Câmara Municipal de São Luís/MA.  
Registro Tácito.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3578/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria compulsória de Carlos Alberto Salles, no cargo de Técnico em Assessoramento, lotado na Câmara Municipal de São Luís/MA, outorgada pela Resolução nº 031, de 10 de novembro de 2016, expedido pela Câmara Municipal de São Luís/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4882/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6817/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Elias Alves de Araújo Neto

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Elias Alves de Araújo Neto, servidor(a) da Secretaria de Estado da Cultura.  
Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3576/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Elias Alves de Araújo Neto, no cargo de Assistente Técnico, especialidade Assistente de Administração, lotado na Secretaria de Estado da Cultura, outorgada pelo Ato nº 1681, de 31 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11827/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o



---

Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6917/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Açailândia/MA

Responsável: Juscelino Oliveira e Silva

Beneficiário(a): Mariazinha Ferreira Cavalcante

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Mariazinha Ferreira Cavalcante, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia/MA. Registro Tácito.

DECISÃO CS-TCE Nº 3579/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Mariazinha Ferreira Cavalcante, no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Açailândia/MA, outorgada pelo Decreto nº 212, de 20 de novembro de 2015, expedido pela Prefeitura Municipal de Açailândia/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4896/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 364/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Rafael Aguiar dos Santos

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria por Invalidez de Rafael Aguiar dos Santos, cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3284/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria por Invalidez de Rafael Aguiar dos Santos, cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 2094/2019, de 06 de novembro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 315/2025/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6846/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luis/IPAM

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Hildenir Serra Abreu Marques

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Hildenir Serra Abreu Marques, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de São Luis/MA. Registro Tácito.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3577/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Hildenir Serra Abreu Marques, no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação de São Luis/MA, outorgada pelo Ato nº 2360, de 10 de abril de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luis/IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4850/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 411/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): Maria Gregória Gomes Araújo

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Maria Gregória Gomes Araújo, cargo de Auxiliar de Serviços, da Secretaria de Estado da Educação. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3285/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Maria Gregória Gomes Araújo, cargo de Auxiliar de Serviços, da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato 926/2019 de 13 de março de 2019, expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 160/2025/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 6173/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): Aída Elisabeth Pacífico de Paula Maux

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Aída Elisabeth Pacífico de Paula Maux, no cargo de Especialista em Saúde, Especialidade Sanitarista, da Secretaria de Estado da Saúde. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1439/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Aída Elisabeth Pacífico de Paula Maux, no cargo de Especialista em Saúde, Especialidade Sanitarista, da Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 2003/2018, de 18 de outubro de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3617/2024-GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez

Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6803/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Paço do Lumiar/MA

Responsável: Frederico de Abreu Silva Campos

Beneficiário(a): Júlio Ribeiro Nunes

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria por invalidez de Júlio Ribeiro Nunes, servidor(a) da Secretaria Municipal de Saúde de Paço do Lumiar/MA. Registro Tácito.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3575/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria por invalidez de Júlio Ribeiro Nunes, no cargo de Agente de Combate às Edemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Paço do Lumiar/MA, outorgada pelo Decreto nº 3.425, de 17 de abril de 2020, retificado pelo Decreto nº 4.027, de 04 de abril de 2025, expedidos pela Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11816/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6187/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): Vilma Teixeira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Vilma Teixeira, no cargo de Auxiliar Administrativo, Especialidade Agente Social, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar. Pelo registro tácito.

---

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1441/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Vilma Teixeira, no cargo de Auxiliar Administrativo, Especialidade Agente Social, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, outorgada pelo Ato nº 630/2018, de 01 de agosto de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3622/2024-GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6789/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Açailândia/MA

Responsável: Aluísio Silva Sousa

Beneficiário(a): Selma Maria dos Santos

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria por invalidez de Selma Maria dos Santos, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia/MA. Registro Tácito.

## DECISÃO CS-TCE Nº 3574/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria por invalidez de Selma Maria dos Santos, no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Açailândia/MA, outorgada pelo Decreto nº 754, de 16 de novembro de 2016, retificado pelo Decreto nº 334, de 19 de dezembro de 2019, expedidos pela Prefeitura Municipal de Açailândia/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11823/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6554/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): José Rachid Maluf

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de José Rachid Maluf, no cargo de Técnico Municipal Nível Superior Engenharia Civil, da Secretaria Municipal de Urbanismo de São Luís. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1444/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de José Rachid Maluf, no cargo de Técnico Municipal Nível Superior Engenharia Civil, da Secretaria Municipal de Urbanismo de São Luís, outorgada pelo Ato de concessão nº 2.299, de 26 de fevereiro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4086/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 6712/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Maria Leonice Trindade

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Maria Leonice Trindade, servidor(a) da Secretaria de Estado da Saúde. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3571/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Leonice Trindade, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Enfermeira, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 1551, de 23 de março de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11777/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos

Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6693/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias

Responsável: Fernando de Macedo Ferraz Melo Gomes

Beneficiário(a): Maria Augusta Andrade

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Maria Augusta Andrade, no cargo de Técnico de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1447/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Augusta Andrade, no cargo de Técnico de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, outorgada pelo Ato nº 0047/2019, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 8506/2024-GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6780/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Municipal de Formosa da Serra Negra/MA

Responsável: Deoclides Pereira de Sá Neto

Beneficiário(a): Maria Luzeni Assunção Pinto

Ministério Público de Conta: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Maria Luzeni Assunção Pinto, servidor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Formosa da Serra Negra/MA. Registro Tácito.

---

DECISÃO CS-TCE Nº 3573/2025

Vistos,relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Luzeni Assunção Pinto, no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Formosa da Serra Negra/MA, outorgada pela Portaria nº 01, de 10 de outubro de 2013, retificado pelo Decreto nº 043, de 16 de junho de 2020, expedidos pelo Instituto de Previdência Municipal de Formosa da Serra Negra/MA, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11825/2025 do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RG, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6561/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias

Responsável: Fernando de Macedo Ferraz Melo Gomes

Beneficiário(a): Estelita Maria Monteiro Falcão

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Estelita Maria Monteiro Falcão, no cargo de Auxiliar Administrativo, da Secretaria Municipal Adjunta de Administração e Recursos Humanos de Caxias. Pelo registro tácito.

---

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1445/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Estelita Maria Monteiro Falcão, no cargo de Auxiliar Administrativo, da Secretaria Municipal Adjunta de Administração e Recursos Humanos de Caxias, outorgada pelo Ato nº 0066/2029, de 23 de setembro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caxias, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 4078/2024-GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas



Processo nº 6705/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Maria de Jesus Barros de Araújo Cruz

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Maria de Jesus Barros de Araújo Cruz, servidor(a) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3570/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria de Jesus Barros de Araújo Cruz, no cargo de Assistente Técnico, especialidade Técnico em Estatística, lotada na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, outorgada pelo Ato nº 1320, de 18 de dezembro de 2020, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11788/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6659/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Filomena Martins Silva

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Filomena Martins Silva, servidor(a) da Secretaria de Estado da Saúde. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3568/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Filomena Martins Silva, no cargo de Auxiliar de Serviços, especialidade Auxiliar de Serviços de Saúde, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 2012, de 16 de julho de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11741/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos

Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6683/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Conceição de Maria Rosa Viana

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Conceição de Maria Rosa Viana, servidor(a) da Secretaria de Estado da Saúde.  
Legalidade. Registro.

#### DECISÃO CS-TCE Nº 3569/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Conceição de Maria Rosa Viana, no cargo de Especialista em Saúde, especialidade Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 2185, de 19 de agosto de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11770/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheiro Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 6883/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): Izabel Lima Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Izabel Lima Silva, no cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação. Pelo registro tácito.

#### DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1448/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Izabel Lima Silva, no cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 358/2019, de 06 de fevereiro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3780/2024-GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6921/2024-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Joel Fernando Benin

Beneficiário(a): Marluce Costa Moraes Ataíde

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Marluce Costa Moraes Ataíde, no cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação. Pelo registro tácito.

#### DECISÃO CS-TCE/MA Nº 1449/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de de Marluce Costa Moraes Ataíde, no cargo de Professor, da Secretaria de Estado da Educação, outorgada pelo Ato nº 803/2018, de 05 de junho de 2018, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 3791/2024-GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de abril de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 458/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Município de São Luís - IPAM

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Almir Costa Pereira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Almir Costa Pereira, no cargo de Técnico Municipal de Nível Superior na área de Odontologia, do Hospital Municipal Djalma Marques. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3286/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Almir Costa Pereira, no cargo de Técnico Municipal de Nível Superior na área de Odontologia, do Hospital Municipal Djalma Marques, outorgada pelo Ato nº 2582/2019, de 10 de setembro de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luís – IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 148/2025/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Douglas Paulo da Silva

Procurador de Contas

Processo nº 4114/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores de Santa Luzia

Responsável: Flávio Alves Rocha Rodrigues

Beneficiário(a): Edna Costa Damascena Almeida

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Edna Costa Damascena Almeida, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia. Pelo registro tácito e recomendação ao órgão de origem para corrigir no ato original, o nome da beneficiária.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3183/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Aposentadoria Voluntária de Edna Costa Damascena Almeida, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia, outorgada pela Portaria 59/2019, de 17 de dezembro de 2019 e retificada pela Portaria 002/2025, de 23 de junho de 2025, expedidas pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores de Santa Luzia, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 2734/2025/GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem:

a) pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

b) que recomende ao órgão de origem que corrija o nome da servidora no ato original de aposentadoria voluntária (Portaria 59/2019, de 17 de dezembro de 2019), conforme documento de identificação acostado às fls. 05 dos autos, pois consta no ato o nome de Edna Costa Damasceno Almeida, quando o correto é Edna Costa Damascena Almeida.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício), a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 02 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 535/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Município de São Luís - IPAM

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Hiolanda de Souza Vieira

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Hiolanda de Souza Vieira, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3287/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Hiolanda de Souza Vieira, no cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, outorgada pelo Ato nº 2460/2019, de 10 de julho de 2019, expedido pelo Instituto de Previdência do Município de São Luís – IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 123/2025/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 1039/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Município de São Luís- IPAM

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Marilu Costa Almeida

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Marilu Costa Almeida, matrícula 111937-1, cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração de São Luís- SEMAD. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3162/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Marilu Costa Almeida, cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração de São Luís- SEMAD, outorgada pelo Ato 2673/2019, de 11 de novembro de 2019, expedida pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município- IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 370/2025/ GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício), a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 02 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício da Segunda Câmara

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 7820/2018-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade de atos e contratos - Recurso de Reconsideração

Exercício financeiro: 2018

Entidade: Município de Araiões/MA

Responsável: Cristino Gonçalves de Araújo, prefeito, CPF nº 055.335.202-44, Avenida Dr. Paulo Ramos, s/nº, Centro – Araiões/MA, CEP 65570-000

Procuradores constituídos: Aidil Lucena Carvalho (OAB/MA 12.584); Bertoldo Klinger Barros Rego Neto (OAB/MA 11.909); Carlos José Luna dos Santos Pinheiro (OAB/MA 7.452); Emanuelle de Jesus Pinto Martins (OAB/MA 9.754); Frederico de Abreu Silva Campos (OAB/MA 12.425); Frederico de Sousa Almeida Duarte (OAB/MA 11.681); José Helias Sekeff do Lago (OAB/MA 7.744); Lucas Aurélio Furtado Baldez (OAB/MA 14.311) e Sebastião Moreira Maranhão Neto (OAB/MA 6.297)

Decisão recorrida: Acórdão PL-TCE nº 962/2021

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Cristino Gonçalves de Araújo, Prefeito de Araiões no exercício financeiro de 2018, em face do Acórdão PL-TCE nº 962/2021. Conhecimento. Reconhecimento da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito do TCE/MA na forma determinada pela Resolução TCE/MA nº 383/2023. Arquivamento do processo.

DECISÃO CS-TCE Nº 3060/2025

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Senhor Cristiano Gonçalves de Araújo – Prefeito no exercício financeiro de 2018, contra o Acórdão PL-TCE nº 962/2021, que aplicou multa no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) em razão do envio fora do prazo, via SACOP, dos seguintes elementos de fiscalização: 1) Extrato da Dispensa de Licitação nº 013/2018; 2) Extrato da Dispensa de Licitação nº 014/2018; 3) Extrato da Dispensa de Licitação nº 015/2018; 4) Extrato da Dispensa de Licitação nº 016/2018; 5) Extrato do Contrato nº 024.01/2018, referente à Dispensa de Licitação nº 013/2018; 6) Extrato do Contrato nº 025.01/2018, referente à Dispensa de Licitação nº 014/2018; 7) Extrato do Contrato nº 026.01/2018, referente à Dispensa de

Licitação nº 015/2018; 8) Extrato do Contrato nº 027.01/2018, referente à Dispensa de Licitação nº 016/2018; 9) extrato de Dispensa de Licitação nº 017/2018; 10) extrato de Dispensa de Licitação nº 018/2018; 11) extrato de Dispensa de Licitação nº 019/2018; 12) extrato de Dispensa de Licitação nº 020/2018; 13) Extrato do Contrato nº 030.01/2018, referente à Dispensa de Licitação nº 019/2018; 14) Extrato do Contrato nº 031.01/2018, referente à Dispensa de Licitação nº 020/2018; e 15) Extrato do Contrato nº 028.01/2018, referente à Dispensa de Licitação nº 017/2018, na forma do art. 274, § 3º, inciso III, do Regimento Interno TCE/MA. . Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11535/2025/ GPROC3/PHAR,, do Ministério Público de Contas, com base no art. 7º, § 3º da Resolução TCE/MA nº 383/2023, c/c o art. 14 da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica TCE/MA), decidem:

- a) reconhecer a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no âmbito deste Tribunal neste processo de verificação do cumprimento da Instrução Normativa TCE/MA nº 34/2014, relativo ao envio de informações e elementos de fiscalização por meio do Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública do Município de Araiões/MA, de responsabilidade do Senhor Cristiano Gonçalves Araújo, Prefeito no exercício financeiro de 2018, com fundamento no Recurso Extraordinário nº 636.886/AL (tema 899 da Repercussão Geral) e nos arts. 2º, inciso II, e 7º, da Resolução TCE/MA nº 383/2023;
- b) decidir pela existência da prescrição nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução TCE/MA nº 383/2023, c/c o art. 14 da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica TCE/MA);
- c) revogar o Acórdão PL-TCE nº 962/2021;
- d) extinguir o processo com resolução de mérito nos termos do inciso II, do artigo 482 do Código de Processo Civil;
- e) determinar à Secretaria Executiva de Tramitação Processual deste Tribunal (SEPRO) que providencie o arquivamento deste processo, com fundamento no art. 8º da Resolução TCE/MA nº 383/2023.

Presentes à sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Amorim dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 02 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente em exercício

Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Relator

Paulo Henrique Amorim dos Reis

Procurador de Contas

Processo nº 6602/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Rosirene Gomes Barros

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária de Rosirene Gomes Barros, no cargo de Auxiliar de Serviços, da Secretaria Estadual da Saúde. Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3567/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Rosirene Gomes Barros, no cargo de Auxiliar de Serviços, da Secretaria Estadual da Saúde, outorgada pelo Ato nº 1827/2021, de 22 de abril de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 5247/2025/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade e registro da referida aposentadoria nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de

junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 1229/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência do Município de São Luís- IPAM

Responsável: Maria José Marinho de Oliveira

Beneficiário(a): Rosilene de Jesus França Cutrim

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria Voluntária, de Rosilene de Jesus França Cutrim, cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração de São Luís- SEMAD. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3165/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária, de Rosilene de Jesus França Cutrim, cargo de Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração de São Luís- SEMAD, outorgada pelo Ato 2569/2019, de 10 de setembro de 2019, expedida pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município- IPAM, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 450/2025/ GPROC4/DPS do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício), a Conselheira Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 02 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis  
Procurador de Contas

Processo nº 572/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Açailândia

Responsável: Juscelino Oliveira e Silva

Beneficiário(a): Maria Francisca da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto



Aposentadoria Voluntária de Maria Francisca da Silva, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia. Pelo registro tácito.

DECISÃO CS-TCE/MA Nº 3288/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à Aposentadoria Voluntária de Maria Francisca da Silva, matrícula 2482-1, no cargo de Professor, da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia, outorgada pelo Decreto nº 734/2016, de 10 de outubro de 2016, expedido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Açailândia, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 112/2025/ GPROC1/JCV do Ministério Público de Contas, decidem pelo registro tácito da referida aposentadoria, com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553/RS, Tema 445 da Repercussão Geral, bem como nos termos do art. 1º da Resolução TCE/MA nº 350/2021.

Presentes à sessão o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente em exercício) e Flávia Gonzalez Leite, os Conselheiros-Substitutos Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador de Contas Douglas Paulo da Silva.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 23 de outubro de 2025.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Douglas Paulo da Silva  
Procurador de Contas

Processo nº 6595/2025-TCE/MA

Natureza: Apreciação da legalidade dos atos de pessoal

Espécie: Aposentadoria

Entidade: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV

Responsável: Mayco Murilo Pinheiro

Beneficiário(a): Maria Nogueira Martins

Ministério Público de Contas: Procurador(a) Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

Aposentadoria voluntária de Maria Nogueira Martins, servidor(a) da Secretaria de Estado da Saúde.  
Legalidade. Registro.

DECISÃO CS-TCE Nº 3566/2025

Vistos, relatados e discutidos estes autos, referentes à aposentadoria voluntária de Maria Nogueira Martins, no cargo de Auxiliar de Serviços, especialidade Auxiliar de Serviços de Saúde, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, outorgada pelo Ato nº 1810, de 22 de abril de 2021, expedido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão ordinária, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 11748/2025/GPROC3/PHAR do Ministério Público de Contas, decidem pela legalidade da referida aposentadoria, nos termos do disposto no artigo 1º, inciso VIII, c/c o artigo 54, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA).

Presentes à sessão a Conselheira Flávia Gonzalez Leite (Presidente em exercício), os Conselheiros-Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães, e o Procurador de Contas Paulo Henrique Araújo dos Reis.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de outubro de 2025.

Conselheira Flávia Gonzalez Leite  
Presidente em exercício da Segunda Câmara  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Relator  
Paulo Henrique Araújo dos Reis

## Procurador de Contas

**Gabinete dos Relatores****Despacho**

Processo: 2702/2025-TCE

Natureza: Fiscalização

Espécie: Auditoria

Exercício: 2024

Unidade: Prefeitura de Santa Rita/MA

Responsável: Hilton Gonçalo de Sousa – Prefeito

Procurador Constituído: Francisco Coelho de Sousa (Advogado, OAB/MA nº 4600)

**DESPACHO GCSUB1-ABCB N.º 010/2026**

De ordem do Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa, ante o disposto no art. 127, inciso II, §§ 2º e 4º, da Lei nº 8258/2005 (Lei Orgânica deste Tribunal), defere-se o pedido de prorrogação, pelo prazo de trintadias, até 20/03/2026, para apresentar defesa relativa às ocorrências consignadas no inteiro teor do Edital de Citação N.º 092/2025 – GCSUB1, de 16/12/2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Edição nº 2924/2025, de 18/12/2025.

Para o exercício da ampla defesa, ficará o Processo n.º 2702/2025-TCE à inteira disposição do Gestor para vista, ou ao dispor de seu procurador devidamente habilitado perante este Tribunal de Contas.

Caso não seja oferecida defesa no prazo estabelecido, serão presumidos aceitos como verdadeiros os fatos constatados, dando-se prosseguimento normal ao processo, na forma do § 6.º do art. 127 da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005.

São Luís/MA, 19 de janeiro 2026.

Maria da Glória Serra Pereira

Chefe de Gabinete

Auditora Estadual de Controle Externo

Assessor de Conselheiro-Substituto I

**Processo nº 3495/2025 - TCE-MA**

Origem: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO

Natureza: Tomada de contas especial

Concedente: Maria Deusa Lima Almeida (Prefeita de Maranhãozinho/MA)

Conveniente: Tiago José Mendes Fernandes (Secretário do Estado da Saúde do Maranhão)

Advogados: Carlos Vinícius Lauande Franco (OAB/MA nº 11508), Marcus Aurélio Borges Lima (OAB/MA nº 9112), Mirian Marla de M. Nunes Lima (OAB/MA 10109), Sérgio Eduardo de Matos Chaves (OAB/MA 7405), Antônio Gonçalves Marques Filho (OAB/MA 6527) e Romualdo Silva Marquinho (OAB/MA nº 9166)

**DESPACHO**

Verifico que, não obstante tenha sido protocolizado pedido de prorrogação de prazo em nome da Senhora Maria Deusa Lima Almeida, subscrito pela advogada Mirian Marla de Medeiros Nunes Lima (OAB/MA nº 10.109), a procuração que lhe outorgaria poderes para representar a gestora não está devidamente assinada. Nesse contexto, determino sejam intimados os advogados, por meio da publicação do presente despacho no diário oficial eletrônico, para que regularizem a representação processual no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não conhecimento do requerimento.

Regularizada a representação, defiro o pleito, devendo a prorrogação ser considerada no primeiro dia após o esgotamento do prazo original, observada a suspensão prevista no art. 4º da Portaria TCE/MA nº 160/2025.

**Assinado Eletronicamente Por:**

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Em 21 de janeiro de 2026 às 09:58:02

**Edital de Citação**

GCONS5/MTS - Gabinete de Conselheiro V / Marcelo Tavares Silva  
EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO DE TRINTA DIAS

Processo: 4901/2025

Natureza: Prestação de Contas

Origem: Município de Estreito

Exercício: 2023

Responsável: Tavane de Miranda Firmo

O Conselheiro Marcelo Tavares Silva, na forma dos §§ 2º e 4º, inciso II, do art. 127 da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias que, por este meio, CITA o senhor Tavane de Miranda Firmo, Ex – Presidente da Câmara Municipal de Estreito/MA, para os atos e termos do Processo nº 4901/2025-TCE, que trata da prestação de contas anual de governo no Município de Estreito, no exercício financeiro de 2023, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às irregularidades elencadas no Relatório de Instrução nº 9849/2025, constante no mencionado processo, vez que apresenta endereço válido no cadastro de jurisdicionados deste Tribunal e teve correspondência devolvida pelos Correios, por razão de constar no AR a informação “não existe número”. Fica a responsável ora citada ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerada revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do §6º, do artigo 127, da Lei Orgânica deste Tribunal, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL, será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O Processo nº 4901/2025 – TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria, ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico TCE-MA ([www.tcema.tc.br](http://www.tcema.tc.br)) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizada na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas as petições das partes e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta cidade de São Luís/MA em 20 de janeiro de 2026.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Relator

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Em 20 de janeiro de 2026 às 09:44:28

GCONS5/MTS - Gabinete de Conselheiro V / Marcelo Tavares Silva  
EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO DE TRINTA DIAS

Processo: 3378//2025

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Origem: Município de Pedro do Rosário

Exercício: 2024

Responsável: Lucivaldo Barros da Cruz

O Conselheiro Marcelo Tavares Silva, na forma dos §§ 2º e 4º, inciso II, do art. 127 da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias que, por este meio, CITA o Senhor Lucivaldo Barros da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Pedro do Rosário, para os atos e termos do Processo nº 3378//2025-TCE, que trata de Prestação de contas anual de governo do Município de Pedro do Rosário, exercício financeiro de 2024, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às irregularidades elencadas no Relatório Fiscalização nº 10090/2025, constante no mencionado processo, vez que apresenta endereço válido no cadastro

dejurisdicionados deste Tribunal e teve correspondência devolvida pelos Correios, por razão de constar no AR a informação “não procurado”. Fica a responsável ora citado ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerada revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do §6º, do artigo 127, da Lei Orgânica deste Tribunal, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL, será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O Processo nº 3378//2025– TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria, ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico TCE-MA ([www.tcema.tc.br](http://www.tcema.tc.br)) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizada na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas as petições das partes e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta cidade de São Luís/MA em 20 de janeiro de 2026.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Relator

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Em 20 de janeiro de 2026 às 09:40:47

### **GCONS5/MTS - Gabinete de Conselheiro V / Marcelo Tavares Silva**

#### **Processo: 3358/2025**

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Origem: Câmara Municipal de Santana do Maranhão/MA

Exercício: 2024

Responsável: Heliton Araujo Costa

O Conselheiro Marcelo Tavares Silva, na forma dos §§ 2º e 4º, inciso II, do art. 127 da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias que, por este meio, **CITA o Senhor Heliton Araujo Costa, Presidente da Câmara Municipal Santana do Maranhão**, para os atos e termos do Processo nº 3358/2025 – TCE/MA, que trata da prestação de contas anual de gestores de Santana do Maranhão, no exercício financeiro de 2024, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às irregularidades elencadas no Relatório de Instrução nº 10414/2025-GEFIS3, constante no mencionado processo, vez que apresenta endereço válido no cadastro de jurisdicionados deste Tribunal e teve correspondência devolvida pelos Correios, por razão de constar no AR a informação “não procurado”. Fica o responsável ora citado ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerado revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do §6º, do artigo 127, da Lei Orgânica deste Tribunal, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL, será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O Processo nº 3358/2025 – TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria, ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico TCE-MA ([www.tcema.tc.br](http://www.tcema.tc.br)) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizada na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas as petições das partes e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta cidade de São Luís/MA em 21 de janeiro de 2026.

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Relator

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Em 21 de janeiro de 2026 às 10:06:50

**Secretaria de Gestão**

**Portaria****PORTARIA TCE/MA Nº 55, DE 20 DE JANEIRO DE 2026.**

Interrupção de férias de servidor.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Interromper, com base no art. 7º, inciso I, Parágrafo Único da Resolução nº 305/2018, 27 (vinte e sete) dias das férias regulamentares, exercício 2025, do servidor Giordano Mochel Netto, matrícula nº 6759, Auditor Estadual de Controle Externo, ora exercendo a Função de Confiança de Secretário de Tecnologia e Inovação deste Tribunal, anteriormente concedida pela Portaria nº 1058/2025, ficando o referido gozo para o período de 23/01 a 18/02/2026, nos termos do Processo SEI/TCE-MA nº 23.000506.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 20 de janeiro de 2026.

Regivânia Alves Batista

Secretária de Gestão, em exercício

**PORTARIA Nº 53, DE 19 DE JANEIRO DE 2026.**

Concessão de férias a servidor à disposição deste Tribunal.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019, e Resolução nº 305, de 19 de dezembro de 2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de férias relativas ao exercício 2025, suspensas nos termos do art. 7º, inciso I, parágrafo único da Resolução TCE/MA nº 305/2018, tendo em vista sobreposição ao período de férias, ao Soldado PM Kleber Werneck Vieira Pinto, matrícula nº 15511, pertencente ao Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA), ora à disposição deste Tribunal, devendo o gozo ser nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2026, nos termos do Processo SEI nº 24.000227

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de janeiro de 2026.

Regivânia Alves Batista

Secretário de Gestão em exercício

**PORTARIA TCE/MA Nº 56, DE 20 DE JANEIRO DE 2026**

Concessão de Progressão Funcional por Tempo.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais.

Considerando o art. 1º, inciso II da Portaria nº 1328, de 28 de novembro de 2019, que atribui ao Secretário de Gestão competência para emitir atos relativos à relação jurídico- funcional dos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

Considerando as regras estabelecidas no art. 14 da Lei nº 11.134, de 22 de outubro de 2019;

Considerando o que consta dos autos do Processo SEI nº 26.000108– TCE/MA,

**RESOLVE:**

Art. 1º Progredir, na forma do art. 14 da Lei nº 11.134/2019, os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, de acordo com o quadro anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo efeitos financeiros à data da aquisição do direito de cada servidor, conforme quadro anexo.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 20 de janeiro de 2026.

Regivânia Alves Batista

Secretária de Gestão, em exercício

ANEXO DA PORTARIA TCE/MA Nº 56/2026

| Nº | MAT.  | NOME                          | CARGO                                | DATA DA AQUISIÇÃO DO DIREITO | DE Classe / Padrão | PARA Classe / Padrão |
|----|-------|-------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|--------------------|----------------------|
| 1  | 8698  | Othelino Nova Alves Neto      | Auditor Estadual de Controle Externo | 01/02/2026                   | AUD6               | AUD7                 |
| 2  | 12062 | Samuel Rodrigues Cardoso Neto | Auditor Estadual de Controle Externo | 01/02/2026                   | AUD12              | AUD13                |
| 3  | 11437 | Silvelandio Martins da Silva  | Auditor Estadual de Controle Externo | 01/02/2026                   | AUD13              | AUD14                |

### Extrato de Contratação Direta

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.001576 – TCE-MA. POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda a documentação que consta nos autos do Processo Administrativo nº 25.001576 e, em especial, o Parecer Jurídico nº 161/2025 da Assistência Jurídica de Licitações e Contratos, autoriza a Contratação Direta da empresa CUNHA CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.222.726/0001-81, objetivando a aquisição de uma impressora térmica de etiquetas para o Tribunal, no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21. São Luís – MA, 21 de janeiro de 2026. Felinto Marinho Garros Junior – COLIC/TCE-MA.

### Extrato de Nota de Empenho

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 000021/2026; DATA DA EMISSÃO: 20/01/2026; PROCESSO Nº 25.001576/SEI; PARTES: Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e a empresa CUNHA CONSULTORIA LTDA – CNPJ nº 43.222.726/0001-81; OBJETO: Empenho correspondente a contratação direta para aquisição de uma impressora térmica de etiquetas para este TCE/MA, conforme Termo de Referência nº 20A/2025; VALOR: R\$ 2.850,00 (Dois Mil Oitocentos e Cinquenta Reais); RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: UG: 02101 Tribunal de Contas do Estado; ND: 44.90.52.32 Máquinas e Equipamentos Gráficos; Subfunção: 032 Controle Externo; Ação: 2349 Fiscalização Externa; Subação: 023565 MANUTENÇÃO; Fonte Recurso: 1.5.00.101000 Recursos não Vinculados de Impostos - Fonte 1500.1010000. São Luís, 21 de janeiro de 2026. Felinto Marinho Garros Junior – SUPEC-COLIC-TCE/MA.